

ISSN 1807 - 2038

faculdade
BAGOZZI

Escritos

REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS



Vol. 11 - Nº01 - Janeiro / Junho / 2015

ESCRITOS
Revista de Ciências Humanas

Escritos – Revista de Ciências Humanas

ISSN: 1807-2038

Editoração:

Capa / Cover: Priory Comunicação

Planejamento Gráfico / Graphic Designer: Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão.

Revisão / Revision: Núcleo de Inovação, Pesquisa e Extensão.

Bibliotecária / Librarian: Íris Labonde

As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores.
All articles are full responsibility of their authors.

Solicita-se permuta / *Se solicita el intercambio / Exchange is request / Se sollicite échange /
Lo scambio è chiesto.*

Catálogo na fonte

Escritos – Revista de Ciências Humanas / Grupo Educacional Padre João Bagozzi – v. 11, n. 1 (jan/jun. 2015) - Curitiba: Editora Bagozzi, 2015.

Semestral
ISSN 1807-2038

1. Filosofia – Ciências Humanas. Faculdade Padre João Bagozzi – Núcleo de Inovação Pesquisa e Extensão.

CDD 100

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada a fonte.

Faculdade Padre João Bagozzi

Superintendente / Superintendent

Pe. Sérgio José de Sousa, osj

Diretor Geral / Director General

Prof. Douglas Oliani

Comissão Editorial / Executive Commite

Pe. Ms. Alberto Santiago, osj.
Prof. Dr. Almir Sandro Rodrigues
Prof. Ms. Humberto Silvano Herrera Contreras

Conselho Científico

Prof. Dr. Delcio Junkes – UFPR
Prof. Dr. Osmar Ponchirolli – FAE
Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – IFPR
Prof. Dr. Geysongley Germinari – UNICENTRO
Prof. Denilson Aparecido Rossi – ITECNE
Prof. Ms. Mauro Negro, osj – PUCSP
Prof. Dr. Mario Sergio Cunha Alencastro - UNINTER
Prof. Dr. Lafaiete Santos Neves – UFPR
Prof^a. Dr^a. Silvana Maria Escorsim – UNIBRASIL
Prof. Dr. Gaspar Collet Pereira – FACEAR
Prof. Dr. Edson Pedro Ferlin – SPEI
Prof^a. Dr^a. Nara Luz Chierighini Salamunes – BAGOZZI e Prefeitura Municipal de Curitiba
Prof^a. Dr^a. Claudia Cristina Lopes Machado – Universidade POSITIVO
Prof^a. Dr^a. Ana Marise Auer - BAGOZZI
Prof. Dr. Guido Maria Miglietta, osj – Universidade Católica de Roma
Prof. Dr. Tarcisio Stramare, osj – Pontificia Università Urbaniana (Roma)

Todos os direitos reservados à Faculdade Padre João Bagozzi.
A reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo,
sem a citação da fonte, constitui crime.

Correspondência e Assinatura / *Letters and subscription*

Faculdade Padre João Bagozzi
Escritos – Revista de Ciências Humanas
Rua Caetano Marchesini, 952
Portão – Curitiba – Paraná
CEP.: 81070-110
E-mail: escritos@faculdadebagozzi.edu.br

Copyright 2008
Congregação dos Oblatos de São José
Rua João Bettega, 796
Portão – Curitiba – Paraná
Tel.: (41) 3521-2727

ESCRITOS
Revista de Ciências Humanas

SUMÁRIO

Editorial	7
Reflexões sobre a comunicação ambiental e o conceito de alternatividade em um cenário globalizado.....	9
<i>Claudia Cristina Lopes Machado</i>	
<i>Myrian Regina Del Vecchio De Lima</i>	
<i>Eloisa Beling Loose</i>	
Associativismo na maricultura do Sul de Florianópolis: importância e limites do processo organizativo	21
<i>Leonida Reich</i>	
Habermas e as teorias organizacionais: gestão estratégica e gestão social	40
<i>Alessandra Nascimento Soares Marques</i>	
<i>Paulo Sergio Grave de Andrade</i>	
Avaliação de desempenho, processo de melhoria contínua para o colaborador	47
<i>Monica Terezinha Behnke</i>	
Adesão da Turquia à União Europeia: utopia ou uma possível realidade?	54
<i>Valéria Lopes Germano</i>	
<i>Ana Carolina Chybior Catto</i>	
<i>Edson Melo da Silva Filho</i>	
<i>Fábio Pimenta de Pádua Júnior</i>	
<i>Redemptoris Custos</i> – 25 anos depois	71
<i>Tarcísio Stramare</i>	
<i>Alberto Antonio Santiago</i>	
Sobre a Revista Escritos.....	106

EDITORIAL

A **Escritos – Revista de Ciências Humanas**, publicação da Faculdade Padre João Bagozzi, tem por meta organizar um espaço para o debate entre as várias áreas das Humanidades e a análise multidisciplinar dos diversos campos do conhecimento. Essa multiplicidade de leituras e reflexões permite a construção de diálogos entre os potenciais e limites da ciência, em suas interfaces com a realidade. A Revista Escritos abre espaço para essas múltiplas leituras.

Essa edição tem como trabalho inicial o artigo *“Reflexões sobre a Comunicação Ambiental e o conceito de Alternatividade em um cenário globalizado”*, de Claudia Cristina Lopes Machado, Myrian Regina Del Vecchio de Lima e Eloisa Beling Loose. “Este trabalho parte de uma das ideias centrais da obra de Sousa Santos (2005): a de que há uma globalização hegemônica que se expande dos países do Norte em relação aos países do Sul (conceito não geográfico, mas sim categoria político-econômica e cultural) e que o Sul se apresenta como espaço de alternativas e resistências a esse movimento. Explicita-se este raciocínio e reflete-se como o campo da Comunicação Ambiental apresenta potencialidades para se constituir como uma alternativa neste jogo de forças. Há o entendimento de que a epistemologia ambiental atrelada à comunicação pode contribuir com a emancipação social e, conseqüentemente, com o rompimento de formas de pensar e agir hegemônicas e que conduzem ao pensamento único”.

Na sequência apresentamos o trabalho de Leonida Reich, intitulado *“Associativismo na maricultura do Sul de Florianópolis: importância e limites do processo organizativo”*. Este trabalho “busca analisar o processo organizativo dos maricultores familiares da região Sul (Ilha) de Florianópolis, tendo como sujeito principal a Associação dos Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha – (AMPROSUL), vamos mostrar uma realidade organizativa na qual associações desempenham um papel muitas vezes mais próximo do que conceitualmente se define como ‘movimentos sociais’.”

Depois, o artigo *“Habermas e as teorias organizacionais: gestão estratégica e gestão social”*, de Alessandra Nascimento Soares Marques e Paulo Sergio Grave de Andrade. O presente artigo “ressalta duas das ideias fundamentais seguidas a partir da teoria habermaseana: A teoria da Ação Comunicativa e a existência de uma esfera pública, na qual os cidadãos, livres da falta de questionamento do domínio dogmático e totalitário, por meio da práxis social e política, podem expor suas ideias sem constrangimento”.

Na sequência, o artigo *“Avaliação de desempenho, processo de melhoria contínua para o colaborador”*, de Monica Terezinha Behnke. A presente pesquisa tem “o objetivo de demonstrar quais são as ferramentas da avaliação de desempenho existentes para que as empresas possam escolher a que melhor se adequa a sua realidade, possa aplicá-la na empresa, analisar os resultados adquiridos e transformar estas informações a seu favor”.

Continuamos com o trabalho *“Adesão da Turquia à União Européia: utopia ou uma possível realidade”*, de Valéria Lopes Germano, Ana Carolina Chybior Catto, Edson Melo da Silva Filho e Fábio Pimenta de Pádua Júnior. O objetivo desse artigo “O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise da polêmica questão da adesão da Turquia à União Europeia, e suas conseqüências, fato que voltou com força a constar na ordem do dia dos debates europeus”.

Por fim, o artigo *“Redemptoris Custos – 25 anos depois”*, do Pe. Tarcísio Stramare e Pe. Alberto Antonio Santiago. Este trabalho faz análise da *“Redemptoris Custos”*, a qual tornou-se, por assim dizer, “a *charta magna* de um ramo bem preciso da teologia católica: a *Josefologia*. Não que faltassem ensinamentos pontifícios sobre os quais embasar a reflexão teológica sobre o guardião de Gesù e de Maria (...). Um olhar, mesmo de soslaio, no elenco da *Pontificia Iosephina* revela-nos o culto a São José constantemente justificado, regulado, enriquecido de indulgências, recomendado pelos sumos Pontífices aos fiéis”.

Agradecemos também a todos os autores que nos agraciaram com seus artigos, esperando que em breve possamos nos encontrar novamente.

Desejando uma boa leitura, esperamos, com mais esta edição de **Escritos** - Revista de Ciências Humanas, da Faculdade Padre João Bagozzi, atingir nosso objetivo de educar para a fraternidade.

Corpo Editorial

REFLEXÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E O CONCEITO DE ALTERNATIVIDADE EM UM CENÁRIO GLOBALIZADO

Claudia Cristina Lopes Machado¹
Myrian Regina Del Vecchio de Lima²
Eloisa Belin Loose³

RESUMO

Este trabalho parte de uma das ideias centrais da obra de Sousa Santos (2005): a de que há uma globalização hegemônica que se expande dos países do Norte em relação aos países do Sul (conceito não geográfico, mas sim categoria político-econômica e cultural) e que o Sul se apresenta como espaço de alternativas e resistências a esse movimento. Explicita-se este raciocínio e reflete-se como o campo da Comunicação Ambiental apresenta potencialidades para se constituir como uma alternativa neste jogo de forças. Há o entendimento de que a epistemologia ambiental atrelada à comunicação pode contribuir com a emancipação social e, conseqüentemente, com o rompimento de formas de pensar e agir hegemônicas e que conduzem ao pensamento único. A revisão bibliográfica privilegia o diálogo dos autores Boaventura de Sousa Santos, Milton Santos e Enrique Leff, complementando a interpretação teórica com a apresentação de algumas experiências brasileiras de Comunicação Ambiental, que se opõem à constante apropriação do meio ambiente pelo mercado globalizado. Ao final, reflete-se como a comunicação ambiental pode ser um fator para incrementar novas gramáticas de cidadania.

Palavras-chave: Alternatividades. Comunicação Ambiental. Cidadania.

¹ Relações Públicas. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em organizações e Desenvolvimento pela UNIFAE - PR. Professora da Universidade Positivo (PR) e ISAE-FGV (PR). Email: contato@claudiamachado.com.br

² Jornalista. Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma universidade. Email: myriandel@gmail.com

³ Jornalista. Doutoranda do PPGMade - UFPR. Bolsista CNPq. Integrante do grupo de pesquisa já citado. Email: eloisa.loose@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Inspirado nas leituras e discussões do sociólogo português Boaventura de Sousa Santos e do geógrafo brasileiro Milton Santos, que tecem críticas originais sobre o sistema de globalização dominante, este trabalho discute a Comunicação Ambiental, como processo que apresenta potencial para ultrapassar as dicotomias existentes entre sociedade e natureza. Compreende-se a Comunicação Ambiental como espaço interdisciplinar, que busca abarcar os diferentes conhecimentos e a complexidade da sociedade contemporânea, fundamentado a partir da epistemologia socioambiental. Embora, como campo profissional, entenda-se que ela seja articulada por comunicólogos comprometidos com a perspectiva ambiental, neste texto ampliamos a compreensão da expressão, a partir de Robert Cox (2010), percebendo que a Comunicação Ambiental pode emergir de diferentes lugares e não apenas daqueles institucionalizados para tanto.

A ideia de informar e entrar em relação/interação com o outro, objetivos da Comunicação Social (WOLTON, 2004), é possível a qualquer sujeito individual/coletivo, de forma a contribuir com a emancipação social e, conseqüentemente, com o rompimento de formas de pensar e agir hegemônicas e que conduzem ao pensamento único. É preciso salientar que a chamada “emancipação social” — que inclui a aspiração por uma sociedade em que as relações de autoridade sejam partilhadas, ao invés de impostas pelas relações de poder —, tão cara no contexto da Modernidade, “esgotou-se na própria regulação e, assim, a ciência tornou-se a forma de racionalidade hegemônica e o mercado, o único princípio regulador moderno” (PEREIRA e CARVALHO, 2008, s/p). Estes dois autores destacam que Sousa Santos discute uma *hipercientificização* da emancipação e uma *hipermercadorização* da regulação. Em sua leitura analítica de Sousa Santos, Pereira e Carvalho (2008, s/p) enfatizam que o princípio da comunidade e a racionalidade estético-expressiva “seriam os princípios que poderiam colaborar para a construção de um novo pilar emancipatório”.

É neste sentido que vislumbramos o potencial emancipatório da comunicação, bastante enfatizado na literatura da área, que, no entanto, precisaria superar suas fragilidades e converter-se também em um campo de práticas e ações na esfera social como formas de intervenção no mundo real, de forma a estimular e evidenciar as duas dimensões das comunidades: a participação e a solidariedade.

Esclarece-se ainda que, neste texto, entende-se o conceito de hegemonia a partir da apropriação feita por Sousa Santos do tradicional conceito de Gramsci⁴, atualizando e trazendo este conceito para o cerne da discussão sobre as correntes teóricas da democracia no cenário global contemporâneo. Ao explicar estas teorias e as ações político-econômicas a elas acopladas, o estudioso as define como hegemônicas e contra hegemônicas. As primeiras, norteadas para a acumulação e apropriação capitalista com interesses ligados aos grupos dominantes, e as outras definidas pela definição de estratégias locais articuladas globalmente (glocal) em torno de experiências de solidariedade e uma busca por novas formas de emancipação social.

Sousa Santos (2010) faz uso do conceito da alternatividade que Milton Santos (1996) chama de “contra-racionalidades”. Ao destacar as epistemologias do Sul, ou seja, a construção do pensamento contra-hegemônico dos povos do Sul, o pesquisador (2010) destaca a qualidade

⁴ Para o senso comum, hegemonia significa liderança. Ao precisar o termo, Gramsci passa a definir com ele um tipo particular de dominação: “Hegemonia é dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na sociedade capitalista, a burguesia detém a hegemonia mediante a produção de uma ideologia que apresenta a ordem social vigente, e sua forma de governo em particular, a democracia, como se não perfeita, a melhor organização social possível. Quanto mais difundida a ideologia, tanto mais sólida a hegemonia e tanto menos necessidade do uso de violência explícita”. (Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/hegemon/index.htm>).

do que é alternativo e evidencia que, para se dar voz às alternativas contradominantes, faz-se necessário um conhecimento que seja plural, edificado na comunhão das pequenas ações locais, ou micromovimentos. Se a epistemologia eurocêntrica foi responsável pelo empobrecimento do pensamento, os movimentos locais fertilizam o campo dos conhecimentos transformadores, que visam outra organização social, econômica e cultural das sociedades. Assim, à luz deste pensamento, não existe uma alternativa única, mas uma multiplicidade de pensamentos e de ações que conhecem seus limites e possibilidades, mas que lutam e resistem ao colonialismo do saber. Faz-se importante destacar também que esse conceito de alternatividade difere do conceito de mídia alternativa, um tipo específico de mídia, marcado por suas diferenças em relação às mídias hegemônicas, mas que não tem, necessariamente, o compromisso com a reorganização social e com os valores ambientais.

No procedimento metodológico do texto, no qual se acentua o caráter qualitativo do trabalho (uma vez que não há um *corpus* empírico específico), buscou-se relacionar alguns pontos referenciais da Comunicação Ambiental com estes pensamentos de Sousa Santos (em suas discussões sobre alternativas e resistências ao sistema socioeconômico hegemônico) e os do geógrafo brasileiro Milton Santos (no que se refere, principalmente, às possibilidades de “uma outra globalização”), além de pontuar com outros pensamentos teóricos. Embora tais autores não trabalhem especificamente com a Comunicação, suas contribuições podem instigar, discutir e ampliar a compreensão da Comunicação como campo de construção de alternativas a imposições de uma comunicação de massa hegemônica.

Como complementação, o texto apresenta algumas experiências práticas brasileiras, por estarem próximas da realidade das autoras e pertencerem ao Sul Global, que têm como característica principal seu viés de oposição à constante apropriação do meio ambiente pelo mercado globalizado, pelo viés das vozes e fluxos da Comunicação. São, então, apresentados três casos de mobilização que permitem refletir a comunicação ambiental como área que vai muito além da tecnicidade e procedimentos instrumentais, podendo constituir um campo de embates ideológicos diante da perspectiva dominante estabelecida e ser um potencializador de novas gramáticas de cidadania.

2 AS QUESTÕES DO SUL GLOBAL

O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2004), estudioso das epistemologias do Sul, questiona o movimento capitalista hegemônico de globalização neoliberal como uma tentativa de colonização do saber. Para ele, ao pregar uma exacerbada liberdade do indivíduo com relação, em especial, à regulação do Estado, as visões hegemônicas dos séculos XIX e XX, em especial o neoliberalismo “globalizado” que emergiu fortemente no final do século passado, aprisionam o ser humano na ideologia da padronização cultural, econômica, social. Na conjuntura contemporânea, para serem aceitos socialmente, tanto o indivíduo quanto a coletividade, precisam reproduzir os padrões dominantes (ocidentais) de se viver.

Entretanto, o estudioso analisa que a promessa do mundo globalizado “ideal para todos” (2004), além de não vir sendo cumprida, em especial nos países do hemisfério Sul, também tem agravado as mazelas sociais, pois o que parece estar em processo de globalização são as crises econômicas, sociais, culturais, ambientais. Simultaneamente à globalização dos conflitos socioambientais — aqueles que mais interessam neste texto — que geram epidemias, catástrofes naturais e tecnológicas, aumento da pobreza e da violência urbana, etc., as descobertas científicas e o desenvolvimento tecnológico, com potencial para resolver, ou pelo menos minimizar muitos desses problemas, são privatizados por conglomerados capitalistas, embora muitas vezes travestidos de transnacionais. Nesta mesma linha de pensamento, o geógrafo brasileiro Milton

Santos afirma que para a maior parte da humanidade, a globalização se impõe como uma “fábrica de perversidades”:

A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização. (SANTOS, 2001, p.20).

O conhecimento popular é pouco valorizado, quando não depreciado, e o conhecimento hegemônico, científico e tecnológico, enraizado no saber da ciência moderna de base ocidental, é construído para servir aos interesses das soberanias nacionais ou aos interesses econômicos das grandes corporações que os patrocinam. Nesse contexto, estudos contemporâneos, principalmente na África, Ásia e América Latina, ganham força na direção contrária à universalização da globalização, processo que não deixa espaço para que emergências surjam por meio de novos sujeitos, críticos do sistema instituído do capital hegemônico.

Movimentos instituintes dessa outra epistemologia que, por vezes, é antineoliberal, anticapitalista e/ou ecologista, estão, dessa forma, em curso e precisam ser ouvidos como, por exemplo, o Fórum Mundial Social (FMS), ocorrido primeiramente no Brasil, em Porto Alegre/RS, em 2001, mas que já foi realizado em outros pontos do mundo. Este fórum se constituiu como alternativa ao Fórum Econômico de Davos, arauto da globalização que vem acontecendo anualmente. O primeiro FMS (2001) representou uma reunião de experiências inovadoras e de movimentos sociais de diferentes partes do globo que acreditam que “um outro mundo é possível” (SOUSA SANTOS, 2004).

Esses contramovimentos de resistência chamados por Sousa Santos (2004) de “alternatividades” vêm contribuindo, desde o início do milênio, para o alargamento das brechas que surgem no modelo de desenvolvimento hegemônico, apesar da rigidez doutrinária transnacional que valoriza o individualismo — tais brechas, ou fissuras no modelo, podem ser entendidas como as ideias que advêm dos conhecimentos multiculturais, por meio de saberes práticos, populares ou leigos. São experiências de resistência pouco conhecidas no hemisfério Norte, que surgem, muitas vezes, de regiões submetidas anteriormente à opressão do colonialismo europeu e, posteriormente, ao capitalismo do “norte global” (SOUSA SANTOS, 2012).

Diante da impossibilidade do hemisfério Norte, global, responder às consequências de hegemonia econômica e civilizatória que impõe por séculos, o “sul global”, enfatiza Sousa Santos (2012), vem apresentando ao mundo várias experiências coletivas de inovação, de gestão da economia, de experiências democráticas, entre muitas outras. “A Europa, depois de cinco séculos a efetivamente pensar que está a ensinar o mundo, perdeu a capacidade de aprender com o mundo exterior” (SOUSA SANTOS, s/p.).

Esses movimentos são pouco visíveis e sem credibilidade perante a sociedade; também possuem capacidade limitada de divulgação e disseminação de suas ideias e conhecimentos. Além disso, enfrentam, ainda hoje, o problema epistemológico da validade, recorrendo, em certos momentos, ao próprio conhecimento hegemônico científico e tecnológico — por meio das tecnologias da informação e da comunicação de massa — para sua legitimação. “A tecnociência encontra-se duplamente ao serviço da globalização hegemônica, quer pela maneira como a promove e a legitima, quer pela maneira como desacredita, oculta ou trivializa a globalização contra-hegemônica” (SOUSA SANTOS, 2004, p.13). Tal fenômeno pode ser observado, inclusive, quando se examina a forma centralizadora de distribuição de notícias e informação pelo mundo, realizada por um número reduzido de agências transnacionais sediadas nos países do hemisfério Norte.

Milton Santos (2001) também reforça este aspecto ao assinalar “o papel despótico da informação”. Ele lembra que as novas condições técnicas digitais *online* deveriam permitir a ampliação do conhecimento mundial, mas, nas condições atuais de globalização, tais tecnologias em rede, são, sobretudo, utilizadas para satisfazer objetivos de determinados atores privados ou de alguns Estados, posição que é reforçada por Dênis Moraes:

A evolução técnica deveria ampliar o conhecimento da sociedade e dos homens. Mas, na prática, ocorre uma perversa inversão: as técnicas avançadas são apropriadas pelas elites em função de objetivos determinados. A fluidez informativa, portanto, não representa um bem comum (MORAES, 2006, p. 45).

O conjunto dos meios de comunicação social deveria desempenhar duas funções básicas nas sociedades democráticas: a de vigilância em relação aos detentores de poder político, econômico e social, o que permite a manutenção de práticas democráticas; bem como a função de fornecer “informação credível e um espectro amplo de opiniões sobre questões importantes para o desenvolvimento e a cidadania” (SOUSA SANTOS, 2005, p.1). Mas, as transformações nos meios de comunicação, seus padrões de organização como indústria cultural e de entretenimento, e sua dependência do mercado e de relações fortes com o poder político, afetam de modo decisivo a autonomia de cumprir com suas funções básicas.

Entretanto, o mais grave parece ser a disseminação generalizada de que o processo de globalização atual e suas mazelas são inevitáveis, uma fatalidade, pois, como entende Milton Santos (2001), há um renovado e exagerado encantamento pelas tecnologias de ponta e o papel do território que deveria ser o retrato dinâmico da sociedade é deixado de lado, o que incide em um descaso ao fator nacional. Um exemplo disso é que, para algumas pessoas, a exclusão e a dívida social parecem ser fatalidades, algo imutável, que não pode ser substituído por uma ordem mais humana (SANTOS, 2001).

Uma resposta a esta situação por parte dos países do Sul, aqueles que se constituem como os mais fragilizados no jogo desigual da globalização atual, deve nascer pela busca de “uma outra globalização”, que não venha dos países centrais, mas sim dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos (sim, Milton Santos usa esta expressão). Neste contexto e na direção de uma reflexão sobre outras formas de se fomentar o pensamento crítico e participativo, que leve informação e mais possibilidades de se pensar o desenvolvimento e a cultura a partir da perspectiva da relação sociedade-natureza, considera-se os princípios da Comunicação Ambiental como uma epistemologia alternativa. Assim, as novas e outras relações globais próprias do Sul vão requerer que as vozes dos movimentos sociais, dentre os quais os socioambientais, tenham vez e ampla divulgação, podendo disseminar suas ideias, de forma a emergir diferentes maneiras de pensar os problemas decorrentes da globalização.

3 COMUNICAÇÃO AMBIENTAL COMO ALTERNATIVIDADE

Ao compreender de forma abrangente a concepção da Comunicação Ambiental e perceber as potencialidades que possui de se imiscuir nas brechas do sistema hegemônico, consegue-se observar o fenômeno/processo como uma alternativa à epistemologia dominante. Entendemos que esta modalidade de comunicação entrelaçada à perspectiva do campo ambiental tem o potencial de promover o exercício da cidadania planetária, estimulando ações que transformem nosso meio.

Para melhor esclarecer o que está por trás da expressão Comunicação Ambiental neste artigo, primeiro apresenta-se aqui a dupla dimensão da Comunicação, segundo Wolton (2004), e, em seguida, alguns fundamentos da epistemologia ambiental defendida por Leff (2001).

A Comunicação é, na maioria das vezes, assimilada apenas pelo seu viés instrumental (na qual o fenômeno é reduzido aos seus meios e tecnicidades no trabalho de transmissão de informações). Entretanto, Wolton (2004) aponta que esta é uma de suas dimensões, denominada funcional. A outra, normativa, está relacionada ao sentido antropológico da Comunicação de partilhar, dialogar e entrar em comunhão com o outro. A ideia de Comunicação Ambiental aqui apresentada considera esse duplo olhar sobre o campo comunicacional, extrapolando o desempenho ou exposição na esfera midiática (apropriada pelo pensamento hegemônico) e proporcionando outros encontros, trocas, interações e mobilizações.

Sobre a epistemologia ambiental, que, para nós, deveria estar sempre incorporada às práticas comunicacionais sobre meio ambiente, Leff (2001) trata da complexidade, intrínseca ao objeto citado, e de uma *outra racionalidade*, que se diferencie da racionalidade econômica que se mostra dominante na contemporaneidade. Diante da atual crise ambiental, Leff (2001) aponta a necessidade de internalizar um saber ambiental com o objetivo de permitir um desenvolvimento sustentável, duradouro e equitativo. Dessa forma, é preciso

[...] um pensamento da complexidade e uma metodologia de pesquisa interdisciplinar, bem como uma epistemologia capaz de fundamentar as transformações induzidas pela questão ambiental. Esta estratégia epistemológica parte de um enfoque prospectivo orientado para a construção de uma racionalidade social, aberta à diversidade, às interdependências e à complexidade, e oposto à racionalidade dominante, com tendência à unidade da ciência e homogeneidade da realidade (LEFF, 2001, p.109-110).

O teórico mexicano pontua em sua obra a necessidade de romper com o pensamento único, calcado no conhecimento científico de natureza cartesiana, e propõe o diálogo de saberes (reconhecimento dos saberes que ficaram externos por não se encaixarem na racionalidade científica), que se realiza no encontro de diferentes identidades e experiências, como maneira de expandir e alcançar uma sustentabilidade real. Este olhar está em sintonia com o de Sousa Santos (2007) quando, ao mencionar a diversidade das formas de conhecer, designa a expressão *ecologia dos saberes*, que:

[...] não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real, e deixa de conceber a ciência como referência ou ponto de passagem obrigatório para o reconhecimento de todos os saberes e conhecimentos (SOUSA SANTOS, 2007, p.28).

Leff e Sousa Santos, ao longo de sua obra reflexiva, dedicam-se a uma construção epistemológica que abarque os saberes locais e tradicionais, desconsiderados pela matriz hegemônica, que supervaloriza o conhecimento derivado da ciência, em especial aquela advinda da chamada *big science*, sempre legitimada pela universidade e institutos de pesquisa oficiais que compreendem parcerias com grandes indústrias e conglomerados privados. A compreensão de Comunicação Ambiental aqui exposta alinha-se à postura de Leff e Sousa Santos, ao apresentar a preocupação em dar voz aos que não são reconhecidos oficialmente como portadores de um discurso dominante e, portanto, de seus saberes também não legitimados.

Lembra-se que, apesar de muitos produtos e serviços serem considerados/rotulados de Comunicação Ambiental, teoricamente esta área de estudo ainda é recente. Ela está começando a reivindicar seu espaço, traçado no entendimento interdisciplinar e na abertura para diferentes

conhecimentos, mostrando-se opção para fomentar ideias que respeitem a pluralidade epistemológica do mundo. Cox (2010) nos apresenta uma perspectiva interessante da Comunicação Ambiental, à medida que define o conceito como um veículo pragmático e constitutivo para compreendermos o meio ambiente, sendo um caminho para que os problemas ambientais sejam construídos simbolicamente e também negociados nas diferentes esferas sociais, contribuindo para sua resolução. Desta forma, a Comunicação Ambiental é apreendida como processo de articulação para qualquer pessoa que esteja envolta nesta relação sociedade-natureza, possibilitando sua participação política em todas as ações cotidianas.

Destaca-se também que Cox (2010) sinaliza a relação entre Comunicação Ambiental e conhecimento ambiental, de modo que a primeira pode ser considerada um meio simbólico para viabilizar o acesso aos conhecimentos que, quando processados e apreendidos pelos sujeitos, poderiam desencadear mudanças nas suas ações cotidianas. Assim, mais que na transmissão, a Comunicação Ambiental se concretiza quando permite e/ou incentiva o envolvimento/interação/relação das pessoas em torno de direitos que considerem a complexidade da realidade ambiental e a multiplicidade de vozes e saberes.

Ao concordar também com o pensamento de Acselrad (2004), compreendemos que os conflitos ambientais podem ser analisados, simultaneamente, a partir dos espaços de apropriação material e simbólica da natureza. Ou seja, o embate ambiental ocorre tanto na disputa por recursos e territórios, atrelado à concretude da questão, como na luta simbólica para “impor categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital” (ACSELRAD, 2004, p.23). A Comunicação Ambiental, como forma de ação simbólica (COX, 2010), mostra-se fundamental no debate ambiental, que acarreta mobilizações/manifestações no seu espaço material. A forma como se disseminam os discursos (como a questão é representada ou simbolicamente construída) sobre meio ambiente se reflete na maneira de entender e agir das pessoas. Logo, uma comunicação preocupada com os fundamentos epistemológicos ambientais tende a colaborar de forma positiva com movimentos contra-hegemônicos da sociedade.

A geração de conflitos ambientais em razão da imposição de uma racionalidade econômica também está no centro das discussões de Leff (2001), para quem os diversos significados culturais ligados à natureza são apropriados pela ciência e pelo mercado como estratégia de manutenção do poder do sistema hegemônico. Como tal processo sempre apresenta a dimensão simbólica, a Comunicação, de forma geral, passa a ser usada como ferramenta de difusão (observando-se então apenas seu caráter funcional). Seja enaltecendo o técnico e o científico, seja desqualificando o que se mostra alternativo ao hegemônico, tornando-o inferior, promove-se a manutenção do pensamento único e, como lembra Sousa Santos (2007b), esta é uma maneira de produzir ausência⁵.

Contudo, a Comunicação Ambiental, enquanto perspectiva crítica e política, emerge como uma alternativa a esse discurso, massivo, que representa os interesses dominantes. Del Vecchio de Lima *et al.* (2014) discutem o papel desta comunicação no âmbito do modelo de desenvolvimento dominante, dando ênfase para o contexto da sociedade de consumo, e detectam algumas fragilidades do seu potencial, visto que o acesso e a própria visibilidade do discurso socioambiental autêntico ainda é limitado. De qualquer modo, tais autores acreditam ser possível angariar outros olhares e ações por meio da Comunicação Ambiental:

Seja pela qualificação da informação ambiental, seja pela disponibilização de outros conhecimentos nas brechas do sistema ou nos espaços de resistência ao crescimento econômico desenfreado, a comunicação em prol da cidadania ambiental, do cuidado

⁵ Boaventura de Sousa Santos (2007, p.9) fala da *Sociologia das Ausências*, que está relacionada “à superação das monoculturas do saber científico, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escola dominante, centrada hoje no universalismo e na globalização, além da produtividade mercantil do trabalho e da natureza”.

com o meio ambiente, emerge como alternativa à exploração da natureza. (DEL VECCHIO DE LIMA *et al.*, 2014, p.218).

É à luz desse entendimento, que reúne o potencial de transcender suas funções instrumentais e caminhar como processo de diálogo e agente de interação, dando voz aos coletivos de atores sociais que lutam pelos cuidados socioambientais, que enxergamos também a força mobilizadora da Comunicação. Neste sentido, apreende-se que a Comunicação é parte integrante do que Toro (1996) define como mobilização social, uma estratégia que visa participação coletiva e emancipadora — para este autor, não existe mobilização sem comunicação.

4 ALGUMAS EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS

Conhecemos e reconhecemos as várias experiências internacionais realizadas, há algumas décadas, por movimentos sociais e coletivos de ação, ou mesmo pelo ativismo em redes sociais⁶, que ao se apropriar de diversas formas/instrumentos/processos de comunicação, garantem a visibilidade e mobilização digital ou presencial para suas causas, promovendo ações de esclarecimento crítico sobre questões político-econômicas, étnicas e socioambientais — embora nem todas possam ser caracterizadas como “alternatividades”, no entendimento aqui proposto.

Ao apresentar três experiências de Comunicação Ambiental, carregadas do sentido que aqui buscamos, privilegiamos aquelas do Sul Global, em especial as do Brasil, mas também que ilustram melhor, no nosso entendimento, a reflexão que traçamos na primeira parte do texto. Estas experiências podem ser consideradas também práticas e ações de Comunicação Ambiental, uma vez que, ao utilizar brechas e permitir que vozes alternativas sejam ouvidas, possibilitam a transformação de padrões preestabelecidos pelo modelo hegemônico de desenvolvimento, pelo menos de forma pontual.

A *Rede Brasileira de Justiça Ambiental* (RBJA) - www.justicaambiental.org.br – pode ser considerada como um exemplo de comunicação ambiental, pois esta é uma iniciativa de diferentes atores sociais (sindicatos de trabalhadores, ONGs, ecologistas, organizações de afrodescendentes e indígenas, pesquisadores etc.) em articular discussões, denúncias, mobilizações estratégicas e políticas, a fim de organizar ações de resistência a favor da Justiça Ambiental⁷. Criada em 2001, seus objetivos estão atrelados ao que compreendemos como parte do subcampo da Comunicação Ambiental: aproximar pesquisadores e ativistas, promover o intercâmbio de reflexões, experiências, análises de contexto e elaboração de estratégias de ação entre diferentes atores, criar agendas nacionais e regionais de pesquisa ambiental, propor políticas públicas e contribuir para a democratização de informações.

De acordo com relato de Souza Porto (2012, p.71), “a Rede vem funcionando principalmente por meio de uma lista de discussão organizada e de uma secretaria executiva”. Ele explica que a RBJA opera horizontalmente e conta com a secretaria apenas para facilitar a troca de informações, fortalecer a articulação dos membros e apoiar as ações coletivas que se desenvolvem e tomam corpo no seu fórum. O diálogo de saberes é fomentado em prol de elementos que permitam amplificar a mobilização das diferentes entidades participantes a favor

⁶ Com relação ao ativismo digital ambiental, parte cada vez mais importante das ações e práticas da comunicação ambiental, esclarecemos que este conceito não é central no escopo do texto. O ativismo digital ambiental não constitui a única forma de construção de alternativa e nem constitui, por si só, um processo de comunicação ambiental nos termos que estamos tratando – visto que pode ser instrumentalizado pelas forças dominantes.

⁷ Refere-se ao marco conceitual que aproxima as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, a qualidade coletiva de vida e a sustentabilidade ambiental.

do debate sobre os conflitos socioambientais e direitos humanos. A concretização da RBJA se dá por intermédio das trocas comunicativas atreladas às questões ambientais, assim como o que dela decorre, as manifestações e mobilizações. Discurso e prática se confundem, mas ambos estão marcados pela concepção de Comunicação Ambiental aqui adotada.

Outro exemplo evidente de Comunicação Ambiental pode ser notado no *Jornal Pessoa* - <http://www.lucioflaviopinto.com.br>, publicação alternativa que circula desde 1987 na Amazônia, elaborada unicamente pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. De caráter analítico, o jornal tem como norma fundante a recusa por publicidade, que costuma limitar a liberdade de expressão dos veículos de comunicação, quando dependentes de grandes anunciantes e dos governos. Assim, sobrevive apenas de venda avulsa.

Com circulação quinzenal em Belém (Pará), o jornal de aparência simples (é publicado em formato ofício, tem só 12 páginas e não usa cores ou fotografias) se tornou a principal referência sobre a Amazônia na imprensa brasileira. O jornalista ganhou prêmios nacionais e internacionais em função da profundidade das suas análises sobre a região; mas, em razão de suas denúncias relacionadas à destruição do meio ambiente e ao tráfico de matéria-prima na região amazônica, enfrenta mais de trinta processos e ameaças de morte por políticos e empresários locais.

O movimento *Somos Todos Lúcio Flávio Pinto* começou de forma descentralizada no início de 2012, a partir de manifestos de apoio e solidariedade por pessoas de diferentes lugares do país. Neste período, o jornalista foi condenado por ofensa moral a um empresário paranaense, hoje falecido, Cecílio do Rego Almeida, que comandou um gigantesco esquema de grilagem de terras na Amazônia. Mesmo com a comprovação da fraude articulada pelo empresário, o judiciário local entendeu que o termo “pirata fundiário”, publicado no jornal em 1999, foi uma agressão verbal ao grileiro.

Blogs e redes sociais foram utilizados por apoiadores de modo a congregar as informações relacionadas à condenação e disseminar a indignação do público, já que houve injustiça em relação ao jornalista que se destacou pelas denúncias contra fraudes na posse de terras e desrespeito ao meio ambiente. Com a colaboração do movimento, que fez uma campanha de arrecadação do valor pela internet, Lúcio Flávio conseguiu pagar a sentença indenizatória de R\$ 25.116,75. De certa forma, a perseguição judicial ao jornalista rendeu mais visibilidade ao trabalho realizado no Norte do País e ampliou a discussão de diversos conflitos que ficam à margem da mídia hegemônica.

Neste caso, a mídia alternativa (o jornal feito por Lúcio Flávio Pinto) que leva em conta pressupostos de comunicação ambiental representa uma alternativa ao pensamento hegemônico. De outro modo, a mobilização realizada pela internet por pessoas sensibilizadas com a injustiça atribuída pela poder e estruturas que dominam a exploração da Amazônia também configura em uma forma de comunicação vinculada com os pressupostos ambientais e que emerge das fissuras de um sistema onde consumir a natureza é a regra.

Outra experiência que destacamos, envolvendo mobilização da sociedade, surgiu no final dos anos 1990, no estado do Paraná (região Sul do Brasil), com relação à decisão de exploração da geração de energia termelétrica movida a carvão, uma tecnologia reconhecidamente poluente e causadora de problemas socioambientais (DEL VECCHIO DE LIMA, 1999). Um consórcio formado pela empresa estadual de energia elétrica, por uma indústria paranaense de sistemas elétricos e telecomunicações e por uma empresa chilena de capital internacional, que detinha mais de 50% de participação, definiu que a instalação da usina deveria ser no litoral do Paraná, no lado sul da Baía de Paranaguá, uma das regiões mais pobres do estado e de aproveitamento turístico.

Conforme prevê a legislação brasileira, o Instituto Ambiental do Paraná solicitou um EIA-RIMA (Estudos de Impactos Ambientais acompanhado por relatório), que foi legitimado por pesquisadores de renome no Paraná. Apesar do projeto do empreendimento ter sido adaptado às

exigências legais, paralelamente, surgiram na comunidade do litoral do Estado e também na capital, Curitiba, protestos e manifestações contrários à instalação da termelétrica no local, por razões de caráter socioambiental (ameaça à biodiversidade da baía, poluição do ar e da paisagem no local, entre outros).

Contribuiu também para a insatisfação popular a ausência da maior participação no processo decisório e a escassez de informações sobre o projeto que circulavam na imprensa local. O movimento tomou forma, animado, principalmente, pelo jornal *Rede Verde de Informações Ambientais*, editado pela jornalista e ambientalista Teresa Urban, já falecida, que foi uma liderança no estado quando se tratava de movimentos a favor do meio ambiente. O *Rede Verde* foi um dos primeiros veículos alternativos de Curitiba a circular na Internet. O processo remete ao entendimento do sociólogo colombiano Bernardo Toro, que salienta que “[...] toda mobilização tem que pensar na comunicação, pois mobilizar é fazer circular sentidos e os sentidos não podem circular senão através de estratégias e processos comunicativos” (TORO, 1996, p.74).

A rápida adesão ao movimento contra a termelétrica a carvão alastrou-se por diversos segmentos sociais e os mais diversos atores — prefeituras e lideranças municipais do litoral, associações ambientais, comunidade universitária, políticos e representantes governamentais, empresários, jornalistas — começaram a tomar posições e a utilizar a imprensa para divulgar ou desmentir informações (delineou-se um “discurso público” em torno da termelétrica). A amplitude do movimento levou a Universidade Federal do Paraná a organizar um fórum para discussão das questões envolvidas, no qual ganharam voz as posições contrárias à instalação do projeto. O jornal *Rede Verde* passou a divulgar todos os momentos do processo, permitindo ampla visibilidade local e regional. Várias estratégias de comunicação foram utilizadas, como o uso de adesivos em carros e mochilas, pichações de muros e notas divulgadas em vários veículos e panfletos.

A crescente mobilização levou à reversão da situação, com o governador do Estado optando pelo veto à instalação da usina. Em ano de eleições, a forte pressão exercida pela sociedade organizada, por meio de estratégias de comunicação, levou ao que pode ser considerada uma vitória a favor do meio ambiente. A mobilização social refletiu a busca por um “sonho coletivo” (TORO, 1996), já que somente com a articulação dos indivíduos, na construção de um processo coletivo, foi possível alterar um cenário considerado pela maioria como prejudicial à sociedade e à natureza.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das experiências apresentadas, apenas três dentre uma multiplicidade de exemplos que podem ser verificados no Brasil especificamente, e nos países do Sul, de maneira geral, verifica-se no âmago de todas elas, a capacidade potencializadora da Comunicação e, particularmente, da Comunicação Ambiental, em promover e sinergizar o que se pode chamar de novas gramáticas da cidadania, quais sejam: aquelas sintaxes que permitem a articulação lógica das questões socioambientais que interessam e dizem respeito à vida e à sustentabilidade em todos os espaços geográficos, políticos e sociais.

Ao realizar-se como processo de visibilização de outras vozes, muitas vezes excluídas dos formatos comunicativos hegemônicos, a Comunicação Ambiental se constitui como alternativa às práticas e discursos verticais e unilaterais, impostos pelas forças dominantes. Este processo se constrói, não apenas por formas instrumentais de comunicação, mas, sobretudo, por estratégias de mobilização e interação social, nas quais diversos atores podem se posicionar por meio de ações comunicativas e participativas.

As reflexões de Boaventura de Sousa Santos e de Milton Santos, aqui imbricadas com outros autores, como Enrique Leff e Bernardo Toro, se coadunam com a perspectiva teórica de Comunicação Ambiental proposta neste artigo, ao entender a necessidade de se buscar um espaço midiático ou na esfera pública mais ampla, plural, que respeite as diferenças socioculturais, e que permita o empoderamento dos cidadãos visando sua autonomia e ação política. Debruçamo-nos em especial sobre aqueles que habitam o hemisfério Sul, espaço de territórios que procuram por uma globalização diferenciada, justamente por neles perceber brechas e oportunidades que fortaleçam outros ordenamentos socioambientais.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. 2004. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In:* ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 13-35.
- COX, R. 2010. *Environmental communication and the public sphere*. Thousands Oaks, California, Sage Publication.
- DEL VECCHIO DE LIMA, M. 1999. Estratégias de comunicação na viabilização de projetos tecnológicos: o caso da termelétrica a carvão de Paranaguá. *Educação e Tecnologia*, 1 (1):43-54.
- DEL VECCHIO DE LIMA, M.; LOOSE, E. B.; SCHNEIDER, T.; NOGAROLLI, A. F.; LAMBACH, H. F.. 2014. Os dilemas da Comunicação Ambiental no contexto do desenvolvimento hegemônico. *Comunicação, Mídia e Consumo*, 11: 203-221.
- LEFF, E. 2011. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo, Editora Cortez, 2001.
- MORAES, D. 2006. A tirania do fugaz: mercantilização cultural e saturação midiática. *In:* MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro, Mauad, p. 33-49.
- PEREIRA, M. A.; CARVALHO, E. 2008. Boaventura de Sousa Santos: por uma nova gramática do político e do social. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, 73: 45-58. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452008000100002>. Acesso em: 20/04/2015.
- SANTOS, M. 2001. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro, Editora Record.
- SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (Orgs.). 2010. **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Editora Cortez.
- SOUSA SANTOS, B. 2005. Os processos de globalização. *In:* SOUSA SANTOS, B. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo, Cortez.
- SOUSA SANTOS, B. 2004. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. Madison-USA. Disponível em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/documentos/fsm.pdf>>. Acesso em: 08/05/2014.

SOUSA SANTOS, B. 2007a. Para além do conhecimento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78:3-46.

SOUSA SANTOS, B. 2007b. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, Boitempo.

SOUSA SANTOS, B. 2005. **Mídia e Democracia**. Portugal: Centro de Estudos Sociais. Disponível em: < <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/118.php>>. Acesso em: 09/05/2014.

SOUSA SANTOS, B. 2012. **Projeto Alice**. Portal Alice, Coimbra-Portugal. Entrevista concedida em 16 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/about/?lang=pt>>. Acesso em: 08/05/2014.

SOUZA PORTO, M. F. 2012. **Uma ecologia política dos riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.

TORO, J. B. 1996. Mobilização social: uma teoria para a universalização da cidadania. *In: Comunicação e Mobilização Social*. Brasília, UnB, p. 26-40.

WOLTON, D. 2004. **Pensar a Comunicação**. Brasília, Editora da UnB.

ASSOCIATIVISMO NA MARICULTURA DO SUL DE FLORIANÓPOLIS: IMPORTÂNCIA E LIMITES DO PROCESSO ORGANIZATIVO

Leonida Reich¹

RESUMO

A atividade do cultivo de espécies marinhas a exemplo de mexilhões, ostras, vieiras, entre outras, se constitui numa atividade recente no Brasil. Santa Catarina é o maior produtor destas espécies em nível nacional, sendo que a ilha de Florianópolis é uma das regiões em destaque nesta atividade. Como ocorre com a atividade, o processo organizativo das famílias envolvidas nela, também se encontra num estágio embrionário, mas que mesmo assim é demandado permanentemente ao diálogo, à luta por todas as necessidades que cercam a atividade e a sua condição. Este trabalho se propõe a colocar em debate alguns dos dilemas que se colocam para as organizações, em especial, para as associações que representam as famílias maricultoras. O estudo traz alguns elementos relacionados ao processo de organização interna, bem como da sua relação com o Estado, além de apontar algumas questões que se colocam como desafios para estas organizações. Como referência empírica, este trabalho contou com os dados levantados junto a Associação dos Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha (AMPROSUL), durante o ano de 2012.

Palavras-chave: Associações. Movimentos Sociais. Maricultura.

¹ Mestre em Agroecossistemas, pela Georg- August- Universität – Göttingen, Alemanha; Aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1 INTRODUÇÃO

A literatura que busca conceituar de forma mais precisa as associações, no sentido inclusive de tentar abranger a imensa complexidade de organizações que compõe o universo associativo, passa por constantes revisões, o que ainda assim preserva visões diferentes quando se trata de ampliar ou restringir este universo, com base nas atribuições e interpretações dadas às associações. Observamos que uma das referências mais importantes no cenário analítico e conceitual que envolve as associações são trazidas por Mark Warren, em sua obra “Democracy and Association” (2001). O autor tenta construir um quadro a partir de diferentes formas associativas, buscando distinguir o seu papel na sociedade a partir dos seus objetivos, sobretudo, no que se refere às diferentes contribuições destas organizações para as democracias.

A importância teórica dada às associações ainda é recente, e pode ser considerada fruto da complexificação da sociedade, gerando novas formas de organização por parte dos grupos sociais que não sentem os seus anseios contemplados, seja por formas organizativas preexistentes e muitas vezes pelo próprio Estado. Os avanços tecnológicos e os processos de globalização atribuem aos meios de comunicação e às novas mídias, um papel cada vez mais relevante para a articulação de organizações e grupos em forma de redes, superando não apenas as formas “convencionais” (baseadas na presença física das pessoas), como também das distâncias e das fronteiras. Este novo cenário das relações sociais se torna cada vez mais um desafio para os pesquisadores, que são demandados a acompanhar e dar respostas (complexas), num contexto cada vez mais dinâmico.

No atual universo caracterizado pelas transformações e reinvenções das relações sociais, os movimentos sociais enquanto forma organizativa de setores da sociedade que tem entre suas principais características a ação coletiva e a busca de transformações sociais, política e econômicas, continuam com um papel relevante nas pesquisas. Com o surgimento de novas demandas da sociedade, surgem novos pontos de conflito que ultrapassam as relações entre capital e trabalho, e ou entre a sociedade civil e o Estado. Inúmeros autores, a exemplo de Alberto Melucci, vêm buscando desvendar as novas e complexas faces de movimentos sociais.

Neste trabalho, que busca analisar o processo organizativo dos maricultores familiares da região Sul (Ilha) de Florianópolis, tendo como sujeito principal a Associação dos Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha – (AMPROSUL), vamos mostrar uma realidade organizativa na qual associações desempenham um papel muitas vezes mais próximo do que conceitualmente se define como “movimentos sociais”.

Neste sentido, trazemos inicialmente algumas proposições conceituais acerca das associações, e dos movimentos sociais, numa perspectiva que aponta as características dos dois universos, sem perder de vista as diferentes interações e inter-relações possíveis entre as associações e os movimentos sociais.

Na continuidade apresentamos alguns elementos que ajudam numa breve contextualização da maricultura, da região e em especial da estrutura organizativa presente neste setor. Para enriquecer a análise, tivemos a possibilidade de contar com os dados de uma pesquisa de campo realizada junto a uma das associações do Sul da Ilha de Florianópolis, a Associação dos Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha (AMPROSUL), no segundo semestre de 2012, por meio de um trabalho feito junto a esta organização, como colaboradora.

Diante da proposta de identificar “a importância e os limites do processo organizativo” da associação, por meio deste estudo, decidimos destacar dois aspectos que entendemos ser centrais para a análise, que é por um lado, a sua “capacidade organizativa e a qualidade de representação”, e por outro, a “relação entre a associação e o poder público”. Finalizando, buscamos apontar alguns dos principais limites e desafios para as associações, em especial para a

AMPROSUL, frente ao seu processo organizativo, à luz das reflexões feitas ao longo desta elaboração.

2 ALGUMAS QUESTÕES CONCEITUAIS ACERCA DAS ASSOCIAÇÕES E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar de haver inúmeras abordagens sobre o papel e a importância das associações no âmbito da sociedade civil², observa-se um relativo consenso quanto a sua importância para a ampliação e qualificação da democracia, tendo presente que estas contribuições podem ser muito diversas, com impactos maiores ou menores, a depender dos seus objetivos, seu espaço e formas de atuação. Concordamos com Lüchmann (2011, p. 02), quando afirma que é necessário ter cuidados com as generalizações, quando se trata de exaltar os “impactos democráticos das associações, sem maiores cuidados no que se refere a necessidade de se especificar, no interior deste campo complexo e plural, os diferentes tipos de associações, seus diferentes, e muitas vezes contraditórios efeitos democráticos”. Para Warren (2001, p. 12), a partir do que ele denomina de “democratic ecology of associations”, é possível, através de elementos diversos construir um quadro que demonstra a contribuição das diferentes formas associativas para a democracia.

É fato também que não podemos partir do pressuposto que toda a forma de associação contribua necessariamente para o bem comum da sociedade, há os que se associam, visando objetivos negativos (racistas, separatistas, criminais, etc.). (CHAMBER e KOPSTEIN, 2001).

Apesar da dificuldade em definir teoricamente as associações, a partir de um conceito geral, levando em consideração o amplo universo de formas e formatos de associações, segundo as proposições de Lüchmann, (2011), podemos partir de três perspectivas teóricas principais, que buscam fazer uma interpretação das associações e da sua contribuição para a democracia. Uma destas vertentes se encontra na obra acerca da teoria do capital social de Putnam (1995, 2002), na qual ele destaca a importância do papel das “associações secundárias” no fortalecimento da “virtude cívica”³, por estimularem sentimentos e práticas de “cooperação, solidariedade, confiança e tolerância” nos cidadãos, além de contribuírem para ampliar “a eficácia e a estabilidade de governos democráticos”. (2002, p. 103)

Outra perspectiva teórica é a da “democracia associativa”, defendida entre outros, por Cohen e Rogers (1995), que destacam a importância de organizações mais amplas, com atuações para além da esfera local, a exemplo de grandes associações, sindicatos e federações, com poder de intervir na ordem social e política vigente.⁴ Nesta perspectiva teórica a democracia associativa é interpretada como “alternativa de governança democrática”, por estar “ancorada no ideal igualitário da vida associativa”. Os autores destacam a “informação”, a “equalização da representação” e a “educação cidadã”, como principais contribuições das associações para a democracia. (LÜCHMANN, 2011, p. 7-8).

A terceira abordagem se alicerça na teoria de sociedade civil de Habermas, que relaciona as associações e os movimentos sociais com o que ele denomina de “mundo da vida”,

² Para Cohen e Arato (1994, p. 150) os “movimentos sociais no Leste e no Ocidente, no Norte e no Sul têm se apoiado em tipos interessantes embora ecléticos de síntese, herdados da história do conceito de sociedade civil. Eles pressupõem, em diferentes combinações, algo de divisão gramsciana tripartite entre sociedade civil, Estado e mercado, ao mesmo tempo em que preservam aspectos-chaves da crítica marxista à sociedade burguesa. Eles também reivindicam a defesa liberal dos direitos civis, a ênfase dada por Hegel, Tocqueville e outros à pluralidade societária, a importância dada por Durkheim ao componente da solidariedade social e a defesa da esfera pública e da participação política acentuadas por Habermas e Hanna Arendt.”

³ Segundo o autor, “Na comunidade cívica, a cidadania implica em direitos e deveres iguais para todos. Tal comunidade se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não por relações verticais de autoridade e dependência.” (PUTNAM, 2002, p. 102).

⁴ *Apud*, LÜCHMANN, 2011, p. 62.

que se estrutura fundamentalmente através de processos comunicativos, se distinguindo de estruturas relacionadas à esfera governamental e econômica. Nesta mesma perspectiva também Cohen e Arato (1994), tem uma importante contribuições, inclusive na perspectiva e trazer alguns elementos novos para este debate, como a relativização de alguns aspectos do conceito formulado por Habermas (1997).

Além destes três campos teóricos com suas importantes contribuições para a definição do significado das associações, ainda podemos relacionar a definição proveniente da teoria dos movimentos sociais.⁵ A sua definição passa pelo “caráter de mudança”, através da ação coletiva, com ênfase nas relações de conflito, enquanto características centrais dos movimentos sociais. Segundo Diani (1992, p. 13), os movimentos sociais se constituem de “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”. (DIANI e BISON, 2010, p. 220). A literatura sobre movimentos sociais é bastante ampla e passa por releituras permanentes inclusive pela grande dinamicidade e complexidade social, na qual eles se inserem e acabam sendo a expressão das contradições geradas pelas relações sociais. Para Melucci (2001, p. 44), “Um movimento opera no interior de diversos sistemas organizativos, situa-se entre um ou mais sistemas políticos, agem em uma sociedade histórica, na qual coexistem vários sistemas produtivos. A sua ação envolve, portanto, uma gama de problemas, de atores, de objetivos.”

Ainda no âmbito do movimento social, vem se constituindo uma vertente que trabalha os movimentos sociais na perspectiva de “redes”. (SCHERER-WARREN, 2006). Contudo, o conceito de redes é utilizado em perspectivas diversas, a exemplo de Melucci (2001) que aplica o conceito para descrever a forma organizativa da ação coletiva de movimentos sociais mais recentes (ambientalista, feminista, voluntário, etc.). Para ABERS e BÜLOW, parte dos estudos resultantes da ampla disseminação do conceito de redes “sofre dois problemas: uma visão aprioristicamente positiva das redes como metáfora para descrever novas formas de organização coletiva, supostamente menos hierárquicas, e uma visão teoricamente pouco desenvolvida de redes, que não especifica os vínculos entre os diferentes tipos de atores” (2011, p. 73)

Mesmo considerando as diferentes leituras acerca das atribuições e das contribuições das associações dentro do complexo e vasto tecido social, com suas contraditórias relações, se evidencia uma perspectiva relativamente convergente quanto a sua importância na sociedade, seja na perspectiva do fortalecimento da democracia, como na promoção de relações de vivência coletiva, tolerância, solidariedade e cooperação. Contudo, para se chegar a uma definição que consiga abarcar toda a diversidade associativa, ao que consta a elaboração mais abrangente é a encontrada em Warren (2001), que busca incluir desde os grupos familiares, organizações de representação de classe, como sindicatos, até as formas associativas de grupos econômicos. Mas para que esta complexa pluralidade possa ser abarcada, evitando a utilização do conceito de “sociedade civil”, o autor propõe a distinção entre “associações” e “relações associativas”. Lüchmann, (2011, p. 17).

Associations are organizations whose force is derived primarily from associational relations – that is, relations based on normative influence. *Associational relations* refers to one of the three general means of organizing societies. It follows that the distinction between state, economy, and civil society is one of institutional domain, while the distinctions between bureaucracy, market, and associational relations refer to types of operative organization. The sets of distinctions are related in that each kind of institutional domain is centered, as it were, on a type of operative organization, of which no institution is a pure exemplar. No institution can work purely through market transactions, nor through hierarchical command. Likewise, few associations, owing to

⁵ O principal aspecto que diferencia as teorias mais específicas dos movimentos sociais das associações se baseia na sua dimensão conflitiva e das ações coletivas, assim como pela sua “organização grupal com identidades e objetivos bem formulados”. (LÜCHMANN, 2011, p. 09). Ver também (DIANI e BISON, 2010; ABERS e BÜLOW, 2011; MELUCCI, 2001).

their entanglements with power and money, exhibit the purely voluntary and consensual qualities of associational relations". (WARREN, 2001, p. 54).

Nesta perspectiva, parte-se do pressuposto da existência de relações associativas no âmbito das esferas estatais e econômicas, da mesma forma como podemos encontrar nas associações a existência de relações econômicas e políticas.

3 A MARICULTURA NO SUL DE FLORIANÓPOLIS – BREVE HISTÓRICO

Compreende-se por aquicultura a atividade de “cultivo de organismos aquáticos, incluindo peixes, moluscos, crustáceos e plantas aquáticas” (FAO, 2009)⁶. Segundo a mesma instituição, a “produção pesqueira mundial” se subdivide em dois grandes grupos: Marinha e Continental. A aquicultura marinha é desenvolvida em águas marinhas, enquanto que a aquicultura continental se desenvolve em águas doces.⁷

No âmbito da aquicultura marinha, o maior investimento tem acontecido na produção de camarão em cativeiro (carcinicultura), atividade desenvolvida predominantemente pela China, Tailândia, Indonésia e Índia, responsáveis por 81% da produção de camarões em cativeiro (FAO, 2009). No Brasil a atividade vem tendo um crescimento anual em torno de 15%, sendo que o Nordeste é o maior produtor de camarões-marinhos em cativeiro, com 85% do total da produção nacional. O crescimento da aquicultura marinha no período de 1999 a 2004, envolvendo as diferentes espécies cultivadas foi de 947,2% (ROSSO, 2010, p. 24), o que demonstra a dinamicidade e o potencial deste setor no país.

No cenário nacional, o estado de Santa Catarina tem um destaque especial na produção aquícola, mais conhecida como maricultura⁸, através da produção de ostras (ostreicultura) e o mexilhão (mitilicultura). Santa Catarina produz 95% da produção nacional, majoritariamente de forma artesanal, através da produção familiar (ROSSO, 2010).

A Implantação da maricultura no Estado se deu a partir da década de 1980, através da iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A primeira experiência foi realizada em Balneário Camboriú (SC), em 1983. As pesquisas e a implementação de experimentos seguiram até o final da década, uma vez que o registro da primeira produção comercial de mexilhões no Estado, de 190 toneladas, foi registrada em 1990 (EPAGRI, 1999). O crescimento da produção foi bastante grande, sendo que em 1998, chegou a 8.000 toneladas.

O desenvolvimento da atividade em Santa Catarina teve o propósito inicial de servir como uma alternativa econômica para pescadores artesanais, por ser o setor mais afetado pelo declínio da pesca de captura no litoral do Estado. Em 1999 a prefeitura Municipal de Florianópolis, em parceria com o Escritório Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento (EMAPA), implementou o “Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura”, com o objetivo de “incentivar o cultivo de moluscos (ostras e mexilhões), como alternativa de geração de trabalho e renda à população pesqueira artesanal.” (MARIANO, A. & PORSSE, M. C. S., 2005, p. 251).

⁶ FAO Yearbook Fishery and Aquaculture Statistics, 2009. Disponível em <http://www.fao.org/fishery/statistics/global-aquaculture-production/en>. Acesso em 05/07/2013.

⁷ A aquicultura marinha, realizada em águas marinhas, inclui atividades de captura e de cultivo. Enquanto que a aquicultura continental pode ser realizada em diversos ambientes como lagos, represas, rios, etc. geralmente em água doce.

⁸ Conforme a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) (1999), a maricultura se caracteriza pelo cultivo de organismos marinhos em seu habitat natural e se refere ao cultivo de moluscos (ostras e mexilhões), cuja atividade demanda de estruturas fixas em áreas marinhas, como plataformas, balsas, estruturas para cabos (long-line), etc.

A produção de mexilhões e ostras no Sul da Ilha de Florianópolis teve início a partir da década de 1990. A introdução da atividade se deu por intermédio de pesquisadores e técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Conforme relato de maricultores que participaram deste processo, a expectativa da possibilidade do cultivo de mexilhões, que até então eram coletados nos costões, era muito grande.

“... Um belo dia chegou aqui o pessoal da universidade (...), pra falar da implantação da maricultura. Isso pra nós foi uma coisa surpreendente! Imagina, pra nós «plantação» que a gente conhecia era feita na terra e não no mar... Quando falaram em «plantar marisco», foi surpresa maior ainda. Porque nós pescadores conhecíamos o marisco, mas no costão, então aquilo era uma ideia absurda e ao mesmo tempo parecia um sonho! Imagina, o pessoal falando que o marisco ia ficar grande daquele tamanho, e isso em oito meses...!! E depois de sete meses o que era sonho virou realidade, vimos um marisco grado e gordo, muito diferente daquele do costão!!!” (Fala de Maricultor do Ribeirão da Ilha, 2012)⁹.

O início da atividade envolveu cerca de 10 (dez) pescadores do Distrito do Ribeirão da Ilha¹⁰. O crescimento da atividade na região foi bastante acentuada, sendo que atualmente mais de 100 famílias trabalham com o cultivo de moluscos. Além da ampliação do número de maricultores, também houve uma mudança no perfil dos produtores. A atividade surgiu como uma alternativa de renda para os pescadores artesanais, que foram os precursores da atividade na região, entretanto, atualmente a maioria dos maricultores, tem sua origem em outras atividades, em especial dos setores de serviços e do comércio.¹¹

4 A ORGANIZAÇÃO DO SETOR ATRAVÉS DE ASSOCIAÇÕES

A maricultura apresenta uma realidade clássica na qual podemos observar a importância do associativismo, uma vez que desde o início da atividade, as famílias maricultoras passaram a se organizar através de associações. Em praticamente todos os municípios catarinenses onde a atividade é desenvolvida existem associações, através das quais os produtores se organizam e buscam garantir a sua representação nos diferentes espaços da sociedade.

No Sul da Ilha de Florianópolis, que é a principal região produtoras de mexilhões e ostras do Estado, existem atualmente quatro associações de maricultores familiares e a Federação das Empresas de Aquicultura de Santa Catarina - FEAQ. A primeira associação criada na região, em 2001, foi a Associação de Maricultores do Sul da Ilha – AMASI, no mesmo ano também foi criada a Cooperilha – Cooperativa Aquícola da Ilha de Santa Catarina, pelos maricultores, com apoio da Prefeitura Municipal de Florianópolis, com o objetivo de auxiliar os maricultores no processamento e comercialização de sua produção. O seu funcionamento ficou dependente da expedição do selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), que apenas foi liberado em 2007.

No período de 2000 a 2012, com o crescimento da atividade surgem também os conflitos e as divergências entre os produtores. Parte dos associados da AMASI se desligou e criou a Associação dos Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha – AMPROSUL,

⁸ Depoimento publicado no material da AMPROSUL: “Maricultura a emergência de uma atividade inovadora e sustentável”, Florianópolis, 2012.

⁹ Sua sede é a chamada Freguesia do Ribeirão, as outras localidades do distrito, que possui uma área total de 51,54 km², são: Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Caiacangaçu, Caieira da Barra do Sul, Carianos, Costeira do Ribeirão, Praia de Naufragados, Praia da Taperia e Sertão do Peri. (Fonte: <http://www.ribeiraodailha.com/2011/01/aspectos-geograficos.html>) Acesso em 08/07/2013.

¹⁰ Dados levantados a partir do acompanhamento ao longo de dois (02) anos junto ao setor e de pesquisa feita junto aos associados da AMPROSUL em 2012, como veremos na sequência deste trabalho.

em 2005. Posteriormente foram criadas outras duas associações, a Associação de Aquicultoras e Ambientalistas – AMAQUAI e a Associação Sul da Ilha de Maricultores – ASIMAR. A AMASI que em 2005 contava com 152 associados (ROSSO, 2010, p. 31), atualmente se encontra desarticulada, enquanto que as demais associações contam com cerca de 20 a 30 associados.¹¹ As associações se articulam no âmbito estadual através da Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina (FAMASC) e pela Associação Catarinense de Aquicultura (ACAq).¹²

De uma forma mais ampla, é possível dizer que as associações desempenham vários papéis, os quais acabam influenciados pela conjuntura e pela demanda dos próprios maricultores. Como a atividade está concentrada em comunidades locais relativamente bem demarcadas¹³, as associações têm um papel de agregar as famílias na busca da resolução de questões cotidianas relacionadas especialmente à atividade. Além das atividades locais, as associações geram demandas e possibilidades de participação dos seus dirigentes e associados em espaços políticos e sociais, contribuindo para o que Putnam (2002) chama de formação de “capital social”.

Além da articulação dos associados em torno de questões mais cotidianas, observa-se que em inúmeras situações estas organizações adquirem um caráter de “movimento social”. Esta situação ocorre especialmente quando o setor se sente ameaçado pela perda de algum benefício conquistado, ou na necessidade de ampliar conquistas, em especial quando se trata de políticas públicas. A “identidade coletiva”¹⁴ se manifesta especialmente nos momentos de reivindicação e ou de conflito com atores externos. (MELUCCI, 2001). Um exemplo disso ocorre no Sul da Ilha de Florianópolis, onde num universo de cerca de 150 maricultores existem quatro associações, o que num primeiro momento demonstra um elevado nível de fragmentação do processo organizativo, motivando especialmente divergências políticas e interesses pessoais.¹⁵ Mas, em todos os momentos, quando os interesses do setor estão ameaçados, todas as associações se unem para atuar de forma conjunta contra os atores externos.

Ou seja, fica evidente que as associações assumem mais explicitamente o papel de “movimento social”, quando a sua atuação se dá no âmbito de “ações coletivas”.¹⁶ Para Diani e Bison (2010, p. 221), “A ação coletiva não somente se orienta para o trato de problemas coletivos, para corrigir injustiças, conquistar bens públicos, atacar fontes de descontentamento, ou expressar apoio a certos valores ou princípios morais; ela o faz identificando alvos para os

¹¹ Dados levantados a partir do trabalho de acompanhamento como articuladora do “Território da Pesca e Aquicultura da Grande Florianópolis”. Política do Ministério da Pesca e Aquicultura, para estimular o desenvolvimento regional/territorial do setor.

¹² A FAMASC atua fundamentalmente no setor da maricultura, e passa atualmente por um momento de relativa desarticulação. A ACAq abrange também o setor de produção de espécies criadas em águas doces, em especial a piscicultura de açudes. A ACAq está passando por uma reestruturação e vem tendo um importante papel, inclusive na articulação das organizações da maricultura do litoral catarinense.

¹³ Pelo fato da atividade ser desenvolvida no mar, a maioria dos produtores vivem nas localidades (litorâneas), onde acontecem os cultivos.

¹⁴ “O processo de construção, manutenção, adaptação de uma identidade coletiva tem sempre dois ângulos: de um lado a complexidade interna de um ator, a pluralidade de orientações que o caracteriza; de outro a sua relação com o ambiente (outros atores, oportunidades/vínculos). Tal processo é a base para a construção das expectativas e para o cálculo dos custos e benefícios da ação.” (MELUCCI, 2001, p. 69).

¹⁵ Aqui se verifica o caráter “voluntário” das associações, onde ao invés de aprofundar os conflitos internamente, a opção daqueles que divergem da linha de atuação da associação, optam em se desligar da mesma, criando outra organização. Assim é possível identificar um nível bem mais acentuado de conflitos externos (entre as associações) do que internos nas associações, onde se verifica grande homogeneidade com identidade mais efetiva. (WARREN, 2001). No caso da região do Ribeirão da Ilha é importante registrar que as divergências não envolvem a maioria dos maricultores e sim as lideranças, que devido ao seu maior engajamento político, acabam disputando espaços de representação e de poder dentro do setor. (Observação e vivência junto ao setor).

¹⁶ Esta situação ficou bastante clara numa situação em que houve a ameaça da Companhia de Água e Saneamento (CASAN), ameaçou despejar parte do esgoto (semi-tratado) da cidade na Baía-Sul. Outro momento de unificação de todas as associações se deu em torno do debate acerca da demarcação e cessão das áreas de cultivo, através do Ministério da Pesca e Aquicultura. Além de outras questões, que envolviam o reconhecimento público do setor. (fonte: observação no acompanhamento ao setor durante o período de dois anos)

esforços coletivos, especificamente articulados em termos sociais e políticos. ” Neste contexto não se pode desconsiderar o papel da FAMASC e da ACAq, que acabam assumindo a função de “intermediadoras”, que contribuem na constituição numa perspectiva de “rede interorganizacional”, Diani e Bison (2010, p. 222), contribuindo para minimizar as divergências e focando nos objetivos a serem alcançados.

Por outro lado, esta face que aproxima as associações de maricultores da característica de movimentos sociais, (com destaque para a realidade de Florianópolis), confirma uma das características apontadas na análise feita por MELUCCI (2001, p. 29), quando ele afirma que, “quando se fala em movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante de suas energias para manter unidas as diferenças”.

5 A AMPROSUL – ASSOCIAÇÃO DOS MARICULTORES E PESCADORES PROFISSIONAIS DO SUL DA ILHA

A Associação dos Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha – AMPROSUL foi criada em 2005, tendo entre seus principais objetivos: a) representar seus associados junto a organizações públicas e privadas; b) buscar solucionar problemas técnicos da aquicultura; c) incentivar o cooperativismo, estimular a produção e o controle da comercialização pelo próprio maricultor; d) promover e participar das atividades da pesca e aquicultura, em colaboração com outras entidades; e) proteger o meio ambiente em harmonia com a natureza; e f) buscar parcerias. (ESTATUTO SOCIAL, 2005. P. 2).

A maioria dos sócios da AMPROSUL fazia parte de outra associação (AMASI), que por divergências internas acabaram deixando a entidade e decidiram criar outra associação. Conforme depoimento dos associados, o principal motivador para a criação da AMPROSUL foi a articulação coletiva em torno da montagem de coletores de sementes de mexilhões, evitando assim a coleta de sementes nos costões, conforme era a prática da época.¹⁷

A AMPROSUL conta atualmente com cerca de 30 sócios, envolvendo 12 famílias em sua grande maioria residentes no Distrito do Ribeirão da Ilha. A maioria dos maricultores representados pela associação tem sua origem profissional em outras atividades, com destaque para o comércio e os serviços como mostra o quadro abaixo.

¹⁷ Os coletores de sementes de mexilhões, são cabos envoltos por redes de pesca recicladas e garrafas pet. Os cabos, depois de montados são estendidos nos cultivos e as larvas dos mexilhões que se soltam dos costões, acabam automaticamente se fixando nos cabos, onde são manejados pelos maricultores. Os mexilhões se desenvolvem nos próprios cabos, de onde eles são colhidos após atingirem o tamanho adequado para a colheita. Esta técnica de produção de mexilhões é oriunda da França, trazida para Florianópolis por maricultores que participaram de intercâmbios desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis. Atualmente esta técnica é amplamente difundida e adotada por praticamente todos os produtores de mexilhões no país. (Dados colhidos junto aos maricultores)

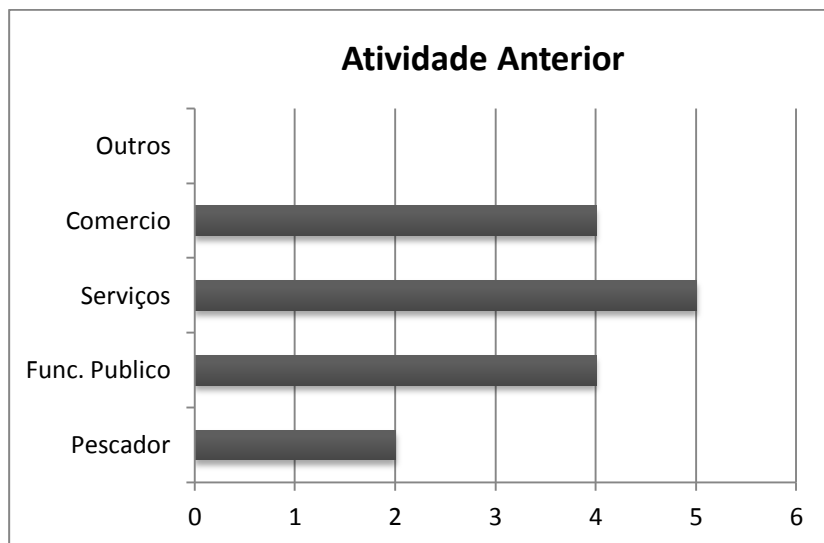


Gráfico1: Atividade profissional anterior ao trabalho com a maricultura

Fonte: pesquisa feita junto aos maricultores¹⁸

Cabe ressaltar que 50% dos entrevistados continuam atuando em outra atividade, se dedicando apenas parcialmente à maricultura.¹⁹ Todos os sócios entrevistados atuam em regime familiar, com casos de contratação de funcionários esporádicos (diaristas), em períodos de muito trabalho.

A associação não tem sede nem estrutura própria de funcionamento. Para o registro e referência dos associados, a sede funciona na casa do atual presidente, que usa a sua estrutura pessoal (telefone, computador, impressora, internet, carro, casa, etc.) para a realização das atividades da associação, da mesma forma como o trabalho dos membros da direção é voluntário. A fonte de financiamento é uma contribuição voluntária mensal de cada sócio, no valor atual de R\$ 10,00 (dez reais), mas nem todos pagam a sua contribuição regularmente, o que deixa o caixa da associação invariavelmente no negativo.

A estrutura organizativa se constitui por uma direção composta pelas funções de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Tesoureiros e Primeiro e Segundo Secretários; e pelo Conselho Fiscal, com membros titulares e suplentes, com mandato de dois anos. O órgão máximo de decisão é a Assembleia Geral Ordinária, realizada uma vez por ano. Mensalmente é realizada uma reunião, para a qual todos os sócios são convidados. Nestas reuniões são apresentados os encaminhamentos feitos pela direção no decorrer dos últimos trinta dias, também são apresentadas questões que demandam de decisão e ou de aprovação para serem realizadas/implementadas.

Para além das contribuições dos associados, a AMPROSUL tem buscado recursos junto a órgãos governamentais, para aquisição de equipamentos de uso comum dos associados, insumos para a produção e para a realização de atividades de qualificação e formação dos seus associados.

¹⁸ Em 2012 foi realizada uma pesquisa junto aos associados (as) da AMPROSUL, com a finalidade de realizar um diagnóstico do seu perfil, dinâmica produtiva, avaliação do trabalho da associação e a indicação de demandas dentro da atividade. Aplicação e sistematização da pesquisa: Leonida Reich. (questionário em anexo).

¹⁹ A dedicação parcial é mais comum entre os produtores de mexilhões, (comercializados com casca) que demandam bem menos trabalho comparado aos que comercializam o produto sem casca e embalado. Os produtores de ostras, por demandar trabalho mais intensivo, em via de regra atuam integralmente na maricultura.

6 A CAPACIDADE ORGANIZATIVA E QUALIDADE DE REPRESENTAÇÃO

São inúmeros os atributos dados às associações, mesmo considerando as diferentes vertentes teóricas (LÜCHMANN, 2011).²⁰ Contudo, para que as diferentes virtudes possam se concretizar é necessário que estas associações estejam organizadas para que o seu funcionamento possa de dar “de fato”.²¹ Em muitas situações a atuação de associações locais menores fica limitada pela falta de recursos (físicos, financeiros, pessoal, conhecimentos, etc.) dos associados, o que se estende para a associação. Esta limitação acaba influenciando na capacidade organizativa e consequentemente na sua capacidade de intervenção na sociedade.

No caso da AMPROSUL, que é uma associação que representa maricultores familiares, com uma situação financeira relativamente limitada, observamos que as dificuldades dos associados se reproduzem na associação, que pelo fato de não possuir nenhuma estrutura e depender basicamente da doação e atuação voluntária da direção associados, acaba limitando a sua organização e sua capacidade de intervenção.²² O que se observa é um certo “círculo vicioso”, exemplo disso é que a associação desde a sua fundação não regularizou a sua situação contábil e fiscal, o que lhe impede de acessar recursos (a fundo perdido) que poderiam ampliar a sua atuação. Todo o trâmite burocrático para que a associação esteja oficialmente regular, conforme as exigências legais, ultrapassam os conhecimentos dos seus associados, fazendo com eles dependam de ajuda externa (voluntária, já que a associação não tem recursos para pagar este tipo de assessoria) para este fim.

Numa avaliação feita pelos associados, estes consideram que “diante das condições em que se encontra, a associação tem uma atuação positiva”, da mesma forma que a maioria dos associados reconhecem que a sua participação deveria ser maior, conforme demonstra o gráfico 2.

²⁰ Considerando a perspectiva de Tocqueville, que atribui às associações a capacidade de “gerar maior civilidade nos cidadãos”, seja na visão de Putnam (1996, 2001), quando destaca a importância das associações na “promoção de redes de engajamento cívico e no desenvolvimento de virtudes democráticas”, ou ainda na perspectiva da “democracia associativa”, defendida por Cohen e Rogers (1995), como pelas importantes contribuições de Warren (2001), destacando os “benefícios democráticos” das associações, entre outros.

²¹ Por experiência de atuação neste campo, podemos afirmar que nem todas as associações formalmente constituídas, têm um funcionamento efetivo.

²² Esta situação não é exclusiva da AMPROSUL, observamos que as demais associações também se encontram formalmente irregulares, sendo que nenhuma delas atualmente está apta a receber recursos financeiros de órgãos governamentais, como também de assinar convênios ou parcerias com os mesmos.

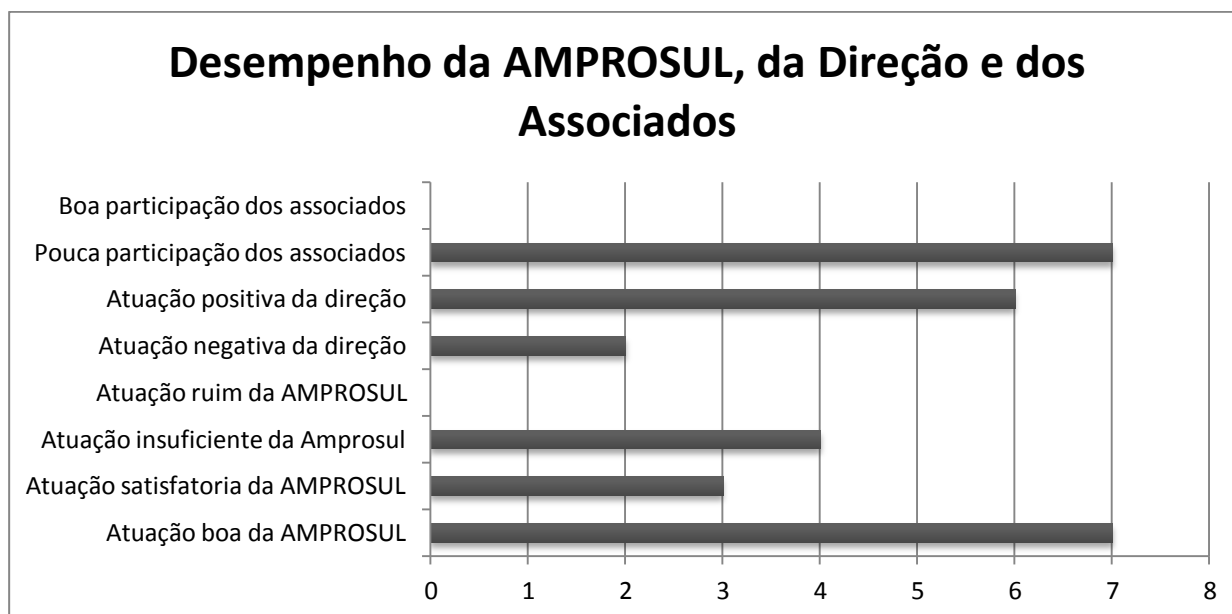


Gráfico 2: Avaliação da atuação da AMPROSUL pelos seus associados

Fonte: Pesquisa de campo realizada em 2012.

Como demonstra o gráfico, a maioria dos entrevistados reconhece o empenho dos membros da direção e as dificuldades nas quais estes realizam as suas atividades. Com relação a AMPROSUL, mesmo os que consideram a sua atuação insuficiente, destacaram que esta situação se deve à falta de condições estruturais e financeiras.

Contudo, mesmo diante das dificuldades identificadas a AMPROSUL tem um importante papel na representação dos interesses dos maricultores a ela associados. A associação, por meio da sua direção, participa da maioria dos eventos onde são discutidos os interesses da categoria, como fóruns, seminários, conferências e outros eventos que tratam de questões relacionadas a maricultura. Ou seja, identificamos aqui um conjunto de ações que reforçam a “importância democrática das práticas associativas”, (LÜCHMANN, 2011, p. 04) entre os quais se destacam o seu empenho em “defender as demandas de um grupo vulnerável e excluído” (COHEN, 1999) (especialmente no que se refere ao acesso a políticas públicas).

Outra característica identificada na atuação da AMPROSUL é a sua busca em constituir parcerias (mesmo de forma informal), com atores públicos-estatais, como a Universidade Federal de Santa Catarina, a Marinha, a Empresa de Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural (EPAGRI), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), entre outros, na perspectiva de “promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas”, o que segundo FUNG (2003), se constitui numa forma de “enriquecer as bases da participação e da representação política da democracia” (LÜCHMANN, 2011, P. 04).

Por outro lado, a constituição de alianças e de parcerias também acontece no âmbito da esfera não governamental, ou seja, na iniciativa de se relacionar com outros atores sociais, como associações de pescadores artesanais, movimentos sociais, cooperativas, entre outros.²³ No entendimento dos membros da direção da associação, a constituição dessas alianças estimula e fortalece a própria organização.

²³ A AMPROSUL, tem realizados intercâmbios para troca de experiências com agricultores assentados, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, para conhecer o seu processo organizativo e cooperativo, além de cooperativas e associações no âmbito da maricultura e da agricultura familiar.

“Os intercâmbios são muito importantes, a gente sempre aprende, mesmo que não seja em organizações da maricultura, a gente conhece outras cooperativas e associações, que estão mais bem organizadas do que as nossas, isso faz com a gente aprenda questões novas que podem ajudar na nossa organização, que ainda precisa ser fortalecida.” (maricultora, ex-presidente da associação)

Observamos aqui a iniciativa da AMPROSUL de se inserir num espaço mais amplo, na perspectiva de se fortalecer através da inter-relação com outros atores sociais, que possibilitam uma identificação de objetivos comuns. Esta é uma característica mais diretamente atribuída aos movimentos sociais. Conforme Diani e Bison (2010, p. 222), “Um processo de movimento social está presente na medida em que atores, tanto individuais como organizados, mantendo a sua autonomia e independência, engajam-se em trocas sustentadas de recursos na busca de objetivos comuns”.

7 A RELAÇÃO ENTRE A ASSOCIAÇÃO E O PODER PÚBLICO

As diferentes abordagens teóricas aqui destacadas ressaltam a importância das associações para a ampliação e qualificação da democracia. Entre estes efeitos, podem ser destacados os seus impactos no âmbito da “esfera pública”. Para os teóricos da sociedade civil, como Habermas (1997) e Cohen e Arato (1992), as organizações (associações civis e movimentos sociais) que compõe o “mundo da vida”, constituem um campo essencial na tematização e formulação de questões voltadas ao interesse de setores da sociedade excluídos dos debates públicos. Outra atribuição feita às organizações civis, em especial as associações, é a sua relevância na formação da identidade dos indivíduos e na construção de valores como a solidariedade.²⁴

A Maricultura, pela sua característica (do seu desenvolvimento num espaço público – no mar), demanda por um lado, do estabelecimento de definições e normas para o seu funcionamento, que em grande parte estão condicionadas as decisões e à legislação dos diferentes órgãos públicos.²⁵ (PAULILO, 2004). Por outro lado, o fato da atividade ainda ser muito nova, há grande carência de políticas públicas, que possam dar o suporte necessário à atividade, como assistência técnica, crédito, inspeção sanitária, entre outros, principalmente para os produtores familiares, com menos recurso para investimentos. (ROSSO, 2010).

Frente a este contexto das associações, e analisando aqui de forma mais específica a atuação da AMPROSUL, observamos um forte direcionamento para a reivindicação, a negociação e busca de parcerias com as instituições e órgãos estatais, visando contemplar as demandas do setor. A relação da associação com os entes governamentais (nos diferentes níveis) ocorre por iniciativa de ambas as partes,²⁶ podendo se dar na perspectiva de relações de parceria,

²⁴ “Na medida em que atores se entendem mutuamente e concordam sobre a sua condição, eles partilham uma tradição cultural. Na medida em que eles coordenam as suas ações por intermédio de normas intersubjetivamente conhecidas, eles agem enquanto membros de um grupo social solidário. Os indivíduos que crescem no interior de uma tradição cultural e participam da vida de um grupo internalizam orientações valorativas, adquirem competência para agir e desenvolvem identidades individuais e sociais” (COHEN e ARATO, 1994, p. 153).

²⁵ “... O acesso às baías para fins de maricultura encontra-se regulamentado pela associação de maricultores e pela EPAGRI, e cabe a esta última tramitar as licenças dos interessados em se iniciarem na atividade junto a outros órgãos. Junto à Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA deve ser obtida a licença ambiental; junto ao (Ministério da Pesca e Aquicultura) o registro de maricultor (...), a Secretaria do Patrimônio da União – SPU confere se a área requisitada está entre as demarcadas para a aquicultura; e a Capitania dos Portos do Ministério da Marinha verifica se não haverá interferência com as atividades de navegação.” (PAULILO, 2004, p. 02)

²⁶ A AMPROSUL, mesmo sendo uma organização pequena e com pouca estrutura, é conhecida e reconhecida pelos órgãos governamentais, o que a coloca como uma das principais representações locais dos interesses da maricultura familiar. A

como também de forma conflituosa através da divergência de interesses e posições, a depender dos conteúdos e/ou da situação.²⁷

A carência de políticas públicas para o setor da maricultura pode ser atribuída, entre outros fatores, pela ainda frágil e recente estruturação de órgãos oficiais de representação do setor em todos os níveis governamentais, ou seja, em nível estadual foi criado em 2012 o Departamento de Pesca e Aquicultura, junto a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, enquanto que o Município de Florianópolis ainda está estruturando a recém (2013) criada Secretaria de Pesca e Aquicultura. A criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em 2003, e sua transformação em Ministério da Pesca e Aquicultura em 2008, foi importante por reconhecer a importância, sobretudo econômica, do setor (ROSSO, 2010). Reconhecimento este que contribuiu, e vem contribuindo para ampliar a sua visibilidade nos demais níveis governamentais. Este tardio reconhecimento do setor por parte do Estado é uma das razões de ainda não existirem órgãos de representação oficiais, a exemplo dos Conselhos, fato este que demanda das organizações sociais (associações) uma constante necessidade de criar espaços “alternativos e informais” junto a estes órgãos, para fazer as suas interlocuções.²⁸

O fato da AMPROSUL ter uma relação próxima com vários órgãos governamentais, tem lhe favorecido no acesso a recursos públicos, na forma de projetos e subvenções para a aquisição de insumos, equipamentos e máquinas para o setor produtivo. Entre as várias associações, ela é uma das poucas que tem tido conquistas nesse âmbito, o que pode ser considerado em parte, resultado da habilidade de negociação por parte dos membros de sua direção e da aplicação dos recursos acessados em favor do coletivo com bastante transparência.³⁷ Entretanto, não se pode deixar de levar em conta as relações que existem entre membros da direção e políticos locais, que acabam tendo um papel muito importante na “facilitação” de trâmites que viabilizam o acesso a determinados projetos e recursos. Ou seja, estas relações buscam contemplar os interesses coletivos, mas muitas vezes embutem interesses pessoais (SORJ, 2000).²⁹

Não se pode deixar de observar a configuração de uma relação “clientelista”, adotada ainda por muitos políticos, normalmente com interesses eleitorais, como ficou muito visível nas eleições municipais de 2012.³⁰ Mesmo que os recursos obtidos pela associação, por meio destas relações sejam aplicados de forma transparente, com a devida prestação de contas dos recursos junto aos órgãos financiadores, ainda assim há o privilégio no acesso, uma vez que ele se dá não pela via correta, que seria através de edital público.

associação é convidada com frequência para participar de eventos que discutem questões relacionadas à maricultura, como fóruns, seminários, conferências, reuniões, entre outros.

²⁷ Conforme ABERS e BÜLOW, as relações entre os atores sociais e o Estado, nem sempre se dá de forma conflituosa e ou de oposição, elas apresentam situações em que podem ser encontradas “colaborações entre alguns atores dentro e fora do Estado, enquanto persistiram conflitos entre outros.” (2011, p. 71).

²⁸ A ausência de espaços formais de participação, diálogo e de deliberação, a exemplo dos Conselhos, não existe na maricultura. Dessa forma, estes espaços precisam ser permanentemente constituídos, sempre que ocorre a demanda de diálogo entre as partes. Esta situação leva, em alguns casos, a um deslocamento de relações que deveriam ser institucionais para um patamar pessoal, ou seja, negociações que deveriam acontecer em espaços formalmente constituídos são tratadas com políticos, que buscam favorecimentos pessoais/eleitorais a partir destas relações.

²⁹ Antes de acessar recursos por meio de projetos, subvenções, etc. é feita uma discussão com todos os associados, que são consultados a respeito da questão. Uma vez acessado os recursos, a sua aplicação também é discutida no coletivo. (Análise das Atas das reuniões mensais e acompanhamento às reuniões durante o ano de 2012).

³⁰ Para Sorj (2000, p. 90-91), “As identidades coletivas nas sociedades modernas são recursos sociais, instrumentos através dos quais os indivíduos formam grupos estáveis, dão sentido à ação social e a partir dos quais negociam sua posição dentro do próprio grupo e/ou na sociedade. A análise de novas identidades deve incluir tanto os componentes mais profundos e inconscientes da formação de valores e crenças quanto as dimensões de manipulação estratégica da identidade coletiva e o poder do grupo, em particular dos líderes, para alcançar posições de mando e outras vantagens para si mesmos e/ou para o seu grupo”.

³¹ As principais lideranças da AMPROSUL foram procuradas por inúmeros políticos, “cobrando” o apoio as suas candidaturas, através da exposição de materiais de propaganda nas residências, inserção de depoimentos nos horários de propaganda eleitoral nos meios de comunicação, entre outros.

Este caso ilustra que há uma complexidade de relações entre as associações e o Estado, que podem tanto ser importantes para a “democratização da democracia” (COSTA, 1997), através da sua inserção nos espaços institucionais, na perspectiva de ampliar os espaços de participação e do acesso a políticas públicas, como também podem integrar relações de cultura “assistencialista e clientelista”, normalmente atribuída mais diretamente às instituições políticas. (LAVALLE, 2003). Ao mesmo tempo, demonstra que as organizações civis não podem ser vistas como parte de uma esfera a parte do Estado e do mercado, distante das influências derivadas das relações baseadas no poder e nos recursos financeiros (HABERMAS, 1997; COHEN e ARATO, 1994).

8 LIMITES E DESAFIOS DO PROCESSO ORGANIZATIVO

A realidade da AMPROSUL pode ser considerada ilustrativa para um grande número de pequenas associações de atuação local no Brasil. Elas normalmente são constituídas por grupos que buscam através das associações facilitarem o acesso a recursos, a bens e serviços e a políticas públicas ainda inacessíveis. Nesta situação se evidenciam duas situações: por um lado, é comum que estas associações assumam uma postura de movimento social, com uma característica mais reivindicativa, através de ações coletivas, muitas vezes conflituosas na relação com os atores externos (DIANI e BISON 2010; MELUCCI, 2001). Por outro lado, considerando os aspectos político-culturais baseados em relações clientelistas, ainda muito presentes na cultura política brasileira, estas associações podem por vezes ser cooptadas e ou manipuladas por partidos ou lideranças políticas locais, sem perder de vista que estas relações normalmente embutem interesses de ambas as partes.

Contudo, a reprodução de relações clientelistas por parte das associações também não pode ser vista apenas sob o aspecto da “prática negativa baseada na má fé”. Este tipo de comportamento pode ocorrer também em consequência de falta de formação, informação e conhecimentos específicos acerca do associativismo, que é fundamental para se compreender a complexidade das relações sociais e políticas e os jogos de interesses nelas embutido. Para Melucci, (2001, p.142) “O conhecimento é um recurso fundamental para os novos atores conflituais, seja porque, em torno dele, são desencadeados conflitos importantes (apropriação e controle de formas de conhecimento, de informações, de instrumentos, de produção e de circulação de saber), seja porque o conhecimento é a condição para revelar a natureza real das relações sociais ao elevado conteúdo simbólico, próprios das sociedades complexas, por traz da aparência que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva.”

Neste sentido, entre os desafios maiores de associações como a AMPROSUL, está a necessidade de superar relações que, mesmo de forma relativa, acabam comprometendo a sua autonomia podendo colocar em risco a sua idoneidade, especialmente quando se trata de relações que envolvem recursos públicos. Contudo, para que este desafio possa ser alcançado, será necessária a superação de alguns limites importantes, entre os quais podemos citar a questão da qualificação dos seus membros (direção e associados), que por sua vez poderá contribuir na elevação da sua “autoconfiança” quando se trata de “tomar decisões”. O fato dos membros das associações subestimarem a sua capacidade de definir as ações internas e externas contribui para que estas organizações busquem orientações externas, que nem sempre são “descomprometidas e idôneas”.³² Outro limite importante a ser superado é a falta de recursos mínimos para a

³² É comum os membros das associações pequenas de atuação local, formada por pessoas simples subestimarem os seus conhecimentos e a sua capacidade de tomada de decisão, ao mesmo tempo em que sobre valorizam as “contribuições externas”, (advogados, contadores, assessores de políticos, etc.), cujas contribuições nem sempre vem isentas de interesses. Esta é uma constatação a partir da vivência junto ao setor, sendo que em muitas situações havia a expectativa de que eu como colaboradora “que detinha o conhecimento”, segundo eles, deveria sugerir o que a associação deveria fazer.

autossustentação, uma vez que as dificuldades estruturais e financeiras se tornam uma porta de acesso para atores oportunistas, que se utilizam desta situação para a prática do clientelismo e da manipulação política.

Outro limite, que de certa forma se relaciona com o problema da sustentação financeira da AMPROSUL, diz respeito a participação e o envolvimento mais efetivo dos (as) seus (uas) sócios (as). Mesmo havendo um esforço por parte da direção em convidar todos (as) associados (as) para as reuniões mensais, a frequência é bastante baixa.³³ As razões desta “desmobilização”, pode ser atribuída à vários fatores, entre os quais podemos citar capacidade (ou a falta dela), de atender às demandas dos (as) sócios (as), através da associação, o que traz uma certa desmotivação a “participar em algo que não dá o retorno esperado”. Outro elemento que influencia é o tempo e os recursos pessoais a serem dispensados para participar das atividades da associação, na relação “custos x benefícios”.³⁴ Esta situação fica bastante evidente ao comparar a participação dos (as) sócios (as) nas atividades internas (reuniões e assembleias) e atividades que contam com a presença de algum representante externo, especialmente de representantes de instituições e órgãos públicos.

Entre os desafios da AMPROSUL, não se pode ignorar as expectativas dos maricultores entrevistados, durante a pesquisa de campo. Nas respostas à questão “*quais as ações mais importantes que a AMPROSUL deve desenvolver?*” aparece de forma bastante evidente a necessidade de melhorar a organização interna (comunicação, repasse de informações, planejamento, etc.), conforme podemos observar no gráfico 3.

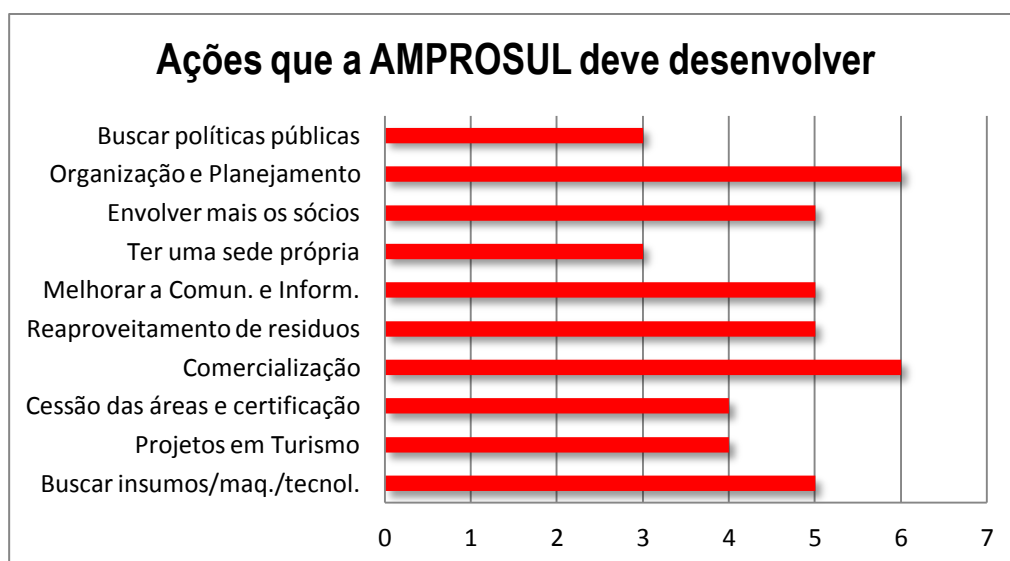


Gráfico 3. Demandas para a AMPROSUL, segundo seus sócios.

Fonte: Dados da pesquisa de campo realizada em 2012.

Um dos desafios na perspectiva da superação dos limites da motivação e da participação sócios talvez esteja no fortalecimento da “identidade coletiva” (MELUCCI, 2001), e na

³³ Dos cerca de 30 associados da AMPROSUL com registro oficial, há uma participação relativamente regular de menos de 10 pessoas, mesmo com convite antecipado e um “lembrete” telefônico normalmente no dia anterior à reunião. Quando se trata de atividades com a presença de representantes de atores externo (em especial do estado), a participação aumenta consideravelmente. (Fonte: análise das listas de presença das reuniões durante o ano de 2012).

³⁴ Manter o grupo mobilizado, com interesse na participação, mesmo em períodos que não envolvem ações que se relacionam com as demandas do grupo, não é uma tarefa fácil, segundo MELUCCI (2001, p. 140), “a mobilização envolve interesses e benefícios que devem corresponder à experiência direta e ao espaço-tempo de vida cotidiana dos participantes;”

solidificação do processo organizativo mais amplo, numa perspectiva de rede. Conforme visto acima, as iniciativas já existentes, a partir da articulação das várias associações, em conjunto com as organizações de representação estadual (FAMASC e ACAq) poderão se fortalecer a sua atuação, através de uma rede “intraorganizacional”, de “atores ligados por solidariedades e identidades compartilhadas” (DIANI e BISON, 2010, p. 221). A atuação fortalecida e mais bem articulada possibilita a ampliação das conquistas e abre novos canais de diálogo e de representação junto aos órgãos governamentais/estatais, que se constituem num dos principais interlocutores para o setor da maricultura familiar. Nesta perspectiva, vale ressaltar que a constituição de espaços formais de participação como os Conselhos, também é uma importante iniciativa.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar a elaboração deste texto parecia mais evidente que estaríamos tratando da análise de uma, entre várias, associações de maricultores, que de uma forma em geral poderiam ser facilmente localizadas entre o universo teórico-conceitual que trata mais especificamente do associativismo. Mas na medida em que foram avançando as reflexões, aparecia uma evidência cada vez mais clara, que não se tratava de uma associação possível de ser analisada apenas por esta teoria. A sua estreita relação com situações que envolvem “ações coletivas”, em relação com atores externos, que muitas vezes expressam “situações de conflito”, assinalam para um indicativo que se trata de uma associação, mas que acaba desempenhando um papel de movimento social, inclusive pelo seu papel de representação política, em âmbito externo.

Ao analisarmos a situação que envolve as várias associações de maricultores no Sul da Ilha de Florianópolis, observamos que elas preservam relações de razoável igualdade (maricultores familiares), como também o “voluntarismo” que são características que têm marcado a definição de associações” (LÜCHMANN, 2011, p. 15). A questão do voluntarismo tem contribuído para que se constituíssem novas associações, o que por sua vez, minimiza a existência de conflitos internos (WARREN, 2001). Por outro lado, houve uma fragmentação bastante elevada numa região que poderia fortalecer o seu processo organizativo, a partir de uma maior unidade. Mesmo que em momentos de maior tensão e necessidade as associações se unificam em torno de ações coletivas, frente aos atores externos.

Contudo, cabe ressaltar que, como a própria atividade da maricultura, as suas organizações também são muito novas, e para além das características aqui analisadas, elas trazem consigo outras nuances, que podem ser consideradas bastante interessantes para outros estudos. Uma delas diz respeito a um universo muito amplo de questões que envolvem a atividade, tais como a relação com o meio ambiente e sanidade, relação com inúmeras instituições e órgãos públicos, a relação com o mercado, além de se confrontar com áreas de conflito, como a questão da “privatização” do mar, como bem público, os conflitos com a indústria do turismo, entre várias outras situações demarcadas pela disputa de interesses econômicos e políticos.

As associações se encontram em meio a este emaranhado de problemas, conflitos e desafios a serem superados e ou solucionados. Talvez seja em função da situação que cerca atualmente a atividade, que as associações se veem na permanente condição de ter uma atuação que mais se assemelha ao movimento social. Na realidade, temos aqui um campo bastante fértil e interessante para a realização de pesquisas, inclusive na perspectiva interdisciplinar, a considerar a complexidade e multidimensionalidade do setor.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca e BÜLOW, Marisa Von. **Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?** Sociologias, 2011, volume 13, n. 28, PP. 52-84.
- ALONSO, Angela. **As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate.** Lua Nova, 79. 2009. São Paulo.
- AMPROSUL (Associação dos Maricultores e Pescadores Profissionais do Sul da Ilha). **Estatuto Social.** 2005. Florianópolis.
- _____. **Cartilha: Maricultura: a emergência de uma atividade inovadora e sustentável.** 2012. Florianópolis, SC.
- ARANA, Luis Alejandro Vinatea. **Modos de apropriação e gestão Patrimonial de recursos costeiros: estudo de caso sobre o potencial e os riscos do cultivo de moluscos marinhos na Baía de Florianópolis, Santa Catarina.** Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Tese (Doutorado), 2000. Florianópolis, SC.
- _____. **Aquicultura e Desenvolvimento Sustentável: Subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aquicultura brasileira.** Editora da UFSC, 1999. Florianópolis, SC.
- ARATO, Andrew e COHEN, Jean. “*Sociedade Civil e Teoria Social*”, in AVRITZER, Leonardo (org.). **Sociedade Civil e Democratização.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994. p. 147-192.
- CHAMBERS, Simone; KOPSTEIN, Jeffrey. **Bad civil society.** Political Theory, 29, No. 6 (Dec., 2001), pp. 837-865. Published by: Sage Publications, Inc. Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/3072607>. Accessed: 04/04/2011 21:39
- COHEN, J.; ROGERS, J. **Associations and democracy.** London: Verso, 1995.
- COSTA, Sergio. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais** (Anpocs), n. 43, 1997.
- DIANI, Mario, e BISON, Ivano. Organizações, Coalizões e Movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, PP 219-250.
- DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade Social, Subjetividade Coletiva e a Modernidade Brasileira Contemporânea.** Contra Capa Livraria Ltda. 1999, Rio de Janeiro.
- EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). **Aquicultura e pesca em Santa Catarina.** 1999. Florianópolis, SC.
- FAO **Yearbook Fishery and Aquaculture Statistics**, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/fishery/statistics/global-aquaculture-production/en>. Acesso em 05/07/2013.

FUNG, Archon. *Associations and democracy: Between theories, hopes and realities*. *Annual Review of Sociology*, 2003, 29. J. F. Kennedy School of Government, Harvard University, Cambridge, Massachusetts.

GURZA LAVALLE, Adrián. **Sem Pena Nem Glória o debate da sociedade civil nos anos 1990**. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 60, 2003.

_____. “Após a participação: nota introdutória”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 84, PP. 13-23, 2011.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. **Sociedade civil, representação e a dupla face da accountability: cidades do México e São Paulo**. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 52, pp. 67-86, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia entre facticidade e validade**. Volume II, Editora Tempo Brasileiro, 1997. Rio de Janeiro.

LÜCHMAN, Ligia Helena Hahn. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Trabalho apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba, PR.

_____. **Associações, participação e representação: combinações e tensões**. *Lua Nova*, São Paulo. N. 84, pp. 141-174, 2011.

_____. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações**. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba. v. 20, n. 44, pp.111-119, out. 2012.

MARIANO, A. e PORSSE, M.. “*Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura*”. In: OLIVEIRA, F. M.; BARBOSA, H. B.; TEIXEIRA, M. A. **20 experiências de gestão pública e cidadania**. Programa de Gestão Pública e Cidadania, 2005. São Paulo.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **Para mapear o confronto político**. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009.

MELUCCI, Alberto. **A Inversão do Presente – Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Editora Vozes, 2001. Petrópolis, RJ.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Maricultura e território em Santa Catarina. In: AUED, Bernadete. PAULILO, Maria Ignez Silveira. (org.) **Agricultura Familiar**. Insular, 2004. Florianópolis, SC.

Portal Ribeirão da Ilha: Aspectos Geográficos. Disponível em <http://www.ribeiraodailha.com/2011/01/aspectos-geograficos.html>) Acesso em 08/07/2013.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia a experiência da Itália moderna**. 3 ed., Editora Getúlio Vargas. 2002, Rio de Janeiro.

_____. **Bowling Alone: America's Declining Social Capital**. *Journal of Democracy*, Volume 6, Number 1, January 1995, pp. 65-78

ROSSO, Kelem Ghellere. **“Plantadores do Mar”**: a maricultura catarinense e o processo de exclusão dos produtores familiares. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Trabalho de Conclusão de Curso, 2010. Florianópolis, SC.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Editora Apris, 2012. Curitiba, PR.

SORJ, Bernardo. **“A Nova Sociedade Brasileira”**. Jorge Zahar Editora, 2000. Rio de Janeiro.

WARREN, Marc. *Democracy and Association*. Princeton University Press, 2001. Princeton and Oxford.

HABERMAS E AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS: GESTÃO ESTRATÉGICA E GESTÃO SOCIAL

Alessandra Nascimento Soares Marques¹
Paulo Sergio Grave de Andrade²

RESUMO

O presente artigo propõe um breve resgate histórico da construção da Teoria Crítica em oposição à razão instrumental positivista e discute a crítica habermaseana às abordagens sistêmicas funcionalistas, especificamente, as que são voltadas a crítica metodológica sustentada pelos autores: Hempel e Nagel. O objetivo é proporcionar uma base teórico-metodológica para reflexão dos conceitos antinômicos entre o modelo de gestão estratégica e gestão social. O modelo de gestão social é apresentado como um processo intersubjetivo que preside a ação da Cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública. Sendo o modelo de gestão social defendido como uma evolução dos modelos tradicionais de gestão. Contrapondo-se a hegemonia das teorias organizacionais e viabilizando um instrumento por meio da teoria crítica que forneça subsídio intelectual para o questionamento de tendências totalitárias existentes nas teorias organizacionais. Conclui-se que no Brasil, o estudo teórico e prático da gestão social, bem como da teoria crítica nas teorias organizacionais ainda são escassos apesar de aparentemente promissores.

Palavras-chaves: Teoria crítica. Teoria da ação comunicativa. Hegemonia. Gestão social. Práxis social. Desenvolvimento social.

¹ Terapeuta Ocupacional formada pela Universidade Tuiuti do Paraná. Mestra em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente pela UNIEVANGÉLICA - GO. Especialista em Gestão para o Desenvolvimento Social pelo Centro Universitário Positivo- UNICENP de Curitiba/ PR; Especialista em Saúde Mental-Psicopatologia e Psicanálise pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Aperfeiçoamento em Psicologia do Trabalho pela Universidade Federal do Paraná. Endereço para correspondência: Email: alessandramarques@ymail.com

² Doutor em Administração pela FEA / USP, Mestrado em Administração de Empresas pela PUC / RJ, Graduação em Administração pela Universidade Cândido Mendes / UCAM. (orientador).

1 INTRODUÇÃO

Em 1937, Max Horkheimer publicou o ensaio intitulado Teoria Tradicional e Teoria Crítica, no qual se opunha fortemente à razão instrumental e subjetiva propugnada pelos positivistas. O autor retoma a palavra **crítica** que já fazia parte da teoria marxista, restabelecendo a prioridade da crítica voltada para sociedade moderna burguesa como sendo o aspecto essencial ao marxismo e aponta um método que analisa e confronta pela via da crítica imanente. Favorecendo assim aos homens a posição de produtores da própria estrutura de vida na sua totalidade com uma consciência de seu tempo e de sua especificidade histórica.

A Teoria Crítica é reconhecida como sendo um dos pilares da corrente filosófica da Escola de Frankfurt.³ Enquanto a teoria tradicional se fundamentava no conhecimento positivista e onisciente, com saber absoluto, priorizando o conhecimento puro antes que a transformação social, a Teoria Crítica, por sua vez, pleiteava a instrumentalização metodológica da investigação multifatorial dos fenômenos sociais denunciando a alienação teórica aplicada pelos teóricos tradicionais.

Ora, na verdade, ao portar-se desta maneira, a Teoria Crítica rompia com a postura “alienada” da Teoria Tradicional, incitando a conscientização do indivíduo em relação à importância de não aceitar naturalmente as determinações básicas de sua existência, o que destacava, entre outras, a consciência histórica. Nas palavras do autor:

Assim, ninguém pode refletir sobre si mesmo ou ainda sobre a humanidade, como se fosse um sujeito livre de determinadas condições históricas. Decerto um indivíduo pode abstrair-se de certos interesses pessoais, pode incluir na medida do possível, todas as particularidades impostas pelo seu próprio destino, porém todos os passos de seu pensamento serão sempre de um determinado homem de uma determinada classe num determinado momento (HORKHEIMER, 1990, p.118).

Nos dias atuais é o filósofo Jürgen Habermas o maior representante e o mais destacado filósofo associado a esta escola de pensamento alemão. O objetivo da teoria habermaseana é desenvolver com base na perspectiva epistemológica uma teoria diferente da teoria tradicional, de modo a permitir uma práxis social e política voltada para um conhecimento reflexivo, que favoreça o questionamento e a transformação das estruturas sociais – políticas e econômicas (TENÓRIO, 2002, p.147).

A crítica da teoria habermaseana em relação à abordagem sistêmica funcionalista está voltada a base teórico-metodológica ligada à noção de estabilidade, de equilíbrio, proposta pelos autores: Hempel e Nagel. Onde inclusive, uma ruptura ou ameaça de ruptura estaria sendo identificada como uma forma de ameaça a estabilidade, ao equilíbrio (SOUZA, 2001). O autor elucida que:

³ O termo Escola de Frankfurt refere-se à institucionalização dos trabalhos de um grupo de intelectuais marxistas não ortodoxos, que na Alemanha, a partir dos anos 20, procurou enriquecer o marxismo com contribuições de área correlatas com o objetivo de desenvolver uma “teoria crítica da sociedade”. Esses intelectuais estavam associados ao Instituto de Pesquisa Social vinculado a Universidade de Frankfurt, criado em 1923. No ano de 1933, devido a segunda guerra mundial o instituto foi transferido para Genebra, e depois para Nova Iorque, retornando para Frankfurt em 1950. Seus representantes mais renomados são: Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin, Erich Fromm e Herbert Marcuse. Na atualidade, Jürgen Habermas é considerado o herdeiro intelectual da Escola de Frankfurt (TENÓRIO, 2002, p.13, 14 e 15).

A abordagem sistêmica funcionalista está ligada a uma noção de estabilidade, de equilíbrio. Fariam parte do sistema os elementos que se inter-relacionariam funcionalmente para produzir um fim. A ruptura seria identificada, a exemplo de um sistema orgânico, como uma patologia que ameaça o equilíbrio. Para Habermas, portanto, haveria a necessidade de uma teoria da evolução social *ex ante*, para determinar limites e 'estados-meta' dos sistemas, para determinar as faixas de variação estrutural e para identificar as situações em que a ruptura da tradição e as conseqüentes manifestações de patologia social indicam crises genuínas, que ameaçam a identidade, ou indicam condições necessárias à evolução. Isto, no entanto, transcende as pretensões empírico-analíticas de tal abordagem (id. p.32-33).

Assim, para Habermas (2000) não existe uma base de sustentação empírica da abordagem sistêmica funcionalista na continuidade estrutural dos sistemas sociais. Isso, porque para o autor:

quando os sistemas se mantêm pela alteração tanto das fronteiras como da continuidade estrutural, sua identidade perde a nitidez. Uma mesma modificação do sistema pode ser concebida como um processo de aprendizagem e mudança ou, igualmente bem, como um processo de dissolução e colapso do sistema (HABERMAS, *apud* INGRAND, 1994, p.179).

Neste sentido, o presente artigo ressalta duas das ideias fundamentais seguidas a partir da teoria habermaseana: A teoria da Ação Comunicativa e a existência de uma esfera pública, na qual os cidadãos, livres da falta de questionamento do domínio dogmático e totalitário, por meio da práxis social e política, podem expor suas ideias sem constrangimento.

De outro lado, o modelo de gestão social é apresentado como um campo promissor para se desenvolver o aprofundamento do estudo teórico e prático da teoria crítica que, por meio do conceito de racionalidade comunicativa viabiliza a proposta da construção de elementos conceituais democratizadores das relações na sociedade contemporânea.

2 PROPOSTA DA CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA HABERMASIANA PARA A GESTÃO SOCIAL

Seguindo o eixo conceitual da Escola de Frankfurt, Jurgen Habermas, por intermédio do conceito de Ação Comunicativa, erigiu uma Teoria Crítica com o interesse de aprofundar as interlocuções recíprocas dos fenômenos sociais através da racionalidade comunicativa. A teoria da Ação Comunicativa foi introduzida por Habermas na obra intitulada Teoria da Ação Comunicativa, publicada em 1981⁴, podendo ser delimitada grosseiramente como a teoria da sociedade moderna que está fundamentada por métodos da sociologia, filosofia social e filosofia da linguagem.

No paradigma habermaseano, a linguagem serve como garantia da democracia e se caracteriza como o oposto da teoria tradicional que fundamenta a gestão estratégica – monológica.⁵ Para que a linguagem desempenhe seu papel democrático, é imprescindível que a comunicação não apresente distorções nas palavras.

⁴ Teoria da Ação Comunicativa, I-II, (1981), Madrd, Taurus, 1987.

⁵ Resultado da fala onde os participantes tematizam as pretensões de validade que se apresentam de forma duvidosa para implementá-las ou recusá-las por meio de argumentos (TENÓRIO, 2002, p.125).

Para Habermas (1989) a linguagem pode ser um instrumento de racionalidade comunicativa que tem como base a tomada de decisão por meio da argumentação e onde todos os envolvidos participam ativamente sem constrangimento, favorecendo a maioria e prevenindo assim a hegemonia dos saberes absoluto. Para o autor a ação comunicativa propicia um ambiente potencializador para se desenvolver convicções comuns, já que o objetivo principal é buscar o consenso que beneficie a maioria.

Neste sentido, o abandono do uso exclusivo da razão instrumental ou iluminista⁶ é o caminho proposto para o uso correto das palavras, visando uma ação comunicativa. Logo, a teoria, quando incorporada à crítica, retoma seu papel transformador que permite uma práxis social voltada para um conhecimento livre dos saberes absoluto e dominante. Na ótica habermaseana o “mundo da vida”⁷ se apresenta como a possibilidade de uma emancipação necessária para o retorno ao caminho da modernização, devido a sua característica não estática, nem no tempo, nem no espaço. Seu cerne é a interação entre indivíduos. “Com a diferenciação das estruturas do mundo da vida, multiplicam-se apenas as formas das patologias sociais.” (HABERMAS, 2000, p.482).

Os componentes estruturais do “mundo da vida” são apresentados na teoria habermaseana da seguinte maneira: a) cultura - acervo de saber em que os participantes na comunicação se abastecem de interpretações para entender-se sobre algo no mundo; b) sociedade - ordenações legítimas das quais os participantes na interação regulam suas pertinências a grupos sociais, assegurando assim a solidariedade; c) personalidade -entendendo as competências que permitem a um sujeito ser capaz de linguagem e de ação (TENÓRIO, 2002, p. 119).

A práxis habermaseana advém do fato de que a teoria comunicativa pode contribuir para elucidar como, na modernidade, uma economia organizada sob a forma de mercado se entrelaça funcionalmente com o Estado e se autonomiza em relação ao mundo da vida, colocando-se na posição de sociabilidade isenta às normas, opondo-se aos imperativos da razão, fundados na conservação do sistema. (HABERMAS, 2000, p.484).

Discutir a gestão social na perspectiva da abordagem habermaseana é se desvencilhar do instrumental que a ciência econômica e as ciências sociais se fundamentaram para decifrar e planejar a modernidade, uma vez que a Teoria Crítica é capaz de fundamentar a gestão social e auxiliar no desenvolvimento social integrando o ser que pensa e o ser que age – o pensamento e a ação abrem caminho para novas formas sociais e se voltam contra a reprodução da realidade que é obtida através de uma sociedade centrada nas relações de mercado e nas relações de produção. Assim, é possível afirmar que os conceitos passam de instrumentos de conservação para instrumentos de transformação, engajados nas lutas políticas do presente. Segundo Tenório:

[...] a base epistemológica da gestão social deve ser a intersubjetividade - dialogicidade, como a política, como o bem comum, contemplando o envolvimento da cidadania no espaço privado. Assim, gestão social é o processo intersubjetivo que preside a ação da cidadania tanto na esfera privada quanto na esfera pública. (TENÓRIO, 2002, p.136-144).

A proposta habermaseana pontua a questão da liberdade da pessoa humana, sua responsabilidade social e o exercício da cidadania deliberativa. O ser humano alcança seu status de cidadão no momento em que pode utilizar sua liberdade para se estabelecer “[...] sujeito privilegiado de vocalização do que interessa à sociedade. ” (TENÓRIO, 2002, p.114).

⁶ Razão instrumental ou iluminista é a razão utilizada pelo sujeito cognoscente, ou seja, onde a razão torna-se um instrumento de uma ciência como meio de dominação e poder da natureza e dos próprios seres humanos (TENÓRIO, 2002, p.119).

⁷ A ideia central habermaseana de mundo da vida é compreendida através da participação de atores sociais nos processos cooperativos, com a intenção de formar alianças e parcerias (HABERMAS, 2002, p.416, 417).

A abordagem de Habermas (1995) está intrinsecamente ligada com o conceito de desenvolvimento através de uma ação gerencial voltada para o entendimento de sujeitos sociais, norteados por um consenso conquistado argumentativamente.⁸ Assim, as ideias são expostas e ouvidas de maneira racional e o posicionamento do grupo como um todo é motivado pela razão no “[...] reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade do discurso de cada um dos sujeitos envolvidos [...]” (TENÓRIO, 2002, p.208).

Conforme essa concepção [cidadania deliberativa] a razão prática se afastaria dos direitos universais dos homens (liberalismo) ou da eticidade concreta de uma determinada comunidade (comunitarismo) para se situar naquelas normas de discurso e de formas de argumentação que retiram seu conteúdo normativo do fundamento da ação orientada para o entendimento, e, em última instância, da própria estrutura da comunicação linguística (HABERMAS, 1995, p.46).

A compreensão da gestão social se dá por meio de um processo de aprendizagem, de percepção de valores e crenças, de análise constante dos processos, das pessoas e/ou dos grupos. O desenvolvimento social através da gestão social é um produto das relações humanas, efetivadas pela capacidade, desejo e decisão dos indivíduos de se colocarem como sujeitos sociais transformadores de sua própria vida e da comunidade em que vivem.

Para Habermas (2000) a razão cognitiva - instrumental é inibidora da emancipação do homem. E por intermédio da razão comunicativa podemos estabelecer elementos conceituais democratizadores das relações na sociedade moderna.

O controle cognitivo – instrumental sobre uma natureza (e sociedade) objetivada assim como a autonomia (no sentido da autoafirmação racional com respeito a fins) dilatada de maneira narcisista são momentos derivados, que se tornaram independentes quanto as estruturas comunitárias do mundo da vida, isto é, quanto à intersubjetividade das relações de entendimento e das relações de reconhecimento recíproco. A razão centrada no sujeito é produto de uma separação e usurpação, ou seja, de um processo social em cujo curso um momento subordinado ocupou o lugar do todo, sem possuir a força para assimilar a estrutura do todo (HABERMAS, 2000, p.438).

A questão da modernidade em nossa sociedade que se fundamenta através da dialética de Hegel é criticada por Habermas e Heidegger. Ambos pontuam que após a tentativa hegeliana existe a tendência de sermos confinados a uma nova etapa, na qual a questão da finitude é apresentada de diversas perspectivas, ou seja, a inevitável fragmentação da filosofia. Resultando assim numa retrospectiva nietzschiana, a qual afirma que “na filosofia, o que impera é a vontade de poder” (FÁVERO, 2002, p.31).

Para Heidegger, a questão do poder, aqui explicitado, implica em desconfiar desta razão que tenta identificar e controlar o movimento do império do poder; mas para Habermas implica o uso racional para tomar o poder, assim há uma confiança na razão.

A modernidade, cujo projeto se colocou alicerçado na razão, visa à emancipação e autorrealização do indivíduo, mas este projeto foi desviado de seu curso e seu resultado tem sido

⁸ Gestão estratégica é um tipo de ação social utilitarista, fundada no calculo de meios e fins e “implementada” através da interação de duas ou mais pessoas na qual uma delas possui autoridade formal sobre a (s) outra (s) (TENÓRIO, 2002, p.123).

a racionalização da dominação da sociedade, a destruição da natureza e a coisificação do homem no meio ambiente, voltada para perspectiva da economia capitalista.

No paradigma Habermaseano a filosofia é epistemológica, e para o paradigma heideggeriano a filosofia se encerra com a epistemologia e precisa de um outro começo. Por isso para Heidegger, diferentemente de Habermas, não há mais continuação da modernidade, e sim a instauração de um novo começo, só um pensamento de outra vertente poderia dar conta da transformação no mundo.

A abordagem habermaseana modifica completamente o modo de compreender o universo do conhecimento e as condições de transcendência da realidade, que antes eram entendidas como sendo do sujeito e da subjetividade, pois em Habermas são extraídas do mundo prático. Assim, a filosofia não se posiciona como o tribunal da razão e passa a ser uma guardadora e interprete. (FÁVERO, 2002, p. 32).

Contrapondo a visão economicista, a análise habermaseana propõe a elaboração teórica prática por meio da investigação de duas perspectivas: o contexto histórico através do ato do conhecimento; e a investigação do contexto histórico da ação sobre a qual a teoria pode exercer sua influência. O “mundo da vida” se reproduz através do prosseguimento das tradições da interação fundamentada nas normas e valores da socialização das gerações através do tempo. Dessa maneira a sociedade pode pensar os seus próprios valores conformadores da ordem capitalista atual, que se apodera de práticas gerenciais focadas em resultados econômicos capitalistas, em vez de focar em processos de envolvimento da cidadania que resultariam na construção de um capital social e na agregação de valores necessários para o desenvolvimento de uma comunidade global.

No contexto geral da gestão estratégica, uma pessoa atua sobre outra(s) para influenciar e direcionar a continuação de uma interação, sendo a linguagem utilizada como um instrumento para transmitir informações, mas também como instrumento de dominação que serve a classe institucional dominante. A gestão social contrapõe-se à gestão estratégica, na medida em que estimula a substituição do modelo de gestão tecnoburocrática por um modelo de gerenciamento participativo, dialógico.

Assim, no contexto da gestão social direcionada pela racionalidade comunicativa, o ator social, ao fazer suas propostas, impõe suas pretensões de validade somente depois que todos os participantes expuserem suas argumentações. A gestão social permite um processo de decisão exercido por intermediário de diferentes sujeitos sociais. “No processo de gestão social, acorde com o agir comunicativo – dialógico, a verdade só existe se todos os participantes da ação social admitem sua validade.” (TENÓRIO, 2002, p.127).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abordagem habermaseana está explícita a questão da liberdade do ser humano e a importância do exercício da cidadania para o desenvolvimento da sociedade. O conceito de cidadania tem relação com o conceito de gestão social à medida que é entendida como uma ação política deliberativa, onde o indivíduo deve participar de um processo democrático, onde sua autodeterminação não se dá sob a lógica do mercado, mas da democracia social.

Podemos pontuar em três aspectos as observações que a teoria crítica remete a teoria tradicional: a teoria tradicional é inadequada para analisar ou entender a vida social; a teoria tradicional analisa somente o que vê, aceitando a ordem social presente, inibindo qualquer possibilidade de mudança; a teoria tradicional é fator de sustentação da dominação tecnológica na sociedade tecnocrática.

A base epistemológica da gestão social deve ser a intersubjetividade – dialogicidade, contemplando o envolvimento crítico e transformador da ação comunicativa do cidadão no

espaço público e do trabalhador no espaço privado. Portanto, nesta perspectiva a epistemologia de desenvolvimento da gestão social não é fundamentada por mecanismos de mercado que orientam a gestão estratégica estruturada pelas teorias tradicionais. Assim, gestão social é o processo intersubjetivo que centraliza na prioridade de efetivar a ação da cidadania, tanto na esfera privada quanto na esfera pública, agregando os valores necessários para o desenvolvimento social.

Aprofundar o estudo teórico-prático do tema gestão social com base na abordagem habermaseana é emergente e atual no sentido que aponta para a direção da democracia e demonstra permitir a construção de um caminho para transpor a crítica de uma comunicação idealizada. Os processos de interação nos quais interesses devem ser compartilhados em prol de objetivos comuns são apontados como imprescindíveis na obtenção de resultados satisfatórios e duradouros, tanto no mundo dos negócios, quanto naqueles de caráter público.

REFERÊNCIAS

FÁVERO, A. A.; TROMBETTA, G. L.; RAUBER, J. J. **Filosofia e racionalidade** – Festschrift em homenagem aos 45 anos do curso de filosofia da Universidade de Passo Fundo. Rio Grande do Sul: Editora UFPR, 2002.

HABERMAS, Jürgen, 1929. **O discurso filosófico da modernidade**. Trad. Luiz Sérgio Repas; Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HORKHIMER, Max (1937, 1980). “**Teoria tradicional e Teoria crítica**” In: *Textos Escolhidos*, coleção Os Pensadores, São Paulo: Editora Abril Cultura, p. 117 – 154. (Tradução: Edigard Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha).

_____. **Teoria crítica**. São Paulo. Perspectiva, 1990.

SIEBENEICHLER, Flávio B. **Jürgen Habermas: Razão comunicativa e emancipativa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1979.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional e gestão social. Rio Grande do Sul: Unijui. 2002.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA PARA O COLABORADOR

Monica Terezinha Behnke¹

1 INTRODUÇÃO

O processo de avaliação de desempenho, se for elaborado com o intuito de melhorar o processo de trabalho dos colaboradores, poderá treinar e desenvolver os mesmos para que produzam com mais qualidade e conseqüentemente atendam melhor o cliente, aumentando assim o lucro das organizações.

A avaliação de desempenho serve também para avaliar o clima organizacional, podendo após sua verificação, motivar o comportamento humano para o resultado esperado para as organizações.

Para Knapik (2004, p. 101), a flexibilidade e maturidade emocional nos relacionamentos interpessoais estão sendo exigidas dos profissionais no mercado de trabalho para amenizar os conflitos e criar condições e um clima favorável para o desenvolvimento e a motivação de talentos humanos nas organizações, tendo em vista o comportamento da equipe com a busca dos resultados da empresa.

As relações interpessoais e o clima psicológico do grupo, influenciam o ambiente de trabalho criando uma esfera agradável e estimulante, desagradável e inibidora ou mesmo neutralizando a criatividade. Os gestores da empresa e a equipe de trabalho dependem destas competências interpessoais para conquistar a sinergia de esforços na busca de sucesso dos resultados da organização.

O processo de avaliação de desempenho, após o seu resultado pode ser utilizado para que os gestores trabalhem com os seus colaboradores, transmitindo-lhes mais conteúdo e informações. Fundamental incentivar o autodesenvolvimento para que os mesmos modifiquem e ou melhorem seus conceitos, atitudes e hábitos. Pode-se oferecer cursos, palestras, estudo dirigido, reuniões para a melhoria do desenvolvimento do funcionário.

Por meio da avaliação de desempenho pode-se analisar a criatividade e conhecimento dos colaboradores, conhecendo o talento de cada um. Gestor e colaborador podem trabalhar unidos para que possam usar seus conhecimentos em favor da organização, onde o desenvolvimento das pessoas deixou de ser uma tarefa exclusiva da área de treinamento e desenvolvimento e sim uma preocupação holística na organização. Cada gestor passa a ser inserido no esforço conjunto de cultivar e desenvolver continuamente o talento humano.

Este artigo tem o objetivo de demonstrar quais são as ferramentas da avaliação de desempenho existentes para que as empresas possam escolher a que melhor se adequa a sua

¹ Mestre em Administração de Empresas pela UDE – Universidad de la Empresa, Montevideo-Uruguay. Professora de Fundamentos da Gestão, Teoria das Organizações, Recursos Humanos, Orientadora de TCC e estágio.

realidade, possa aplicá-la na empresa, analisar os resultados adquiridos e transformar estas informações a seu favor.

Para Chiavenato (2002, p. 04), o capital humano depende de talentos que a empresa precisa conquistar, reter, aplicar, desenvolver, motivar e recompensar.

É aí que entra a avaliação de desempenho como um processo do todo organizacional, avaliando a estrutura organizacional. É necessário que esta avaliação possa ser uma ferramenta indispensável para os gestores trabalharem com o talento humano, para que os mesmos possam utilizar suas competências e atingir os resultados esperados pela organização.

2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho é um instrumento que mede e ou analisa a forma de trabalhar da organização, o desempenho dos gestores e colaboradores.

Para Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 207), a avaliação de desempenho pode ser considerada um dos mais importantes instrumentos de que dispõe a administração de uma empresa para analisar os resultados à luz da atuação de sua força de trabalho e para prever posicionamentos futuros, considerando o potencial humano disponível em seus quadros.

A avaliação de desempenho segundo os autores, recebe diferentes denominações, tais como:

- avaliação de mérito;
- avaliação dos empregados;
- relatórios de progresso;
- avaliação da eficiência funcional;
- avaliação 360°;
- avaliação de desempenho global.

Trata-se de um conjunto de técnicas visando a obter e analisar informações que possibilitem estimar a qualidade da contribuição prestada pelo colaborador à organização.

Para Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 207), é necessário identificar as causas de eventuais deficiências e os meios de superá-las. Cumpre também examinar os aspectos positivos, a fim de maximizá-los, incentivando assim o potencial de crescimento dos empregados.

Os objetivos principais da avaliação de desempenho:

- adequação do indivíduo ao cargo;
- identificação das necessidades de treinamento;
- promoções;
- incentivo salarial ao bom desempenho;
- melhoria do relacionamento entre supervisores e liderados;
- auto-aperfeiçoamento do colaborador;
- estimativa do potencial de desenvolvimento dos colaboradores;
- estímulo à maior produtividade;
- divulgação dos padrões de desempenho da organização;
- *feedback* para o próprio indivíduo avaliado;
- decisões sobre transferências, dispensas e progressão / ascensão funcional.

Os seguintes desempenhos são avaliados: colaborador, supervisor, vários grupos, setores, departamentos, organização.

Avaliando todos os integrantes da organização pode-se ter uma visão global do todo, podendo achar com mais facilidade os erros que ocorrem e podem ser trabalhados por meio de incentivos, treinamento, desenvolvimento, processos de motivação.

2.1 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO COLABORADOR

Avalia-se os colaboradores, pois os mesmos são quem desenvolvem e ou colocam em pratica as atividades e ou produção da empresa. É importante ressaltar que os mesmos podem ser responsáveis por aumentar ou diminuir a produtividade da organização, podendo interferir no atendimento ao cliente. Um funcionário bem avaliado e desenvolvido, após a análise de sua avaliação poderá render para a empresa bons resultados, não somente com sua produção, mas também, servindo de estímulo aos outros indivíduos.

Segundo Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 208), avaliar cada pessoa da organização é importante porque interessa à sua administração poder contar com uma força de trabalho bem treinada e produtiva, que esteja à altura dos desafios enfrentados no dia a dia do mercado. Somente a avaliação individual pode mapear os pontos fortes e fracos da pessoa, evidenciado:

- a melhoria da produtividade;
- o potencial de desenvolvimento dos colaboradores;
- a necessidade de mais treinamento em uma ou mais atividades;
- a adequação do indivíduo ao cargo e a possibilidade de aproveitá-lo em outro cargo ou em outras dependências;
- uma eventual readaptação em face de um novo problema;
- a necessidade de incentivo salarial, promoções ou dispensas.

Para obter dados mensuráveis que permitam a comparação entre períodos, convém utilizar indicadores de desempenho e negociar metas a serem atingidas pelo empregado.

2.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SUPERVISOR

Torna-se necessário e importante os colaboradores avaliarem também seus supervisores, pois eles que detêm a maioria das informações, eles que incentivam os seus colaboradores a produzirem com eficiência e eficácia. Um bom supervisor / gerente irá conduzir os trabalhos, incentivando os seus subordinados a produzirem com mais qualidade por meio de sua persuasão e não pelo poder que tem de ser seu chefe.

Pois, a maioria dos colaboradores não gosta de trabalhar pressionada pelo poder que os gerentes têm, e sim pelo incentivo com o objetivo de influenciar os seus subordinados a produzirem mais e com qualidade.

Segundo Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 209), a avaliação do supervisor pelos colaboradores está sendo considerada de alta relevância pela administração das empresas. Embora essa avaliação possa causar reações não muito favoráveis no início (gerentes inseguros e colaboradores com medo de expressar suas opiniões), os resultados conhecidos têm sido bastante positivos para a organização.

Para que esta avaliação tenha resultados concretos e verdadeiros deve-se o responsável pela aplicação e desenvolvimento da avaliação de desempenho, trabalhar primeiramente com os Chefes e subordinados, mostrando aos mesmos que a avaliação serve para crescimento profissional e não para criar desavenças.

2.3 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO GRUPO

Todo o trabalho de uma empresa independentemente se é estratégico, gerencial, ou operacional requer o trabalho em equipe. Toda organização trabalha com uma equipe grande, “todos” com um único objetivo, lucratividade para a organização. E nos departamentos existem grupos de trabalho para o desenvolvimento de atividades.

Todos os colaboradores devem ter um certo entrosamento, confiança e afinco em desenvolver as atividades, pois as mesmas não são realizadas individualmente e sim em conjunto, um precisa da atividade bem-feita do outro para poder dar continuidade na sua e com eficiência.

Segundo Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 210) esta avaliação, além de mostrar a importância do trabalho conjunto, permite que o gestor verifique a efetividade do fluxo interno do processo produtivo e a participação de cada um no produto ou serviço final. Todas as pessoas do grupo têm aqui o seu desempenho apreciado. A média dessas avaliações representará a avaliação de desempenho do grupo.

2.4 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO SETOR

Torna-se importante avaliar o setor, pois os setores da empresa estão interligados, o desempenho e sucesso da organização dependem de todos os setores com suas finalidades bem desempenhadas e entrosadas para um bom resultado positivo da organização.

Segundo Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 211), entende-se por setor um conjunto de grupos de trabalho. Pode ser que no mesmo setor existam grupos mais importantes do que outros, dada a sua contribuição para o processo produtivo da organização. Nesse caso, recomenda-se atribuir previamente pesos a cada um deles, mantendo-os sempre que o ciclo de avaliação seja reiniciado.

2.5 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO DEPARTAMENTO

Segundo Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 212) avalia-se todos os setores que compõem o departamento. O conjunto das avaliações dos setores constitui a avaliação do departamento. A sistemática é a mesma utilizada na avaliação dos setores.

2.6 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DA ORGANIZAÇÃO

Segundo Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 212) avalia-se todos os departamentos que compõem a organização. O conjunto das avaliações dos departamentos constitui a avaliação da organização, a qual pode servir de eficiente instrumento de marketing.

Toda a organização (funcionários, gestores, gerentes, supervisores, linha de produção, administrativo, departamentos, setores) deve trabalhar em sincronização para que as atividades sejam desempenhadas com qualidade e possam atender e superar as expectativas de seus clientes. Por isto, torna-se importante a avaliação da empresa como um todo, inclusive dos recursos materiais e financeiros que a mesma dispõe.

2.7 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A comissão da avaliação de desempenho pode ser interna ou externa, pode-se contratar uma empresa ou um consultor para preparar a comissão que irá realizar a avaliação de desempenho.

Para Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 212), se por um lado essa metodologia centraliza a análise final dos dados em um grupo previamente designado para essa tarefa, por outro permite aprofundar as conclusões quanto à análise do clima organizacional e propor medidas relativas a:

- programas de treinamento (avaliação de cada empregado e do grupo);
- processos de trabalho (avaliação dos grupos e setores);
- aspectos relevantes da cadeia produtiva (avaliação dos setores e departamentos);
- aprimoramento da qualidade dos bens e/ou serviços produzidos, com vistas a valorizar a imagem da organização.

Dessa comissão faria parte em caráter permanente:

- um representante da alta gerência;
- o gerente do processo de gestão de pessoas (para garantir a adequação do processo à política de pessoal da organização);
- e um especialista em avaliação de desempenho (para orientar a aplicação das diferentes técnicas).

Poder-se-ia contar também com a participação de um representante da área organizacional, que se encarregaria de colher subsídios para a melhoria dos sistemas e rotinas que estivessem influenciando mais diretamente no desempenho das pessoas da organização. (TACHIZAWA, FERREIRA, FORTUNA, 2004)

Haveria igualmente os chamados “membros transitórios”, que participariam apenas da avaliação dos empregados ligados às suas respectivas áreas de atuação. Tal grupo seria formado pelos gerentes dos diversos órgãos da empresa.

Os integrantes da comissão de avaliação de desempenho devem ser treinados para participarem ficando cientes deste processo, seus objetivos e metas para que a avaliação tenha resultados satisfatórios para a organização e seus colaboradores.

2.8 FEEDBACK DA AVALIAÇÃO

Torna-se importante o *feedback* da avaliação de desempenho para todos que participaram da mesma, pois são destes resultados que a organização por meio de seus dirigentes, gerentes e gestores poderão realizar as estratégias necessárias para o crescimento e fortalecimento da organização. Por meio deste *feedback* os colaboradores poderão saber como está o seu desenvolvimento na organização e qualificarem suas atividades por meio de treinamentos, palestrar, estudos e reuniões.

Para Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 212) cada colaborador deve ter pleno conhecimento de sua avaliação, a fim de que possa manter e desenvolver os seus pontos fortes e corrigir os seus pontos fracos. Seu desempenho tem que considerar os indicadores de avaliações anteriores e as metas negociadas com o seu supervisor. Suas possibilidades de corresponder às expectativas estão diretamente ligadas ao pleno apoio de seu grupo e ao cumprimento das

garantias que a organização lhe oferece. Suas perspectivas em relação a carreira e salários dependem disso.

Os ajustes e correções a serem realizados exigirão o esforço conjunto desses segmentos e a participação de cada empregado, que terá a sua parcela de responsabilidade no processo (TACHIZAWA, FERREIRA, FORTUNA 2004).

O desempenho do grupo e do departamento torna-se importante e os indivíduos devem tomar conhecimento dos resultados, pois todos trabalham em equipe, um depende do outro para o desenvolvimento das atividades. Estas atividades precisam ter uma sincronia para que os clientes sejam atendidos bem, gerando plena e total satisfação.

2.9 PRINCIPAIS DISTORÇÕES QUE PODEM OCORRER NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Se não houver um preparo com os participantes antes de aplicar a avaliação de desempenho a mesma poderá acontecer com erros que prejudicariam a avaliação, distorcendo as informações; e este não é objetivo das organizações que aplicam a avaliação.

O principal objetivo ao desenvolver a avaliação de desempenho é saber o que está certo e o que está errado para poder ser trabalhado e melhorar a produção do colaborador.

Para Tachizawa, Ferreira e Fortuna (2004, p. 213), como em todos os processos que envolvem o elemento humano, a avaliação de desempenho, se não for bem conduzida, poderá causar transtornos para a direção da organização. A seguir as distorções mais frequentes:

- **leniência:** lenir significa abrandar; leniência é, pois, a tendência que têm algumas pessoas de abrandar o seu julgamento dos avaliados; é o popular “panos quentes”;
- **efeito de halo:** é a tendência a nivelar o julgamento de uma pessoa por cima ou por baixo. Assim, quando um empregado é mal visto pelo avaliador por ter sérias deficiências em alguns aspectos, pode acabar sendo mal avaliado em quesitos nos quais não tenha mal desempenho. Por outro lado, os que são vistos como bons empregados podem acabar recebendo nota alta em todos os quesitos, mesmo naqueles em que deixem a desejar;
- **falsidade:** é a ocultação ou distorção proposital de informações sobre o julgamento do avaliado, com o intuito de prejudicá-lo ou beneficiá-lo;
- **obstáculos políticos:** quando o avaliador distorce a avaliação por interesse político, visando, por exemplo, a manter uma boa imagem de seu setor ou ficar bem com algum superior que seja “padrinho” de algum empregado avaliado;
- **obstáculos interpessoais:** quando o avaliador se deixa levar por simpatias ou antipatias pessoais, não conseguindo estabelecer distinção entre a qualidade do relacionamento que mantém como avaliado e o julgamento de seu desempenho profissional;
- **diferentes graus de rigor:** quando alguns avaliadores são mais rigorosos do que outros, empregados com bom desempenho podem ter avaliações menos favoráveis do que outros cujo desempenho seja pior.

A melhor maneira de evitar esses problemas é submeter os avaliadores a um treinamento prévio, explicando-lhes os critérios a serem utilizados no processo de avaliação e mostrando-lhes as distorções mais comuns.

A comissão de avaliação citada contribui, também, para minorar tais problemas mediante o monitoramento constante dos especialistas em recursos humanos e a troca de experiências entre os avaliadores. (TACHIZAWA, FERREIRA, FORTUNA, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ferramenta de avaliação de desempenho é importante para toda e qualquer organização, independentemente do tamanho da mesma, pois por meio dela consegue-se conhecer o clima organizacional, os pontos fortes e fracos dos colaboradores, setores, gerentes, enfim do grupo.

Esta ferramenta possibilita trabalhar com estes pontos fortes, extraindo mais conhecimento e qualidade e podendo utilizar estes colaboradores para incentivar o restante da equipe de trabalho.

Os pontos fracos podem ser trabalhados, por meio de treinamentos, palestras, incentivos motivacionais, reuniões semanais e produtividade. Por meio destas reuniões rápidas os gerentes e seu grupo irão trabalhar com todos os pontos fracos, discutindo e propondo estratégias para em equipe resolver as deficiências apresentadas.

Para que estas avaliações de desempenho tenham resultado positivo para a organização e seus colaboradores torna-se necessário o treinamento antes da aplicação da mesma.

Todos os membros envolvidos com este processo devem conhecer a importância e relevância para a organização deste processo de avaliação de desempenho e que desta avaliação depende todo o clima organizacional, a influência em sua cultura organizacional.

Se bem aplicada, esta ferramenta poderá trazer resultados surpreendentes para a organização, que também por meio de sua alta direção deve estar comprometida em melhores resultados, facilitando o treinamento e desenvolvimento dos pontos fracos encontrados nas avaliações.

A empresa que atende e supera as expectativas dos seus clientes por meio de um trabalho em equipe, organização e colaboradores unidos em prol do crescimento, expansão e lucro obtém uma melhora operacional da organização.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KNAPIK, Janete. **Administração Geral e de Recursos Humanos**. Curitiba: IBPEX.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Claudio Paradela; FORTUNA, Antonio Alfredo Mello. **Gestão com Pessoas. Uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA: UTOPIA OU UMA POSSÍVEL REALIDADE?

Valéria Lopes Germano¹
Ana Carolina Chybior Catto²
Edson Melo da Silva Filho³
Fábio Pimenta de Pádua Júnior⁴

RESUMO

O sonho de adesão à União Europeia continua sua marcha, estendendo-se cada vez mais. Em janeiro de 2007, foi a vez da Romênia e Bulgária aderirem ao clube. Porém, em maio de 2004 já havia ocorrido o maior alargamento de que se tem notícia, quando dez países do Leste Europeu foram aceitos à União Europeia. A força de atração do bloco é inquestionável, todos querem a ele aderir. Porém, a adesão mais controversa desde sempre tem sido a da Turquia. Com os argumentos de que não é um Estado europeu ou de que a maioria muçulmana está muito distante da realidade dos cristãos do ocidente, a adesão vai sendo adiada constantemente, ora por um motivo ora por outro; e isso já dura meio século. Entretanto, não se pode deixar os turcos a esperar *ad eternum*, pois um dia a paciência pode chegar ao fim e podem decidir buscar outra alternativa. O presente estudo tem por objetivo fazer uma análise da polêmica questão da adesão da Turquia à União Europeia, e suas consequências, fato que voltou com força a constar na ordem do dia dos debates europeus.

Palavras-chave: União Europeia. Turquia. Adesão à UE.

¹ Pós-graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Paraná, Pós-graduada em Marketing Estratégico pela UNIBRASIL e Administradora pela UNOPAR.

² Pós-graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Paraná, Bacharel em Direito PUCPR.

³ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenador do Curso de Pós-graduação em Marketing da Faculdade SPEI.

⁴ Doutor em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Professor do programa de Mestrado da Faculdade Bagozzi.

1 INTRODUÇÃO

A velha Europa, que no passado não tão distante vivia em eterno conflito, passou a ser, no espaço de cinquenta anos, o destino para onde todos querem ir. Com a criação da Comunidade Econômica Europeia (1957), mais tarde transformada em União Europeia (1992), o território europeu conheceu um profundo desenvolvimento, tanto em nível econômico como em nível social e cultural. De fato, atualmente a União Europeia é um gigante econômico e a sua segurança social é a mais invejada do planeta. Iniciada com a intenção de pôr freio à antiga rivalidade entre França e Alemanha, e para tanto colocando os destinos do carvão e do aço – matérias-primas essenciais tanto para a indústria de um como para a indústria do outro – sob uma autoridade comum, a União Europeia com o decurso dos anos colocou em construção uma sociedade *sui generis*, criando um arcabouço de novas instituições que vão dando corpo e tornando realidade o que era a maior utopia até meio século atrás, isto é, a conciliação e vivência pacífica dos povos da Europa.

Contando com apenas seis membros fundadores, aos poucos um a um do restante dos Estados europeus foram pedindo a sua adesão ao grupo e hoje a União conta com vinte e sete Estados-membros e com pretensão de continuar o alargamento. Entretanto, a adesão mais polêmica é a da Turquia. Desde 1959, quando do primeiro pedido de adesão do Estado Turco, que esse imenso país muçulmano luta para alcançar os requisitos exigidos no processo de adesão. Para isso, promoveu uma gigantesca transformação em todos os setores de sua sociedade, seja eles político, econômico, social ou cultural.

São várias, entretanto, as razões levantadas por muitos europeus para recusar a entrada da Turquia no seletivo grupo. Dentre as principais está o fato de ser um país majoritariamente muçulmano, o que causaria um profundo choque na cultura ocidental dos europeus judaico-cristãos. Todavia, tal argumento não é consistente, uma vez que atualmente vive nas principais cidades da União Europeia um número acentuado de imigrantes muçulmanos vindos de todas as partes da Terra e completamente integrados às condições de vida ocidentais.

Por outro lado, os que são a favor da entrada da Turquia dizem que a posição estratégica desta no tabuleiro do jogo internacional é fundamental para a União Europeia; por isso, seria loucura deixar a Turquia de fora do grupo europeu. E o fato de ser um grande país muçulmano serviria de ponte entre os ocidentais e orientais, evitando talvez o que muitos chamam de a “guerra das civilizações”. De fato, não se pode negar que o diálogo aumentaria entre os povos, e só isso já seria um grande alento para todos.

Assim, por ser a adesão da Turquia à União Europeia um assunto bastante atual e importante é que foi escolhido para tema do presente estudo. Feitas estas primeiras considerações, cabe agora explicitar o caminho pelo qual o trabalho foi desenvolvido. Este foi dividido em três tópicos: no primeiro tópico é feito um resgate da evolução histórica da Europa até à fundação da União Europeia; é abordado também o processo de alargamento bem como os critérios de adesão. O segundo tópico trata da Turquia especificamente. É discutido o fim do Império Otomano e o nascimento da República da Turquia: sua herdeira. Em seguida são abordados os aspectos geopolíticos do território turco e o processo de ocidentalização que ocorreu em sua sociedade. Por fim, faz-se uma reflexão sobre o pedido de adesão e o longo e penoso processo que ainda não terminou, demonstrando os prós e os contra a adesão da Turquia no seio da União Europeia.

2 UNIÃO EUROPEIA

2.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA IDEIA EUROPEIA

O Velho Mundo sempre possuiu uma diversidade étnica e antagonismo de interesses, que prevaleceram entre os diversos povos que ao longo dos sucessivos períodos históricos foram se fixando em seu território. Com exceção da comunhão de crença religiosa – que se consolidou com o cristianismo-, nunca houve entre os europeus, qualquer fator de unidade que se opusesse à desagregação existente (CAMPOS, 1995).

Com legados recebidos tanto de gregos – o próprio nome “Europa” tem suas origens na mitologia grega – como de romanos, germânicos (os bárbaros), africanos e muçulmanos, estes últimos vindos das margens sul do mediterrâneo, a cultura e civilização europeias se consolidaram num turbilhão de diversidades potencialmente explosivo. De fato, como bem salienta João Mota de Campos, “a civilização europeia é o resultado da amálgama da tradição cultural da antiguidade greco-romana e do cristianismo, do mundo mediterrânico e dos povos germânicos” (CAMPOS, 1995, p. 23).

Entretanto, apesar dos povos europeus apresentarem um mosaico tão rico de cultura e estarem em permanente conflito, pode-se afirmar que, pelo menos até a consolidação dos Estados-nação e, por conseguinte, do Estado absolutista, a Europa mostrou uma certa unidade sob a égide do Papado romano. Foi a difusão do cristianismo, de fato, que implicou uma aceitação pelos diversos povos europeus de uma harmonia em torno da fé cristã; o que, durante a Idade Média, permitiu momentos de união no caldeirão de convulsões que sempre representou o continente europeu. O movimento das cruzadas ilustra perfeitamente o ânimo da época, pois se apresenta como uma expressão inequívoca da mobilização dos povos europeus, em torno da autoridade do Papa, para combater os “infiéis” que haviam se apoderado da Terra Santa; unindo, assim, toda a cristandade. Guerras houve muitas, mas sempre em torno da defesa da Santa Madre Igreja Católica e do Papa e toda a sua corte.

Entretanto, com o advento do Estado absolutista, onde os reis já não aceitavam mais a intermediação do Papa e, em decorrência, se auto-intitulavam os próprios representantes diretos de Deus na terra, o poder papal sofreu um profundo enfraquecimento, ao mesmo tempo em que o poder absoluto, sobretudo, dos reis franceses chegava ao seu apogeu. Com o enfraquecimento do poder papal, os interesses nacionalistas, exacerbadamente terrenos, colocaram-se em conflito. Tal conflitualidade expôs toda a rivalidade dos recém-surgidos Estados-nação. As guerras que se seguiram a partir do século XIV arrastaram os povos europeus para batalhas cruelmente sangrentas, consolidando o princípio da unidade nacional e afirmando definitivamente o poder absoluto dos soberanos, em detrimento dos Papas de Roma cuja unidade religiosa e política da Europa haviam conseguido preservar durante mil anos (CAMPOS, 1995, p. 25).

Em decorrência dessa queda de braço que se seguiu entre os Estados-nação, inicia-se um esforço em busca do “equilíbrio europeu”, após a Guerra dos Trinta Anos, a qual mudou radicalmente a geopolítica europeia. Com o Tratado de Westefália, assinado em 24 de outubro de 1648, o qual pôs termo àquela guerra, reconheceu-se o princípio da igualdade jurídica entre os Estados; estabelecia-se, assim, o equilíbrio europeu (baseado no equilíbrio de forças entre os Estados) e surgiam os primeiros ensaios para a positivação do Direito Internacional, o que viria a permitir, até um certo ponto, uma segurança jurídica entre os Estados (SILVA; ACCIOLY, 2002).

Adentra o século XIX e o imperialismo napoleônico que põe em xeque o equilíbrio europeu conseguido até então. Por um curto espaço de tempo, Napoleão, utilizando-se da força de seus exércitos, conseguiu interromper o equilíbrio de forças que durava desde o século XVII e que se baseava num sistema de alianças entre as potências europeias. Foi o Congresso de Viena,

realizado em 1815, que pôs fim às pretensões imperialistas da França e, ao mesmo tempo, abriu espaço para o “concerto europeu” que se consolidou com a formalização da Santa Aliança. Em decorrência disso, durante todo o século XIX, o Velho Continente viveu em franca harmonia. Excetuando a guerra franco-prussiana, que foi pontual, pode-se dizer que a Europa conheceu quase um século de paz.⁵

Entretanto, cumpre ressaltar que tal paz é relativa. Isto porque as potências europeias, finalmente conscientizaram-se de que o espaço geográfico do continente europeu era exíguo e, portanto, qualquer conflito armado de grandes proporções poderia degenerar-se em uma guerra de gravidade intolerável. Decorre daí que, para dar vazão às suas rivalidades (que, verdadeiramente, nunca deixaram de existir), transferiram seus conflitos para outros palcos, nomeadamente África e Ásia. Consequentemente, tal estratégia permitiu aos povos europeus preservar uma convivência pacífica durante todo o restante do século XIX (CAMPOS, 1995). Frise-se, entretanto, que essa convivência pacífica existiu somente nos limites do território europeu, pois nas terras de além-mar a carnificina foi assustadora e ocorreu um verdadeiro retalhamento, principalmente na África, dos territórios dominados.

Todavia, na partilha dos continentes africano e asiático pelos europeus, a Alemanha não saiu satisfeita, pois se sentia imensamente prejudicada, dado que sua corrida imperialista começou tardiamente devido a sua unificação só ter ocorrido em 1871, ou seja, quase ao findar-se o século XIX. Ao mesmo tempo, a Alemanha, dentro do espaço europeu, sentia-se sufocada entre suas fronteiras e começa, portanto, a reivindicar o seu espaço vital em busca de matérias-primas – sobretudo o carvão e o aço, essenciais para a sua indústria nascente – e mão de obra barata (entre os eslavos do Leste Europeu), indispensáveis para a sua sobrevivência. Esses fatos acabam se transformando num dos motivos que degeneram na primeira guerra mundial; conflito sem precedentes na história europeia (e no mundo) (DEFARGES, 1997).

O período entre guerras que se seguiu revelou os nacionalismos mais virulentos no seio da Europa. O continente europeu não encontrou a paz com o Tratado de Versalhes; pelo contrário, a Alemanha sentia-se humilhada pelas condições impostas pelas potências vencedoras. De fato, tais condições mostraram-se totalmente impossíveis de cumprir, o que levou o povo alemão a se revoltar e a extravasar completamente o seu ódio após a ascensão de Hitler ao poder. Ao término da segunda guerra mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, a Europa, enfraquecida que já estava após a primeira guerra, encontra-se inteiramente destruída. O solo europeu nunca havia conhecido tamanha devastação, e os que antes eram os donos do mundo, veem-se na inusitada situação de depender de uma outra potência (não europeia para humilhação total) para tentar reconstruir suas nações.

A miséria e a fome que se seguiram após o término do conflito levaram os povos da Europa ocidental⁶ a buscar novas formas de coexistirem, pois, uma outra guerra naquelas proporções seria intolerável. Ademais, a necessidade premente exigia um esforço gigantesco de recuperação da capacidade de produção, que deveria visar, antes de tudo, as necessidades básicas da população, como alimentação, vestuário, habitação. A Europa encontrava-se, literalmente, devastada, tanto física como emocionalmente.

⁵ É nesse período que começam a surgir as primeiras organizações de cooperação internacional no âmbito europeu (que ainda era o centro do mundo nessa época). Mota Campos relata que: “Em 1815 é instituída a *União Telegráfica Internacional*; em 1874 é criada uma *União Postal Internacional* que em 1878 adota a designação de *União Postal Universal* (UPU); na conferência de Berlim de 1906 é criada a *União Rádio-Telegráfica Internacional*; em 1875 aparece a *União para o Sistema Métrico*; em 1883 a *União para a Proteção da Propriedade Industrial*; em 1886 a *União para a Proteção da Propriedade Literária e Artística*; em 1890 a *União dos Caminhos de Ferro*. A par disso, as potências europeias reúnem-se em frequentes conferências e congressos internacionais para tratarem dos problemas políticos da Europa e do Mundo que são a expressão da instituição, no quadro europeu, de um embrião de ‘governo internacional’ assente no ‘Concerto’ das grandes potências.” (CAMPOS, 1995, p. 27).

⁶ Convém lembrar que, após a guerra, a cortina de ferro havia descido sobre o território europeu, dividindo a Europa Ocidental e a Europa de Leste; àquela sob o manto protetor dos Estados Unidos e esta sob o manto de veludo vermelho da União Soviética.

A partir desse contexto aterrador, cérebros iluminados⁷ começam a esboçar os contornos do que viria a se constituir a futura União Europeia, pois nunca houve em sua história a conjugação de condições tão favoráveis à unidade do continente. Tais condições materializavam-se na imposição de uma ameaça exterior,⁸ nos problemas econômicos, sociais e políticos comuns a todos os Estados e no enfraquecimento total do velho continente. Somente com a conjugação de esforços, portanto, conseguir-se-ia reconstruir a Europa. A opinião pública europeia, por sua vez, encontrava-se nesse momento perfeitamente preparada para os esforços necessários à reconstrução, que, conforme Campos (1995, p. 43), iriam se desenvolver em duas frentes, a saber:

a da *cooperação* – no pleno respeito da soberania dos Estados europeus; e a da *integração* – que acabaria por se impor – tendente à instituição entre os Estados participantes de um embrião de laço federal vocacionado para congregar um dia, no quadro dos Estados Unidos da Europa, um grupo de países que ao longo dos séculos se haviam periodicamente enfrentado nos campos de batalha.

A reconstrução da nova Europa conheceu, portanto, duas fases: a fase da cooperação e a fase da integração. A fase da cooperação consolida-se com as ajudas mútuas. No primeiro momento teve lugar a cooperação em matéria de defesa, para logo em seguida ser a vez da cooperação nos planos econômico e político. A fase da integração, por sua vez, dá origem a todo o arcabouço institucional que, com o decorrer do tempo, forjou a estrutura do que é hoje a União Europeia.

Quanto à fase da cooperação, todavia, cedo os europeus entenderam que a defesa militar da Europa seria impossível sem o apoio dos norte-americanos. Assim, em 4 de abril de 1949, vem a lume o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que viria a desempenhar papel fundamental na defesa da Europa face ao perigo vermelho vindo do Leste. Importante salientar que, em virtude das memórias recentes, a Alemanha não foi excluída dessa Organização, vindo a integrá-la em 1954; e igualmente importante o fato de que a Turquia também passa a integrar esse organismo internacional de defesa em 1952.

No que diz respeito à cooperação econômica, esta teve início com o famoso Plano Marshall, que consistiu na ajuda financeira por parte dos Estados Unidos para o programa de reconstrução europeia; pois os americanos tinham plena consciência da simpatia que os europeus ocidentais começavam a sentir pelas ideias socializantes que se difundiam a partir da União Soviética. Assim, em 16 de abril de 1948 foi assinada a Convenção de Paris que criou a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE) para pôr em ação o Plano Marshall. Esta Organização contava com dezesseis Estados, entre eles a Turquia (CAMPOS, 1995). Passado, entretanto, a emergência da primeira hora, e a economia europeia recuperada, a OECE viria a ser convertida mais tarde (1960) na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que passou a incluir não só os países europeus, mas todos os países industrializados do mundo.

Quanto à cooperação política, esta se materializou por meio do Conselho Europeu, criado em 5 de maio de 1949, que tinha como objetivo promover a reconciliação dos europeus em torno de um conjunto de valores democráticos e de respeito aos direitos humanos compartilhados por toda a opinião pública europeia (QUESADA POLO, 2000). Ou seja, os objetivos da organização

⁷ Considerados os “pais fundadores” da União Europeia: Jean Monnet, Robert Schuman, De Gasperi, Paul-Henri Spaack, Léon Blum, Adenauer, Paul Reynaud, W. Churchill (CAMPOS, 1995, p. 41).

⁸ As tropas soviéticas encontravam-se a poucas horas de marcha das fronteiras francesas, e as ambições de Stalin eram conhecidas de todos. Todos os países da Europa Ocidental, portanto, tinham plena consciência que estavam militarmente indefesos.

seria aproximar os povos europeus, através da consolidação da democracia, do respeito pelos direitos fundamentais e das liberdades públicas, e para fazer respeitar estes preceitos deveria ser criada uma Corte Suprema. A escolha da sede, Estrasburgo, foi extremamente feliz, uma vez que tal cidade é o símbolo da reconciliação franco-alemã. E, tal como aconteceu quando da criação da OECE, também no Conselho Europeu a Turquia foi incluída. Desde sua criação, o Conselho tem funcionado como um importante e prestigiado fórum de debates das diversas correntes de opinião e de todas as questões com interesse para a Europa.

A segunda fase da construção europeia, ou seja, a da integração, começa com a Declaração Schuman, proferida por Robert Shuman, então Ministro das Relações Exteriores da França. O Ministro tornou pública a intenção do governo francês, numa iniciativa da maior importância histórica, de tentar encontrar uma solução definitiva para o problema das relações franco-alemãs. Tal solução consistia, conforme sugestão de Jean Monnet, em colocar sob o controle comum, da França e Alemanha, toda a produção de matérias-primas fundamentais para o desenvolvimento da indústria bélica ou de objetivos de domínio econômico. Em outras palavras, “colocar o conjunto da produção franco-alemã do carvão e do aço sob controle de uma alta autoridade comum, numa organização aberta à participação de outros países da Europa” (CAMPOS, 1995, p. 76).

De fato, o carvão e o aço, sempre estiveram na base de todos os conflitos envolvendo os dois países. Assim, com a resolução de doravante comandar juntos os destinos dessas matérias-primas, estava lançada a pedra fundamental do grande sonho europeu. A proposta do governo francês de imediato foi recebida com grande entusiasmo pelos outros Estados europeus. Os governos italiano e dos três países que compõem os BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) entraram nas negociações envolvendo França e Alemanha que viriam a conduzir, em 18 de abril de 1951, à instituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Esta Instituição é a primeira das futuras Comunidades Europeias. A CECA, entretanto, já surgiu com características supranacionais. O Tratado que a instituiu declara expressamente a

transferência de determinadas competências estatais para uma Alta Autoridade Comunitária dotada de poderes para agir tanto sobre os Estados-membros como sobre empresas nacionais dos sectores do carvão e do aço; produção legislativa autônoma e consequente sobreposição de ordens jurídicas; possibilidades abertas às instituições comunitárias de procederem elas próprias a revisões do Tratado; submissão dos Estados-membros à legislação de origem comunitária e ao controlo jurisdicional do exato cumprimento das obrigações por eles assumidas no âmbito da CECA.

(...) com objetivo último de criar, mediante a instauração de uma comunidade econômica, os primeiros fundamentos de uma comunidade mais larga e mais profunda... e lançar assim as bases de instituições capazes de orientar um destino doravante compartilhado (CAMPOS, 1995, p. 83-84).

Começava, assim, a materializar-se o grande sonho europeu, que no decorrer de cinquenta e seis anos, viria a se transformar no grande paradigma a ser seguido em todos os quadrantes do globo.

Na esteira da CECA, que já rendia aos países participantes os frutos do mercado comum do carvão e do aço, os seis Estados fundadores deram prosseguimento aos seus objetivos de integração. Dessa forma, foi se estabelecendo os contornos de um mercado comum que se estendesse por todos os setores de produção. Finalmente, em 25 de março de 1957, foram assinados, em Roma, dois Tratados instituindo a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEA), também conhecida por EURATOM. A partir de então, essas três Comunidades passam a responder pelo processo de integração europeia.

Em 17 de fevereiro de 1986, contudo, viria a ser assinado por todos os membros das Comunidades, em Luxemburgo, o Ato Único Europeu. Tal Tratado teve por objetivo fazer uma revisão nos três Tratados Comunitários e dar novos impulsos ao processo de integração, com instrumentos jurídicos a tratar das questões relativas tanto às Comunidades Europeias como à cooperação política. Mas, embora, se almejasse a criação de uma União Europeia, esta não veio a ser instituída com o Ato Único. Este Tratado, embora pese o avanço que proporcionou para o processo de integração, ficou aquém das expectativas quer no plano político quer nos planos institucional, econômico e social (CAMPOS, 1995, p. 124).

Entretanto, o avanço imensamente significativo no processo de integração europeia se deu com a assinatura do Tratado de Maastricht, em 7 de fevereiro de 1992, o qual veio a estabelecer uma união econômica e monetária, implementando uma moeda única para todos os Estados-membros que a ela quisessem e pudessem aderir, e, finalmente, instituir a União Europeia (daí que é chamado também de Tratado da União Europeia) cujos objetivos são: i) promover a unidade política e econômica da Europa; ii) melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos; iii) melhorar as condições de livre comércio entre os Estados-membros; iv) reduzir as desigualdades sociais e econômicas entre regiões; v) fomentar o desenvolvimento econômico dos países em fase de crescimento; e vi) proporcionar um ambiente de paz, harmonia e equilíbrio na Europa.⁹

Assim, cerca de quarenta anos após a criação das Comunidades Europeias, o mundo vê se materializar o projeto mais ambicioso de todo o século XX. A União Europeia hoje caminha a passos largos para a formação de um Estado Federal, e o projeto de uma Constituição Europeia, apesar do revés francês e holandês em 2005, não saiu da pauta do Conselho de Ministros. As batalhas campais, comuns outrora em território europeu, são definitivamente uma página virada da história do velho continente.

2.2 O PROCESSO DE ALARGAMENTO

O art. 237 do Tratado de Roma (substituído agora pelo art. O do Tratado de Maastricht, mas sem, contudo, mudar-lhe a substância) estabelecia, desde o início, a possibilidade de adesão de outros Estados europeus às Comunidades Europeias. Tal dispositivo dispunha que qualquer Estado europeu poderia pedir a sua adesão cujo requerimento seria endereçado ao Conselho de Ministros, que deveria se pronunciar por unanimidade. O futuro acordo teria a necessidade de ser ratificado por todos os Estados contratantes. Assim, desde o princípio ficou claro que a integração europeia não só poderia, como deveria estender-se para todos os demais Estados europeus, desde que cumpridos certos requisitos de adesão. Contudo, o projeto europeu teve início com apenas seis membros; a Inglaterra (que nessa época ainda acreditava ser uma potência mundial) não quis participar, pois via a iniciativa de integração com profundo ceticismo. E também não pretendia abrir mão de parte de sua soberania em prol de instituições supranacionais. Na verdade, a Inglaterra pretendia ser uma zona de livre comércio apenas, não estava em seus planos participar de um mercado comum.¹⁰

⁹ www.europa.eu/

¹⁰ Faz-se necessário esclarecer que a integração possui diversos níveis e cada nível pressupõe uma renúncia crescente de competências inerentes à soberania nacional. São quatro os níveis existentes no processo de integração: 1) Zona de livre comércio que consiste no espaço territorial que envolve dois ou mais países cujos direitos aduaneiros e demais regulamentações restritivas são eliminados no que se refere a produtos originários dos países que compõem tal zona. Desta forma, fica estabelecido, por meio de tratado, a livre circulação de mercadorias sem barreiras ou qualquer restrição quantitativa ou aduaneira. Sendo que os Estados Partes conservam total liberdade nas suas relações com países terceiros. Entretanto, para que os produtos possam circular livremente pela zona de livre comércio estabelecida, deve ficar provado, mediante certificado, que a maior parte da mão de obra e das matérias-primas procedem de um dos Estados signatários; 2) União aduaneira é o segundo nível do processo de integração. Neste nível, os países que a integram, além de liberar suas fronteiras internas, com o objetivo da livre circulação de mercadorias no território abrangido pelo acordo, os Estados Partes acordam igualmente em constituir uma tarifa

Contudo, a despeito da recusa inglesa, o processo de integração continuava a sua marcha e já era um sucesso incontestável. As vantagens e os frutos colhidos com o mercado comum tornaram-se patentes e o ânimo no aprofundamento da integração era contagiante. Os ingleses, porém, sempre foram um povo pragmático; quando perceberam as oportunidades que estavam a perder no mercado comum, não tiveram dúvidas e, baseados no art. 237 do Tratado de Roma, em 9 de agosto de 1961, pediram oficialmente a sua adesão às Comunidades Europeias. Entretanto, logo que se abriu o processo de negociações, ficou claro que a Inglaterra queria impor modificações aos Tratados Comunitários, de forma a adaptá-los aos interesses britânicos, com nítidos prejuízos às Comunidades Europeias (CAMPOS, 1995). Evidentemente os seis países fundadores não podiam aceitar quaisquer mudanças; o processo arrastou-se durante todo o ano de 1962, até que o General De Gaulle, então Presidente francês, pôs fim às negociações. Como, o art. 237 do Tratado de Roma exigia unanimidade, tornou-se impossível o ingresso da Inglaterra nas Comunidades.

A Inglaterra, porém, não desistiu, esperou os ânimos esfriarem e, em 11 de maio de 1967, fez novo pedido de adesão. Novamente encontrou a forte resistência do General De Gaulle. Entretanto, em 1969, este abandona o poder e deixa o caminho livre para um novo pedido da Inglaterra. Assim, em 22 de janeiro de 1972, é assinado o tratado de adesão da Inglaterra às Comunidades Europeias, juntamente com os tratados de adesão de Irlanda, Dinamarca e Noruega. Tais tratados entraram em vigor em 1º de janeiro de 1973, exceto o tratado de adesão da Noruega que não foi aprovado pelo povo norueguês, em um referendo nacional. Este foi o primeiro alargamento das Comunidades Europeias, que passaram, então, a contar com nove Estados-membros.

O segundo alargamento ocorreu em 1º de janeiro de 1981, quando a Grécia passou a integrar o projeto europeu, depois da redemocratização do país com o fim do período de ditadura conhecido como *regime dos coroneis*.

O terceiro alargamento envolveu os países ibéricos. Estes também, após um longo período de ditadura (Portugal com a ditadura Salazar e Espanha com a ditadura Franco), aderiram às Comunidades Europeias em 1º de janeiro de 1986. Agora já eram doze os Estados-membros sob as ordens de Bruxelas.

Em 1º de janeiro de 1995, foi a vez de Áustria, Suécia e Finlândia; seria o quarto alargamento. A Noruega novamente participou das negociações e chegou a assinar o tratado de adesão; porém, uma vez mais o povo norueguês recusou-se, por meio de referendo, a entrar para a União Europeia.¹¹

O processo de alargamento continuou o seu caminho. Com a implosão da União Soviética e a posterior independência dos Estados que até então estavam sob o seu jugo, começaram as negociações para a inclusão do Leste Europeu à União Europeia. Assim, em 1º de maio de 2004, teve lugar o quinto e também maior alargamento conhecido até então. Dez novos Estados entraram para o grupo: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e República Checa, unindo, assim, a Europa desde o Oceano Atlântico até os Montes Urais.

externa comum com relação a países terceiros. Constituindo, assim, uma verdadeira união aduaneira entre os Estados Partes. A união aduaneira comporta um grau mais elevado em relação à zona de livre comércio. E cabe frisar que a tarifa externa comum, imposta por este nível de integração, tem como consequência uma política comercial comum entre os estados Partes, posto que agora os países têm de negociar em bloco, perdendo, portanto, parte de suas autonomias nos assuntos que se referem às importações e exportações; 3) Mercado comum é o terceiro nível de integração e é caracterizado pela livre circulação de bens, serviços (o qual implica também a liberdade de estabelecimento), pessoas e capitais; 4) União econômica e monetária é o último nível de integração e consiste na instituição de uma união monetária com a consequente implementação de uma moeda única. O único bloco econômico que chegou nessa fase de integração foi a União Europeia cuja moeda única, o euro, começou a circular, em janeiro de 2002, em doze dos, na época, quinze membros que constituíam a União (Cf ACCIOLY, Elizabeth; Prefácio de Fausto de Quadros. **Mercosur & Unión Europea**: estructura jurídico-institucional. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002, p. 29-34).

¹¹ Cumpre lembrar que em 1992, com o Tratado de Maastricht, as Comunidades Europeias transformaram-se em União Europeia.

O sexto alargamento ocorreu em 1º de janeiro de 2007, quando Bulgária e Romênia tornaram-se membros plenos da União Europeia. O último país a entrar foi a Croácia, em 2013. Hoje, são vinte e oito Estados a compor o bloco europeu. Entretanto, novos candidatos engrossam a fila de espera: as negociações de adesão da Turquia tiveram início em outubro de 2005; em dezembro de 2005 foi aceito o pedido da Macedônia, embora ainda não tenha sido estabelecido uma data para a abertura das negociações; e por fim, a União Europeia começou a analisar a possibilidade de o alargamento estender-se aos países dos Balcãs, nomeadamente a Bósnia-Herzegovina, a Sérvia, o Montenegro e a Albânia, pois considera que é vocação destes países tornarem-se membros da União Europeia tão logo estejam preparados.¹²

2.3 OS CRITÉRIOS DE ADESÃO

Conforme já exposto, qualquer Estado europeu pode vir a ser membro pleno da União Europeia. Tal dispositivo já estava previsto no Tratado de Roma e foi recepcionado pelo Tratado de Maastricht. Entretanto, não basta ser um Estado europeu, é preciso também que se respeitem os princípios estabelecidos no art. 6º, nº 1, bem como as condições impostas pelo art. 49, do Tratado da União Europeia.¹³ Por outras palavras, para que um Estado possa pedir a sua adesão à União Europeia, primeiro deve ser um Estado que respeite os princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais, bem como o princípio do Estado de Direito. Somente os Estados que observarem esses princípios poderão ser aceitos como candidatos e, posteriormente, aderir à União Europeia. Em segundo lugar, o Estado candidato, antes de se tornar membro pleno, deve cumprir as condições de admissibilidade impostas pelo art. 49. Entretanto, o art. 49 estabelece, de uma forma bastante vaga, que tais condições serão matéria de acordo entre os Estados-membros e o Estado candidato. Assim, de uma leitura direta do art. 49 fica claro que as condições de admissibilidade seriam negociadas conforme o Estado candidato. Ora, isso traria uma certa insegurança no processo de adesão. Decorre daí que, em 1993, na reunião dos Chefes de Governo da União Europeia, realizada em Copenhague, os critérios de adesão foram clarificados.

As condições essenciais de adesão foram, portanto, definidas e ficaram conhecidas como os “Critérios de Copenhague”. Dessa forma, no momento de adesão (frise-se que é no momento de adesão e não no momento do pedido de adesão), os novos membros devem ter cumprido os três critérios que foram estabelecidos e que são:

- a) O critério político: existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito, os direitos do homem, o respeito pelas minorias e a sua proteção;
- b) O critério econômico: existência de uma economia de mercado que funcione efetivamente e capacidade de fazer face às forças de mercado e à concorrência da União;
- c) O critério do acervo comunitário: capacidade para assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a adesão aos objetivos de união política, econômica e monetária.¹⁴

¹³ www.europa.eu/

¹⁴ Art.6º, nº 1 – A União assenta nos princípios da liberdade, da democracia, do respeito pelos direitos do Homem e pelas liberdades fundamentais, bem como do Estado de direito, princípios que são comuns aos Estados-Membros.

Art. 49 – Qualquer Estado europeu que respeite os princípios enunciados no nº 1 do artigo 6º pode pedir para se tornar membro da União. Deve dirigir o respectivo pedido ao Conselho, que se pronuncia por unanimidade, após ter consultado a Comissão e após parecer favorável do Parlamento Europeu, que se pronuncia por maioria absoluta dos membros que o compõem.

As condições de admissão e as adaptações dos Tratados em que se funda a União, decorrentes dessa admissão, serão objeto de acordo entre os Estados-Membros e o Estado peticionário. Esse acordo será submetido à ratificação de todos os Estados Contratantes, de acordo com as respectivas normas constitucionais.

¹⁵ www.europa.eu/

O estrito cumprimento desses três critérios são os únicos garantes de uma resposta positiva por parte da União Europeia, para com o país candidato à adesão plena. Entretanto, para que o Conselho Europeu decida a abertura das negociações, basta que o Estado candidato tenha cumprido o critério político; os outros dois critérios deverão, necessariamente, ser cumpridos no decorrer das negociações.¹⁶

Em suma, para fazer parte da União Europeia o Estado candidato deve primeiro ser reconhecido como um Estado europeu; segundo, observar os princípios contidos no art. 6º, nº1; e, finalmente, cumprir os critérios de Copenhague.

3 TURQUIA

3.1 O FIM DO IMPÉRIO OTOMANO E O NASCIMENTO DA REPÚBLICA DA TURQUIA

A República da Turquia é a herdeira do poderoso Império Otomano. Originalmente um pequeno principado na Anatólia Ocidental,¹⁷ o Estado otomano tornou-se um império mundial que durou do fim do século XIII até 1923. Em 1453, os turcos conquistam Constantinopla, antiga Bizâncio e capital do outrora Império Bizantino, rebatizada de Istambul, e passam a dominar os estreitos de Bósforo e Dardanelos, que dão passagem ao Mar Negro e daí para o Oriente, o que vem a provocar as grandes navegações, iniciadas pelos portugueses, no final do século XV, pois os europeus precisavam encontrar um novo caminho para as Índias.

No seu apogeu, o Império Otomano se estendeu desde os limites do Império Austro-Húngaro até o Eufrates, passando pelo Norte da África, dominando o Egito, Tunísia e Líbia. Entretanto, o período entre 1800 e 1923 assistiu à fragmentação do Império. Assolado por guerras e revoltas dos povos subjugados, que exigiam a independência, o Império Otomano foi perdendo territórios. Diante da desintegração gradual, guerras e ruína financeira, os sultões tentaram reformar o Estado. Abdulmacid I instituiu uma Nova Ordem no Império, a Tanzimat, primeiro texto com caráter constitucional do mundo muçulmano, onde se proclamava a inviolabilidade da vida e da propriedade. Este texto foi seguido, em 1856, por um decreto que garantia a igualdade a todos os cidadãos, qualquer que fosse a sua religião ou etnia. Foi também editado um código penal inspirado no modelo francês. Esta modernização levada a cabo pelos sultões foi, contudo, muito criticada pelas autoridades religiosas islâmicas e também por um grupo recém-surgido denominado *Jovens Otomanos*. Estes eram favoráveis a uma verdadeira Constituição e não a um simples texto com caráter constitucional. Obteriam sua vitória em 1876. Entretanto, meses depois, o sultão suspendeu a Constituição conquistada pelos Jovens Otomanos e dissolveu o recém-criado parlamento: era o retorno ao absolutismo (COURAU, 2006).

O Império Otomano tornou-se então no “doente da Europa” (expressão do embaixador russo, Alexandre Gorchakov, Ministro das Relações Exteriores durante a guerra da Criméia) e perdeu a Bulgária, a Bósnia-Herzegovina e Chipre, em 1878. Logo depois, foi a vez da Tunísia e do Egito. Nesse momento, uma oposição liberal secreta começou a se formar; inicialmente chamada de Jovens Turcos, depois foi batizada de Comitê União e Progresso. Essa oposição lutou pelo restabelecimento da Constituição de 1876, conseguindo lograr êxito em 1907. A partir de então, o Comitê passou a dirigir o país secretamente e até o fim da dinastia, em 1922, os sultões não passariam de fantoches (COURAU, 2006).

¹⁶ www.europa.eu/

¹⁷ Cumpre ressaltar que a Anatólia foi um dos berços da Europa. Era em seu território que se encontrava a famosa Tróia, cantada por Homero. E foi também na Anatólia que se formaram as primeiras comunidades cristãs (COURAU, Christophe. Asiática e muçulmana, a Turquia quer a Europa. In: **História Viva**. São Paulo, ano III, n. 27, p. 59, 2006).

Em 1913, em plena guerra dos Bálcãs, os Jovens Turcos dão um golpe de Estado e instauram uma ditadura. Explode a primeira guerra e o Império Otomano coloca-se ao lado da Alemanha e da Áustria contra a Rússia e os aliados ocidentais. Em 1915, ordenam a deportação e massacre de centenas de milhares de armênios – genocídio que a Turquia terá de reconhecer para ser admitida no seio da União Europeia. Com o fim da primeira guerra ocorre também o desmembramento total do Império Otomano, instrumentalizado pelo Tratado de Sèvres. Instaura-se uma grande crise no país e neste momento aparece um novo homem forte, Mustafá Kemal (que mais tarde recebeu o título de Atatürk, Pai dos Turcos), que vem a proclamar a República da Turquia, em 29 de outubro de 1923, no que restava do território, ou seja, a Anatólia e a Trácia Oriental. Ancara passou a ser a capital da nova República e Kemal deu início a um vasto programa de modernização do país, que não raras vezes foi imposto pela força. Em 1938, morre Atatürk, após transformar a Turquia na primeira nação muçulmana moderna, de tipo europeu e que hoje reivindica a sua entrada no seio da União Europeia (COURAU, 2006).

3.2 OS ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DO TERRITÓRIO TURCO

A geopolítica da Turquia consiste, sem sombra de dúvidas, num grande desafio à União Europeia. Estado islâmico secular, no seu conjunto, envolve tantas características díspares que a sua adesão implicará necessariamente em consequências profundas no seio da União, tanto políticas como estratégicas, econômicas e identitárias.

Começando pela geografia, a Turquia ocupa a península da Ásia Menor e a região da Trácia Oriental europeia, tendo como capital a cidade de Ancara, apesar de Istambul ser a mais famosa. Possui um território vastíssimo (mesmo com o profundo desmembramento sofrido pelo Império Otomano), quando comparada aos padrões europeus. Com 769.604 km², é superior ao conjunto dos dez Estados que entraram para a União Europeia em maio de 2004, os quais totalizam apenas 736.482 km² e representa cerca de 1,5 vezes a dimensão do maior país atualmente, ou seja, a França. Por outro lado, a soma total das suas fronteiras terrestres ascende a 2648 km, abrangendo oito países tão diversos como a Armênia, o Azerbaijão, a Bulgária, a Geórgia, a Grécia, o Irã, o Iraque e a Síria. Enfim, geograficamente, a Turquia pertence tanto à Europa como à Ásia, ao Cáucaso e ao Oriente Médio, ao Mar Negro e ao Mediterrâneo, ao Mar Egeu e ao Mar de Mármara (FERNANDES, 2006). Constata-se, assim, o quão estratégica é a sua posição geográfica.

Decorre daí que, essa grande diversidade geográfica coloca a Turquia numa posição de destaque perante a União Europeia, com pesos significativos tanto político como econômico, estratégico e demográfico – já que conta com aproximadamente 70 milhões de habitantes, em sua esmagadora maioria composta por muçulmanos, que são, portanto, culturalmente muito diferentes dos europeus cristãos.

Conforme estabelece a Constituição, ratificada em 1982, a Turquia é uma república laica e multipartidária, com uma Assembleia Nacional eleita de cinco em cinco anos. O presidente cumpre um mandato de sete anos e nomeia o primeiro-ministro. E, apesar da tradicional divisão islâmica, os políticos turcos distinguem-se mais pela personalidade do que por ideologias (KINDERSLEY, 1996).

Por outro lado, a Turquia apresenta alguns pontos de conflitos com os Estados vizinhos. No caso da Armênia, por exemplo, a Turquia ainda não reconhece como genocídio, os massacres da população armênia – com cerca de um milhão de vítimas –, ocorridos na derrocada do Império Otomano. Quanto ao Chipre, os turcos ocupam militarmente a parte norte da ilha onde mantêm cerca de 36 mil efetivos que garantem a existência de fato da República Turca do Norte de Chipre, a qual só é reconhecida, de direito, em nível internacional, pela própria Turquia. Com a Grécia há litígios referentes às águas territoriais marítimas e aos corredores aéreos no Mar

Egeu; há litígios igualmente em relação aos direitos de minoria muçulmana turca na Grécia; e também sobre os direitos do Patriarcado da Igreja Ortodoxa grega de Constantinopla/Istambul. O Iraque, pelo menos até a deposição de Saddam Hussein, em 2003, contestava a diminuição unilateral dos caudais dos rios Tigre e Eufrates, devido à construção da barragem de Atatürk e aos planos de irrigação das províncias do território turco junto à sua fronteira, que levam a seca e águas poluídas ao seu território. A Síria, por sua vez, reclama a província turca do Hatay (onde se encontra a cidade de Antioquia), não reconhecendo a soberania da Turquia sobre esse território, anexado em 1938. E da mesma maneira que o Iraque, a Síria também contesta a diminuição unilateral dos caudais dos rios Tigres e Eufrates, que levam igualmente ao território sírio a seca e águas poluídas (FERNANDES, 2006).

Nesse contexto, percebe-se a complexidade da geopolítica da Turquia e o porquê de a mesma representar um desafio para a União Europeia. A sua adesão ao clube europeu acarretaria uma mudança radical nos equilíbrios de poder existentes hoje, o que por si só provoca arrepios, embora não confessados, em muitos dos dirigentes de Bruxelas.

3.3 A OCIDENTALIZAÇÃO DA TURQUIA

A Ocidentalização e modernização da Turquia tiveram início com Mustafá Kemal. Sob o seu governo, foi abolido o califado; as escolas teológicas foram fechadas; o alfabeto árabe foi substituído pelo alfabeto latino, porém, com algumas modificações; adotou-se o calendário gregoriano – com o descanso aos domingos e não mais às sextas-feiras; eliminou-se a proibição islâmica ao consumo de álcool; proibiu-se a poligamia; até o vestuário sofreu modificações, adotando-se em muitos casos os costumes ocidentais (TÉLLEZ, 2007). Em 1926, foi adotado um código civil baseado no modelo suíço. Foi dado o direito de voto às mulheres, em 1934, sendo que no ano seguinte dezoito delas foram eleitas para o parlamento (COURAU, 2006).

As reformas levadas a cabo, por Mustafá Kemal, permitiram que um sistema democrático – mesmo que não tão consolidado como nos países europeus do ocidente – surgisse após a segunda guerra mundial (frise-se, porém, que foi após a segunda guerra mundial, isto porque Kemal governou com forte autoritarismo o Estado turco), quando teve lugar uma reforma eleitoral autorizando a formação de novos partidos políticos, criando, dessa forma, uma oposição legal. Decorre daí que, em maio de 1950, o partido democrata chega ao poder, com 53% dos votos, no que vem a ser a primeira alternância política desde 1923.¹⁸

Por outro lado, com a memória ainda recente do desastre ocorrido na primeira guerra, a Turquia manteve-se neutra no segundo conflito, o que possibilitou mais tarde usufruir dos benefícios do Plano Marshall e ser aceita como membro de pleno direito no Conselho da Europa e pouco depois em 1952, como membro também da OTAN. Com isso, caindo de braços abertos na Aliança Atlântica que se formou durante a guerra fria, passando definitivamente a integrar o grupo ocidental.

Entretanto, para que não houvesse um retrocesso nas reformas, o exército passou a ser o garante da laicização e ocidentalização promovidas por Kemal. Até hoje são os militares os guardiões da Constituição da República da Turquia, não permitindo, sob nenhum pretexto, que a religião volte a andar de mãos dadas com o Estado.

¹⁸ Wikipédia.

4 O PEDIDO DE ADESÃO DA TURQUIA À UNIÃO EUROPEIA

4.1 UMA LONGA TRAJETÓRIA DE APROXIMAÇÃO

A noiva turca está a espera há quase cinquenta anos. Data de 1959 o primeiro pedido de adesão da Turquia. Entretanto, a União Europeia, desde sua criação, sempre se pautou no respeito aos direitos humanos, à democracia e ao Estado de Direito; por isso, esse primeiro pedido foi logo recusado, sobretudo em virtude dos sérios problemas que a Turquia tinha em relação aos direitos humanos e a instabilidade de suas instituições, apesar da abertura democrática ocorrida em 1950 quando o partido democrata chegou ao poder.

Porém, apesar da recusa em iniciar as negociações para a adesão do Estado turco à então CEE, esta percebeu desde cedo que não podia virar as costas para a Turquia pura e simplesmente. Assim sendo, em 1963, foi assinado o Acordo de Associação entre a CEE e Ancara (SOUSA; FRANCO, 2006). Os acontecimentos de julho de 1974, quando a Turquia invade a ilha de Chipre, somado a sua permanente recusa em reconhecer o genocídio dos armênios, de 1915, só vêm a dificultar mais ainda as suas pretensões.

Em 1987, porém, a Turquia volta a apresentar em Bruxelas o seu pedido de adesão. Entretanto, mais uma vez as questões sérias envolvendo o desrespeito pelos direitos humanos, as relações tensas entre Ancara e Atenas, a questão de Chipre e os problemas envolvendo a minoria curda são um entrave ao início das negociações (SOUSA; FRANCO, 2006). Diante desse contexto, não há como negar que os principais obstáculos para adesão da Turquia sempre foram de caráter político. Todavia, os turcos, determinados a entrar para o clube europeu, desde a primeira recusa, em 1959, deram início a um longo processo de desenvolvimento e democratização, o que levou o Estado turco à profundas mudanças em todos os aspectos, sejam eles políticos, econômicos ou culturais.

Em 1995, foi assinado um Acordo de União Aduaneira entre Turquia e União Europeia, o qual está sendo cumprido sem maiores dificuldades e o dinamismo da economia turca demonstra que não haverá problema em alcançar uma economia de mercado viável. Em 1999, no Conselho Europeu de Helsinque, a União Europeia passou a considerar a Turquia um Estado candidato em igualdade de circunstâncias com os outros Estados candidatos. Isto significa que, a partir daí, passaram a valer para a Turquia os mesmos critérios de Copenhague com vistas à adesão plena (SOUSA; FRANCO, 2006). A Turquia já cumpriu com pelo menos um dos critérios de Copenhague, ou seja, o critério econômico, uma vez que sua economia está em franco progresso e tudo atesta no sentido de que não terá problemas em manter uma economia de mercado sustentável. Quanto ao critério político, que sempre foi o que causou maiores obstáculos, a Comissão Europeia concluiu que a Turquia os cumpria o suficiente para iniciar as negociações para a adesão, o que veio a ocorrer em 3 de outubro de 2005. De fato, os governos turcos dos últimos anos, num fervor reformista, deram importantes passos para que o país cumprisse as regras necessárias para se tornar membro do grupo europeu. Ao estabelecer como prioridade a adesão à União Europeia e ao aceitar os critérios de Copenhague sobre as regras democráticas, o governo de Erdogan, Primeiro Ministro turco, aumentou as liberdades, reduziu o arbítrio policial, fez reformas econômicas. Enfim, reforçou a ocidentalização da Turquia (FERNANDES, 2007).

Entretanto, em dezembro de 2006, numa total falta de coerência, Bruxelas suspendeu as negociações de 8 dos 35 capítulos do processo de adesão da Turquia e a reabertura de quaisquer deles exigirá unanimidade dos atuais vinte e oito membros. Como observa Pedro Jordão, "num continente cujos 'valores' incluem a transparência, não é respeitável aceitar condutas de má-fé" (JORDÃO, 2006, p. 122). Tal fato deu origem a um profundo desânimo nos turcos; em

novembro de 2006, 75% da população apoiava a adesão. Hoje, apenas 8% acreditam que ela seja possível (FERNANDES, 2007).

4.2 OS PRÓS E CONTRAS À ADESÃO

Dado o sinal verde para a abertura das negociações, em outubro de 2005, e agora a recente decisão de suspender parte do processo de adesão, a questão turca entra de novo em força no debate europeu. São muitas as vozes que se levantam contra e a favor da adesão do herdeiro do outrora Império Otomano. Uma espécie de “turcofobia” tomou conta dos europeus (reforçado com a eleição, em maio, de Nicolas Sarkozy, para a Presidência da França) e ao que parece, pelo andar da carruagem, a novela arrastar-se-á ainda por muito tempo.

4.2.1 Os prós à adesão

A Europa, na verdade, nunca pôs em causa a vocação europeia da Turquia. De fato, Ancara pertence a todas as organizações multilaterais europeias, desde a OCDE à OTAN, passando pelo Conselho Europeu e pelo Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD); inclusive é ligada aos campeonatos europeus de futebol e não os da Ásia. A única exceção é justamente a União Europeia. Pode-se sustentar que a Turquia nunca prescindiu de exercer as suas prerrogativas e responsabilidades no concerto das nações europeias. Dessa forma, vir a dizer que a Turquia não é um país europeu, e por isso não pode aderir ao grupo, pois não cumpre o primeiro requisito de adesão, é, do ponto de vista da História, algo muito difícil de sustentar, para se dizer o mínimo. Há de se notar também que neste domínio a noção de “fronteira” é essencialmente política.

Outro ponto a analisar a favor da adesão é que a Turquia, devido a sua geografia, está na confluência de regiões vitais para a segurança europeia e para a segurança do seu abastecimento energético (deve-se lembrar que a Turquia tem fronteiras comuns com antigos Estados Soviéticos e com países do Oriente Médio, os quais abundam em matéria-prima energética). Ademais, serve como ponte ao mundo islâmico; fato este que, após o 11 de setembro, entrou na ordem do dia a sua equalização (SOUSA; FRANCO, 2006).

Com a entrada da Turquia, a União Europeia absorveria um enorme mercado emergente e alavancaria a sua estatura no grande xadrez geopolítico mundial, pois a Turquia é uma potência regional com forte influência tanto no mundo ocidental como na parte oriental do globo (JORDÃO, 2006).

Finalmente, um argumento de peso dos que advogam a favor da adesão da Turquia é que seria a maior vitória daquele que é o mecanismo mais poderoso da União Europeia, ou seja, a capacidade de forçar uma reforma interna rumo à democracia sem o uso da força, num nítido contraponto aos Estados Unidos. Ora, se a União Europeia democratizou a Europa do Sul e a Europa do Leste, o próximo passo deve ser a democratização da Turquia (RAPOSO, 2007). A consolidação da democracia conduziria a um modelo alternativo ao fundamentalismo islâmico e às ditaduras que se alastram por todo o Oriente Médio, refutando, assim, a ideia de que existe uma incompatibilidade entre o islã e a democracia.

4.2.2 Os contras à adesão

A dimensão territorial e demográfica da Turquia é a preocupação mais pertinente, pois há que se notar que a soma do seu território é superior à soma dos dez membros que entraram em

maio de 2004. Se vier a aderir, em poucos anos a Turquia será o país mais populoso dentro da União Europeia, o que alteraria radicalmente os equilíbrios de poder que a sustentam desde a sua fundação, ou seja, o eixo franco-alemão. A Turquia tornar-se-ia a primeira força no Conselho Europeu e o Estado-membro com o maior número de deputados no Parlamento Europeu. Na verdade, embora os dirigentes em Bruxelas não queiram assumir, são esses os reais motivos daqueles que se opõe à adesão turca (LIMA, 2007). Por outro lado, merece reflexão a ajuda econômica que, necessariamente, teria de se dar a Turquia, por meio dos fundos comunitários, de maneira a garantir-lhe o mesmo tratamento que os demais Estados puderam se beneficiar quando de suas adesões. A dimensão populacional e territorial da Turquia somada ao fato de que ainda é uma economia emergente com sérios problemas estruturais, tornaria os custos da integração altamente significativos, senão proibitivos (FERNANDES, 2006).

Quanto à questão do islamismo, que é um dos temas mais abordados, sobretudo após o 11 de setembro, é um aspecto particularmente importante, segundo aqueles que são contra a adesão, por causa das implicações que podem advir quando se trata de um processo de integração ambicioso como é o da União Europeia. Isso porque a existência de um mercado comum implica, por definição, a livre circulação de pessoas, e com isso o aumento migratório para os Estados mais abastados e o aumento da influência cultural islâmica nos países cristãos (FERNANDES, 2006). Há que se notar que o problema da convivência entre culturas tão distintas existe tanto nos arredores de Paris como em Ancara ou Istambul. Logo, não é um argumento sólido para se fazer parar as negociações de adesão.

4.2.3 É preciso não fechar as portas

Embora com 97% do território situado na Ásia, a Turquia é mais europeia do que asiática. Suas fontes de inspiração encontram-se mais em Istambul, Paris, Berlim ou Sarajevo do que em Meca. Por isso, não é prudente fechar-lhe definitivamente as portas. Desde a sua fundação a União Europeia dá esperanças à Turquia, a qual promoveu uma metamorfose colossal tanto em nível econômico, como social, político e cultural, com um único objetivo: integrar-se à Europa.

Diante desse contexto, Bruxelas não pode agora, por razões de coerência política e de princípios, negar à Ancara a chance de seguir com o processo até o fim, seguindo todos os passos rumo ao cumprimento dos critérios de Copenhague. Pois foram justamente essas expectativas que foram criadas junto ao Estado turco durante todos esses anos. Um retrocesso agora teria efeitos sensíveis no seio da Turquia. A conduta levada a cabo pela União Europeia fere a dignidade dos turcos, que sentem que os europeus nunca os aceitarão. Como diz, e bem, Pedro Jordão:

Humilhados e sentindo-se ciclicamente enganados, os turcos têm alternativas. A interligação com os EUA é apetecível para ambos. A Rússia namora a Turquia e teme-a porque a sua influência invadiu espaços dominados pela antiga URSS. A Turquia é uma crescente potência regional numa região absolutamente vital do globo, o que lhe abre múltiplas vias de influência e parceria. Ganhará se aderir à União Europeia, mas esta perderá se tal não suceder.

Em síntese, o que está em jogo para a União Europeia transcende largamente a integração ou o afastamento da Turquia. Em causa está também a definição da identidade e do protagonismo da União Europeia perante o mundo e perante a população islâmica que vive no seu próprio seio. Está em causa o futuro da Turquia, mas também o da União Europeia. A Turquia está atenta aos próximos passos da União Europeia. Mas o mundo também está (JORDÃO, 2006).

Assim, não é boa política da União Europeia a de fechar as portas à Turquia. Pois os turcos podem prosseguir o seu caminho rumo a internacionalização e estabilização, alternativas para isso eles têm. Até o dia em que Bruxelas venha bater-lhes à porta para pedirem que entrem: depressa, é urgente e extremamente necessário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre a Turquia e os países europeus sempre foram muito intensas, como visto no decorrer deste estudo. Entretanto, apesar dos vários conflitos que surgiram no decurso da história desses povos, desde a formação e consolidação do Império Otomano que a população que vive nesse espaço geográfico se relaciona mais com Paris, Berlim e Londres do que com Meca, Bagdá, Teerã ou Damasco. Sendo um país muçulmano, as tensões religiosas sempre existiram entre os turcos e os europeus, pois a unidade judaico-cristã destes últimos sempre mostrou profunda aversão à Turquia muçulmana.

Entretanto, a União Europeia, querendo-se ou não, é um espaço privilegiado onde todos querem entrar; a sua força de atração é incontestável. Assim, um a um todos os países da Europa vão pedindo a sua adesão e a Turquia não é exceção. Pelo contrário, desde os primórdios da União Europeia que a Turquia insiste em sua adesão e para isso levou a cabo, durante quase cinquenta anos, profundas mudanças em seu território para conseguir cumprir os critérios de Copenhague para que um dia possa vir a fazer parte do clube europeu, para onde todos querem convergir.

Contudo, embora as negociações de adesão tenham sido iniciadas em outubro de 2005, são muitos aqueles que são contra a entrada da Turquia. Em virtude disso, as negociações foram suspensas no final de 2006, o que veio a provocar um imenso mal-estar entre os turcos, pois estes se sentem eternamente enganados por Bruxelas, com a nítida sensação de que todo o esforço foi em vão.

A adesão da Turquia, entretanto, não é tão simples. Existem, de fato, muitas questões delicadas que demandam cautela. No entanto, não se pode deixar os turcos eternamente a espera, sempre acenando com a possibilidade de entrada, mas nunca a concretizando. Ademais, a União Europeia tem como vocação o estreitamento entre os povos, com determinação e persistência, aos poucos foi agregando em seu seio várias nações que há um pouco mais de meio século quase se exterminaram mutuamente naquele que foi o maior conflito de sempre. Mas não há dúvidas de que a Turquia ainda causa um certo receio aos europeus, vestígios do eterno conflito judaico-cristão-muçulmano, talvez seja esse o principal motivo da aversão, mesmo que não confessado abertamente. Assim, diante desse contexto, para concluir, são oportunas as palavras de Manuela Franco, para quem:

A candidatura da Turquia confronta os europeus com uma escolha que os assusta a propósito da natureza da União. Opera estranheza, a noção ancestral do islã rival e frequentemente inimigo. O Estado turco democrático e laico é herdeiro do império otomano, cuja confrontação guerreira com o Ocidente não está esquecida de ninguém, mesmo que a memória não esteja ativa. De resto, os conflitos dos Balcãs estão aí para o demonstrar. O caso da Turquia põe em ação a relação entre as nações europeias cristãs e as sociedades muçulmanas. E aqui a ideia parece simples: se a CECA serviu para reconciliar a França e a Alemanha, se a Turquia moderna, por intermédio dos instrumentos políticos modernos puder entrar na família das nações europeias herdeiras da tradição bíblica e do cristianismo, talvez a União Europeia possa fazer o serviço de reconciliar os povos do livro – e levá-los a uma harmoniosa distanciação dos conflitos de interpretação sobre a origem e o fim do Homem na terra (SOUSA; FRANCO, 2006, p. 39).

Fica aqui, pois, registrada a ideia.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLY, Elizabeth; Prefácio de Fausto de Quadros. **Mercosur & Unión Europea**: estrutura jurídico-institucional. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2002.
- CAMPOS, João Mota. **Direito comunitário**. I vol. 7 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- COURAU, Christophe. Asiática e muçulmana, a Turquia quer a Europa. In: **História Viva**. São Paulo, ano III, n. 27, p. 59-63, 2006.
- DEFARGES, Philippe Moreau. **As relações internacionais desde 1945**. Tradução de Teresa Braga. Lisboa: Gradiva, 1997.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira. A geopolítica da Turquia: um desafio às sociedades abertas da União Europeia. In: **Relações Internacionais**. Lisboa, ano II, n. 5, p. 47-60, jan/fev/mar. 2006.
- FERNANDES, Jorge Almeida. Turquia: o choque das elites. In: **Público**. Lisboa, p. 8, caderno P2, maio 2007.
- JORDÃO, Pedro. O erro europeu. In: **Visão**. Lisboa, p. 122, dez. 2006.
- KINDERSLEY, Dorling. **Atlas enciclopédico mundial**: cartografia pormenorizada de A a Z de todas as nações do mundo. 2 ed. Lisboa: Público, 1996.
- LIMA, Bernardo Pires de. Nem marte, nem Vênus – O precedente turco. In: **Atlântico**. Lisboa, p. 34, jul. 2007.
- QUESADA POLO, Santiago. El convenio europeo de derechos humanos. In: *Institut International des Droits de L’Homme*. Dossier Documentaire, vol. 2, Documentary File, vol. 2. Strasbourg, 3-28, Juillet/July, 2000, p. 311 a 310.
- RAPOSO, Henrique. Nem marte, nem Vênus – A Turquia é fixe: 10 actos. In: **Atlântico**. Lisboa, p. 34, jul. 2007.
- SILVA, G. E. Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. 15 ed. rev. e atual. por Paulo Borba Casella. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SOUSA, Teresa; FRANCO, Manuela. A Turquia de regresso à Europa? In: **Relações Internacionais**. Lisboa, ano II, n. 5, p. 27-39, jan/fev/mar. 2006.
- TÉLLEZ. Cláudio Andrés. **O futuro da Turquia**. Texto disponível em: <www.midiasemmascara.com.br>. Acesso em 24 jul. 2007.
- WIKIPÉDIA – Enciclopédia Livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/>>. Acesso em 24 jul. 2007.
- www.atarde.com.br/. Acesso em 24 jul. 2007.
- www.europa.eu/. Acesso em 24 jul. 2007.

REDEMPTORIS CUSTOS – 25 ANOS DEPOIS

Tarcísio Stramare¹
Alberto Antonio Santiago,osi²

1 INTRODUÇÃO

Dia 15 de agosto deste ano, a exortação apostólica de João Paulo II sobre a figura e a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja comemorava os exatos primeiros 25 anos da sua promulgação em 1989.

Desde então a *Redemptoris Custos* tornou-se, por assim dizer, a *charta magna* de um ramo bem preciso da teologia católica: a *josefologia*. Não que faltassem ensinamentos pontifícios sobre os quais embasar a reflexão teológica sobre o guardião de Gesù e de Maria, aliás, ocasião para o documento foi precisamente o centenário da *Quamquam pluries* de Leão XIII. Um olhar, mesmo de soslaio, no elenco da *Pontificia Iosephina* revela-nos o culto a São José constantemente justificado, regulado, enriquecido de indulgências, recomendado pelos sumos Pontífices aos fiéis. Mas ao final deste quarto de século é mais que necessário perguntar-se: o documento foi aplicado, como a magna charta que é sempre consultada, ou foi engavetado, como aquelas certidões que depois do ato jurídico não são mais usadas? Ademais, rendeu os frutos esperados pelo autor, isto é: quanto cresceu em todos nós o amor ao Patrono universal da Igreja? Quanto cresceu o nosso amor ao Redentor, a quem ele serviu de maneira exemplar? Em nosso tempo, o povo cristão recorre a São José com maior fervor e invoca com confiança o seu patrocínio? Temos conseguido apresentar ao povo São José no seu modo humilde e amadurecido de servir e de “participar” na economia da salvação? São perguntas que se devem fazer todos os destinatários da exortação apostólica: bispos, sacerdotes e diáconos, religiosos e religiosas e cada fiel. Mas esses questionamentos premem particularmente a nós, Oblatos de São José, que temos como empenho constitucional difundir a devoção ao Guardião do Redentor.

E como ninguém vive aquilo que não ama e ninguém ama aquilo que não conhece, pensamos que seria útil um olhar panorâmico sobre os pressupostos usados por João Paulo II ao redigir esse documento, que são os mesmos pressupostos da atual teologia de São José ou josefologia.

¹ Teólogo. Biblista. Professor da Pontifícia Academia de Teologia e dirige Movimento Josefino, Roma, Itália. Foi professor na cadeira de Sagrada Escritura na Pontifícia Universidade Lateranense e depois na Pontifícia Faculdade Teológica Marianum – Itália. E.mail: stramare@osjcuria.org

² Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Graduação em Filosofia pela PUC/PR. Graduação em Teologia Pontifícia Università Urbaniana de Roma, Itália. Especialista na área de Hermenêutica. E.mail: albertosantiago2@gmail.com

2 O QUE É JOSEFOLOGIA?

A Josefologia è aquele ramo da teologia que trata da parte de São José, esposo da Virgem Maria e guardião de Jesus, na história da salvação, e explica o seu papel no mistério de Cristo e da Igreja. Como toda teologia, emprega uma linguagem analógica para exprimir conceitos que de outra forma permaneceriam fora das possibilidades da linguagem humana.

As suas fontes são: a Sagrada Escritura, principalmente os Evangelhos, os Padres da Igreja, a Liturgia e os documentos do Magistério. Serve-se também de ciências auxiliares: a filosofia, a exegese, a história dos dogmas, as devoções, as artes, o folclore...

Tratando de uma parte importante do mistério da Encarnação, a Josefologia é estritamente ligada com a cristologia e a mariologia, o seu lugar natural é no tratado *De Incarnatione Verbi Dei*.

São temas tradicionais e sempre atuais da teologia de São José: definir a posição dele como esposo da Mãe de Deus, como pai de Jesus e como chefe da Santa Família; determinar a natureza do seu matrimônio com Maria e da sua paternidade com respeito a Jesus; esclarecer a sua função na vida da Igreja e o culto que lhe compete; precisar teologicamente a sua santidade; defender os seus privilégios e expôr as suas virtudes...

Mas a *Redemptoris custos* dá um impulso mais profundo a esse estudo: trata-se agora de aprofundar a relação de São José com os mistérios da encarnação e da redenção; conhecer o seu papel na história da salvação, ou seja, de que modo ele, “*mediante o exercício da sua paternidade* cooperou, na plenitude dos tempos, no grande mistério da Redenção e por isso é, verdadeiramente, ‘ministro da salvação’” (n. 8).

O documento de Giovanni Paolo II vem despertar todos os cristãos para uma realidade fundamental, mas muitas vezes desconsiderada: São José não teve simplesmente um papel “histórico”, mesmo se importante, na vida de Jesus, nem podemos considerar o seu papel como “pessoal”. Seria assim, a presença de tantos personagens contemporâneos em relação à vida de um personagem-chave: amigos, parentes, conhecidos... que todavia poderiam também não encontrar-se pessoalmente envolvidos no *acontecimento*, na função política, social, cultural etc. Talvez seja o caso dos “parentes” de Jesus, cuja importância não pode ser medida pelo grau de parentela que tinham com ele, mas sim segundo o papel efetivo desempenhado na história da salvação.

Ora, de São José se diz que ele “foi chamado por Deus para servir diretamente à Pessoa e à missão de Jesus” (n. 8); que ele “participou” no plano de *Redenção*, que tem o seu alicerce no *mistério da Encarnação*

“como nenhuma outra pessoa humana, a exceção de Maria, a Mãe do Verbo Encarnado. Ele participou em tal mistério simultaneamente com ela, envolvido na realidade do mesmo evento salvífico, e foi depositário do mesmo amor, em virtude do qual o eterno Pai ‘nos destinou a sermos adotados como filhos por intermédio de Jesus Cristo’ (Ef 1,5)”. “Ele tornou-se, portanto, *um depositário singular do mistério* ‘escondido desde todos os séculos em Deus’ (cf. Ef 3,9), como se tornara Maria, naquele momento decisivo que é chamado pelo Apóstolo ‘*plenitude dos tempos*’” (n. 5). “*Desse mistério divino, juntamente com Maria, José é o primeiro depositário*. Simultaneamente com Maria – e também em relação com Maria – *ele participa nesta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo*; e nela participa desde o primeiro momento” (n. 5).

A necessidade e a importância do matrimônio de José com Maria são vistos à luz da paternidade de José, porque é precisamente *mediante o exercício da sua paternidade* que ele “coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos e é verdadeiramente ‘ministro da salvação’” (n. 8).

2.1 RAÍZES DA JOSEFOLOGIA NO NOVO TESTAMENTO

A teologia de S. José tem raízes profundas, que remontam até mesmo aos tempos do Novo Testamento com Mateus, Lucas e os outros evangelistas.

2.1.1 O testemunho dos evangelistas Sobre a messianicidade de Jesus

A apresentação que o evangelista João faz de Jesus é realmente singular: por um lado, ele se detém na exaltação do Verbo que “era Deus e existia no princípio junto de Deus. Todas as coisas foram feitas por meio dele, e sem ele nada foi feito de tudo o que existe. Nele era a vida e a vida era a luz dos homens” (1,1-4); por outro lado, ele afirma o abaixamento do mesmo Verbo, que “se fez carne e habitou entre nós” (v. 14), fazendo-se chamar “Jesus”.

Ao grandioso testemunho de João Batista, apresentado como o apresentador de Jesus, luz verdadeira destinada a iluminar todo homem (vv. 7ss.), e como arauto que atesta de Jesus “que é ele o Filho de Deus” (v. 34), o evangelista acrescenta e quase contrapõe, integrando a descrição teológica com a histórica, o humilde testemunho de Felipe, concidadão de André e de Pedro, o qual encontrando Natanael lhe diz: “Aquele do qual escreveram Moisés na Lei e os Profetas, nós o encontramos: Jesus, *filho de José, de Nazaré*” (1,45).

Temos nessas últimas palavras aquilo que poderíamos definir os dados do registro civil de Jesus, filho de Deus *feito homem*: paternidade e naturalidade. Se a fé do Batista consentia-lhe identificar em Jesus o Filho de Deus, aos olhos do mundo Jesus era considerado simplesmente como “filho de José, de Nazaré”.

Que reações suscitava no povo essa paternidade e essa proveniência? O evangelista não nos esconde. À afirmação de Jesus: “Eu sou o pão vivo descido do céu”, os Judeus haviam contraposto a própria experiência: “Não é ele Jesus, o filho de José? Dele conhecemos o pai e a mãe! Como, então, diz que desceu do céu?” (Jo 6,42). Também em Nazaré, os seus concidadãos se admiram das palavras que saíam da sua boca e diziam: “Não é ele o filho de José?” (Lc 4,22); “Não é ele o filho do carpinteiro?” (Mt 13,55). E isso era para eles motivo de escândalo (cf. Mt 13,57).

A impressão que a designação de Jesus como “Nazareno” esteja, às vezes, ligada a um sentimento de desprezo e de hostilidade (cf. *Mc* 1,24; 14,67; *Lc* 4,34; *Mt* 26,71; *At* 22,8; 24,5; 26,9) é confirmada por textos explícitos.

“Ora, da multidão, alguns que tinham ouvido as suas palavras disseram: ‘Este é verdadeiramente um Profeta!’. Outros diziam: ‘Este é o Messias!’. Mas outros diziam: ‘O Messias vem, por acaso, da Galiléia? A Escritura não disse: *Da descendência de Davi, e de Belém*, a cidade de onde era Davi, vem o Messias?’. E houve dissenso entre a multidão por causa dele” (Jo 7,40-43).

A mesma opinião e a mesma dificuldade eram partilhadas pelos fariseus, os quais a Nicodemus, que procurava defender Jesus, responderam assim: “És também tu galileu? Estuda e verás que da Galiléia não sai nenhum profeta!” (v. 52). Já Natanael não tinha conseguido esconder de Felipe a sua opinião desfavorável sobre Nazaré: “De Nazaré pode vir algo de bom?” (1,46). Desses testemunhos resulta que a proveniência de Jesus de Nazaré, “onde tinha crescido” (Lc 4,16), tinha tornado obscura, na mente do povo, o seu verdadeiro lugar de origem, Belém, e a sua legítima descendência davídica.

Com a sua meticulosidade de histórico, Lucas informa os destinatários do seu evangelho acerca da anunciação havida em Nazaré, a ocasião da mudança da Santa Família para Belém,

onde nasceu o menino, e o retorno a Nazaré, resolvendo assim o problema das diversas localidades. Alonga-se, ademais, na descrição da concepção miraculosa de Jesus, seguro do interesse e do gosto dos seus leitores. Mateus, em vez, dá por descontado o problema da localidade, inserindo-o no diálogo dos Magos com Herodes (Mt 2,2-7), e apresenta diretamente Jesus como “nascido em Belém de Judá” (v. 1). Nazaré volta a ser nomeada só depois do retorno do Egito. Superada assim a dificuldade da proveniência de Jesus, Mateus, escrevendo para um público judeu-cristão, demonstra-se mais preocupado com o problema da messianicidade de Jesus, comprometida, e não ajudada, pelo fato da concepção virginal do Messias, dificilmente conciliável, para os seus leitores, com a descendência davídica. De fato, se a circunstância da concepção virginal, de uma parte exalta a transcendência de Jesus, da outra, excluindo a cooperação de um descendente de Davi, não garante a Jesus o direito às promessas davídicas.

Mateus sublinha, então, como foi Deus mesmo a providenciar a legitimidade da descendência davídica a Jesus, quando expressamente, por meio de um anjo, quis dar a sua paternidade a José “filho de Davi” (1,18-25). Não foi um homem, mesmo se filho de Davi, a inserir na família de Davi Jesus concebido virginalmente, mas foi o próprio Deus.

Com a explícita afirmação da iniciativa divina, Mateus garante contemporaneamente no plano histórico o papel próprio de José, que é o de ter constituído Jesus filho de Davi, assegurando-lhe legalmente a descendência. Tal descendência era um sinal do Messias, mais relevante, ao menos aos olhos dos judeus, do que a concepção virginal; d’outra parte, que Maria derivasse ou não da casa de Davi (cf. Lc 1,5.36) não contava nada para a descendência de Jesus. Portanto, José não foi uma figura secundária no grande acontecimento do nascimento do Salvador, mas teve aí uma parte verdadeira, positiva e importante, inferior somente à de Maria.

2.1.2 O testemunho de Mateus e Lucas sobre o filho de Davi

Os evangelistas Mateus e Lucas concordam em apresentar São José como descendente *da estirpe de Davi* (Mt 1,1-16.20; Lc 1,27; 2,4; 3,23-31), mas divergem quanto à genealogia, seguindo cada um uma série diversa de antepassados, que em Mateus chega a José através de Jacó (1,16), em Lucas através de Heli (3,23). Sabemos, além disso, por Egésipo, que José tinha um irmão chamado Cléofas (Eusebio, *Hist. Eccl.* 3,11: PG 20, 248; cf. *Gv* 19,25).

Nazaré é a cidade onde Lucas (1,26) nos apresenta José casado com uma Virgem de nome Maria, a qual sob a sombra do Espírito Santo concebe Jesus (cf. vv.27-35). Por motivo de um edito de César Augusto, que prescreve um recenseamento, a família dirige-se ao lugar de origem, Belém, onde nasce Jesus (Lc 2,1-7).

Enquanto Lucas conta a concepção e o nascimento de Jesus pondo em evidência a virgindade de Maria, Mateus em vez, que escreve para os hebreus, sublinha a messianicidade de Jesus, filho de Davi. Para isso, ele inicia o seu evangelho com as palavras: “Livro da origem de Jesus Cristo filho de Davi, filho de Abraão” (v.1) e mostra que Jesus resulta filho de Davi através de “José, esposo de Maria, da qual nasceu Jesus, chamado o Cristo” (v. 16). Dessa descendência legal, afirmada na genealogia, Mateus narra, depois, a realização: “Ora, tal foi a origem de Jesus Cristo” (v. 18, religando-se assim ao v. 1). A intenção de Mateus de provar a *paternidade legal* de José prossegue no relato dos vv. 18-25, onde, permanecendo firme a sua exclusão da concepção de Jesus (vv. 18-25), vem revelado a José através da mensagem do anjo qual deve ser o seu ofício. Depois que Mateus, de fato, tinha afirmado sem ambiguidade que Maria “diventara mãe por obra do Espírito Santo”, ao leitor israelita, que não tinha dificuldade para admitir o milagre, (basta como prova a citação de Is 7,14 do v. 23), apresentava-se em vez, no plano jurídico, a grave questão da hereditariedade ao trono de Davi por parte do menino, concebido em modo virginal. Tal dificuldade Mateus apresenta refletida na dupla perplexidade de José:

- ele pode ainda manter consigo Maria, sempre legalmente sua esposa, mas tornada agora posse de Deus?

- é lhe consentido dar o seu nome ao Menino, concebido sim por Maria, enquanto era sua, mas por obra do Espírito Santo? (cf. S. Tommaso, *Summa Teologica, Suppl.*, q. 62, a. 3, ad 2).

Através de um anjo, Deus lhe ordena, em sonho, que mantenha consigo a esposa Maria e que dê nome ao Menino (vv. 20s). Mesmo se a concepção é obra do Espírito Santo, José tem um importante ofício a cumprir, posto bem em evidência por João Paulo II: “São José foi chamado por Deus para servir diretamente à Pessoa e à missão de Jesus, *mediante o exercício da sua paternidade*” (RC n. 8). É porque *deve ser pai* para o Menino que ele, “filho de Davi”, manterá consigo, apesar da concepção virginal, a mãe de Deus. Jesus é “filho de Davi”, porque o é José.

No oitavo dia do nascimento do menino, o *mohel* cumpriu para ele o rito da circuncisão e foi-lhe imposto o nome de Jesus. Enquanto no relato da anunciação Lucas atribui à mãe o encargo de impôr o nome ao menino: “Conceberás e darás à luz um filho e o *chamarás* Jesus” (Lc 1,13), no momento da imposição do nome ele usa uma forma impessoal: “*foi chamado* Jesus, como o anjo havia dito que o chamassem” (Lc 2,21). Mateus em vez, diz claramente que foi *José* a chamá-lo Jesus (Mt 1,25; cf. v.21). Trata-se do exercício da autoridade paterna.

Quarenta dias depois do nascimento, José acompanha Maria e Jesus a Jerusalém. Apresentado no templo, no quadro da purificação de Maria e do resgate do primogênito, José escuta admirado aquilo que Simeão diz sobre Jesus e recebe a bênção (Lc 2,22-38).

Faz parte do relato de Mateus a visita que os Magos fizeram em Belém a Jesus e o não retorno deles a Herodes, com o resultado de fomentar as suas suspeitas e a sua ira e de obrigar a Santa Família à fuga no Egito (Mt 2,1-15).

2.1.3 O testemunho de Mateus sobre o chefe da Santa Família

Mateus, que havia resolvido, com o relato da dúvida de José, a dificuldade da sua paternidade no plano jurídico, reconhecendo a este “filho de Davi” a potestade sobre Maria e seu filho, no-lo mostra agora no exercício dos seus direitos e das suas funções de chefe da Santa Família. É a ele que o anjo aparece; é a ele que o anjo fala; é a ele que é comunicada a destinação; é a ele que será revelada a data do retorno. José é o chefe incontestado em sua casa, na qual tudo lhe é sujeito: “Toma o menino e sua mãe” (Mt 2.13-20s).

A permanência da Santa Família no Egito durou até à morte de Herodes (Mt 2,19ss), che aconteceu no ano 750 da fundação de Roma, quatro anos antes da era comum. A Herodes, o Grande, sucederam seus três filhos: Arquelau, Antipas e Felipe. A Arquelau, que assumira o título de etnarca, coubera a Samaria, a Judéia e a Iduméia. O seu caráter cruel e vingativo e o cumprimento de uma profecia são os motivos adotados por Mateus (2,22s) para a escolha que José fez, de morar com a Santa Família na cidade de Nazaré na Galiléia, governada pelo tetrarca Herodes Antipas, localidade designada por Lucas simplesmente como “sua cidade” (2,39). Sabemos, além disso, de Lucas, que José costumava ir todo ano com a família a Jerusalém para a Páscoa (2,41) e que, numa dessas vezes, Jesus aos 12 anos permaneceu na cidade, sem que os “pais” o soubessem, causando-lhes um grande sofrimento na angustiosa procura que durou três dias (vv. 42-50). É ainda Lucas a designar toda a vida de Jesus em Nazaré com a expressão “era-lhes submisso” (v. 51), em referência àqueles que o evangelista havia indicado como seu pai e sua mãe (v. 48).

A qualificação que recebe o trabalho de José é a de “*τεκτον*” (Mt 13,55; Mc 6,3), expressão traduzida pela Vulgata com “*faber*”. A genericidade do termo consente extendê-lo a multiplas atividades manuais. Os apócrifos descrevem José como artesão de arados e jugos, serviço que Justino (*Dial.* 88,18: PG 6, 688) atribui também a Jesus. Pela mesma atividade

exercida sobre a madeira (carpinteiro, marceneiro) estão as interpretações das versões siríaca, gótica, copta e etiópica. Os evangelhos não nos informam mais nada sobre José.

3 CONTRIBUTO DOS PADRES DA IGREJA, ESCRITORES ECLESIAÍSTICOS, PAPAS, TEÓLOGOS E DEVOTOS ILUSTRES

Também ao longo do tempo, quando foi necessário esclarecer e defender das heresias as verdades da fé concernentes a Jesus e sua mãe, não faltaram referências a São José e à sua missão sempre ligada ao mistério da Encarnação.

3.1 CONTRIBUTO DOS PADRES DA IGREJA

A Redemptoris custos começa com a seguinte afirmação: [

“Inspirando-se no Evangelho, os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, puseram em relevo que São José, assim como cuidou com amor de Maria e se dedicou com empenho jubiloso à educação de Jesus, assim também guarda e protege o seu Corpo místico, a Igreja, da qual a Virgem Santíssima é figura e modelo” (n. 1).

Via de regra, os Padres colhiam diretamente dos escritos apostólicos as notícias sobre Jesus, Maria e José, mas houve quem se deixou influenciar pelos apócrifos, encontrando ali um fácil apoio na defesa da virgindade perpétua de Maria. A nós interessam aqueles que proclamaram abertamente e sem cedimentos a excelsa dignidade de São José, exigindo graças singulares para aquele que fora escolhido por Deus para ser esposo de Maria e pai para Jesus. Desde as origens, estava presente entre os Padres a figura de José educador de Jesus.

Santo Irineu (+ 203): «Convicto e sem dúvidas, José tomou consigo Maria e em tudo dedicou-se com jubiloso empenho à educação de Cristo» (*Adversus haereses*, IV, 23, 1: PG 7, 1048).

Origene (+ 255?) S. José foi escolhido por Deus para ser «o ordenador do nascimento do Senhor» (*Hom. XIII in Lucam*, 7: PL 13, 1832).

Santo Efrém (+373) define S. José «ministro desta economia divina (da encarnazione)» (*Comentário ao Diatessaron*, I, 26).

Santo Ambrósio (+ 397) considera a união singular de Maria e José como verdadeiro matrimônio com base no direito romano, para o qual «não a perda da virgindade constitui o matrimônio, mas o pacto conjugal» (*De institutione virginis*, 6, 41: PL 16, 316).

São João Crisóstomo (+ 407) afirma que S. José, desde que acolheu sua esposa Maria «tornou-se ministro de toda a economia (do mistério)» (*In Matthaëum*, 5,3: PG 57, 57-58).

São Jerônimo (+ 419-420) é o primeiro a elevar a voz contra os «deliramenta apocryphorum³» (*In evang. Matt.*, II, 12, 49-50: PL 26, 88); ele sustém que «permaneceu virgem aquele que mereceu ser chamado pai do Signore» (*Adversus Helvidium*, 19: PL 23,213).

Santo Agostinho (+ 430) distingue-se pela força e clareza com que defende e ilustra a virgindade de S. José, o seu verdadeiro matrimônio com Maria e a singular paternidade em relação a Jesus. Eis algumas expressões significativas: «José é esposo (*maritus*) de Maria, sua conjuge não pelo amplexo carnal, mas pelo afeto (*non concubitu, sed affectu*); não pela união dos corpos, mas – o que é mais importante (*quod est charius*) – pela comunhão dos ânimos

³ “delírios dos apócrifos”.

(*copulatione animorum*)» (*Contra Faustum*, 23, 8: PL 42, 470; cf. *Contra Iulianum*, 5, 12: PL 44, 810; *Sermo* 51, 16.20: PL 38, 348.351; cf. *De consensu Evang.*, 2,1: PL 34,1071s.; *De nuptiis et concupiscentia*, I,11s: PL 44, 421.).

São Pedro Crisólogo (+ 450) considera o casal Maria-José como prefigurado pelos casais elogiados no Antigo Testamento e como figura, em modo eminente, do casal místico Cristo-Igreja (*Sermo* 146: PL 52, 592); São José, esposo de Maria, é também figura do Bispo, esposo de uma igreja virgem e fecunda (*Sermo* 175: PL 52, 657-8).

3.2 CONTRIBUTO DOS ESCRITORES ECLESIASTICOS POSTERIORES

A **Walafrido Strabone** (+ 849) é atribuída esta singular expressão que associa estreitamente José com Maria e Jesus: «Os pastores encontraram Maria, José e o Menino: por meio desses três o mundo foi salvo» (*In Lucam* 2,16: PL 114, 896).

Remigio d'Auxerre (ca. 900) faz de José um íntimo cooperador na obra da nossa redenção, exaltando sua obediência (*Homilia* 4: PL 131, 889) : «Per inobedientiam Adae omnes perditum sumus; per bonum obedientiae Ioseph omnes ad pristinum statum revocamur⁴».

A **São Bernardo** (+ 1153) devemos a comparação entre José do Egito e José de Nazaré, usado no «Breviarium Romanum» como leitura do segundo noturno para a festa de 19 de março (*Homilia II super «Missus est»*: PL 183, 69s.). «Não há dúvidas que este José, esposo da Mãe do Salvador, tenha sido um homem bom e fiel. Servo fiel, digo, e prudente, que o Senhor constituiu amparo de sua mãe, nutrício de sua carne, único fidelíssimo cooperador sobre a terra no seu grande desígnio» (*ibidem*). Ele é também o autor da antífona recomendada pela Igreja aos sacerdotes na preparação à Missa. No contexto bernardiano queremos incluir ainda **Dante Alighieri** que, segundo a descoberta de J.P.Th. Deroy (1965), compôs a célebre oração de São Bernardo a Nossa Senhora (*Paradiso*, XXXIII, 19-39) formando o acróstico IOSEP AV (Ioseph, ave).

3.3 CONTRIBUTO DOS GRANDES TEÓLOGOS ESCOLÁSTICOS

Santo Tomás de Aquino (+1274) três afirmações suas formam os alicerces da teologia de São José:

I) *matrimônio verdadeiro e perfeito*, entre José e Maria, quanto à essência e à primeira perfeição, não porém quanto ao uso (*Summa Theologica*, III, q. 29, a.2; *IV Sent.*, dist. 30, q. 2, a.2);

II) *virgindade perfeita conservata* por José durante toda a sua vida (*Ad Gal.*, c. 1, lect. 5; *Super Mt.* 12, 46 s.; *Super Io.*, e. 2, lect. 3; cf. *Summa Theologica*, III, q. 28, a.3 ad 5);

III) *voto de virgindade* seja em Maria seja em José, condicionado antes do matrimônio, absoluto depois (*IV Sent.*, dist. 30, q. 2, a. 1; *Summa Theologica*, III, q. 28, a. 4 in c. et ad 1 et 3).

São Boaventura fala de José no *Comentário a São Lucas*, naquele sobre as *Sentenças* e também em diversos sermões, nos quais o exalta como perfeito exemplar de devoção a Jesus e a Maria.

De **São Bernardino de Sena** é o *Sermo de Sancto Joseph Sponso B. Virginis*, no qual admite a sua ressurreição e assunção corporal. Dos seus sermões a Igreja toma as leituras para o ofício do Patrocínio de São José; a atual *Liturgia das Horas* o usa na festa de 19 de março.

O celestino **Pierre Pocquet**, também chamado Bourguignon (+ 1408) escreveu em versos *Dictamen de laudibus beati Ioseph*; ele é o primeiro a incluir São José na ressurreição de Jesus (cf. Mt 27,52s.), ajuntando que ele teria também foi elevado ao céu com Jesus.

⁴ Pela desobediência de Adão todos nos perdemos, pelo bem da obediência de José todos somos chamados novamente ao estado inicial.

Um chanceler da Universidade de Paris, **Jean Charlier** (+ 1429), chamado Gerson, do lugar de nascimento (perto de Rethel), distingue-se entre todos no zelo pela honra de São José. Compôs *Considerações sobre São José, Josephina* (poema latino sobre as virtudes e a dignidade do Santo) e um especial *Sermo de nativitate gloriosae Virginis Mariae et de commendatione virginei sponsi eius Joseph*⁵, que proferiu aos Padres do Concílio de Constança (8 de setembro de 1416). Nesse discurso o autor exorta o Concílio a invocar oficialmente a intercessão de São José e a instituir uma festa em sua honra para obter a unidade da Igreja. Gerson sustenta a santificação de São José no ventre materno, a sua imunidade da concupiscência, a sua ressurreição com Jesus e a sua assunção ao céu. Ele aplica à Santa Família o título de «Trindade terrestre», precedido porém pelo agostiniano Frei Félix Tancredi da Massa no poema *A infância de Jesus* (1380-1385), onde, depois de ter afirmado que José «tinha sobre Jesus sumo governo», exclama: «Ó trindade, criada em grande virtude» (estrofe 265). O primeiro confronto entre a Trindade celeste e a terrestre encontra-se, em 1535, junto ao franciscano espanhol Francisco d'Osuna, retomado depois pelo jesuíta João Osório em 1593.

O cardeal Pierre d'Ailly (Petrus de Alliaco, + 1420), mestre de Gerson, é autor do *Tractatus de duodecim honoribus Sancti Joseph*⁶. Extratos dessa obra foram usados nos ofícios de várias festas locais de São José.

Entre os sumos pontífices recordamos **Sisto IV** (1471-1484). É do seu pontificado o mais antigo documento sobre São José de que temos notícia. Diz respeito à festa de São José no Breviário e no Missal Romano.

3.4 CONTRIBUTO DE TEÓLOGOS E DEVOTOS ILUSTRES DO SÉCULO XVI

Jean Heidenberg (Johannes Trithemius, + 1516), beneditino, abade de Sponheim, escreveu o tratado *De laudibus sanctissimi castissimique Joseph* e um *Officium Missae de sanctissimo Christi nutricio Joseph*⁷.

Em 1522 aparece a *Summa de donis Sancti Joseph* do dominicano milanês **Isidoro Isolani** (+ 1528), o primeiro a recolher com ordem e método quanto de melhor tinha sido escrito sobre São José.

Aos escritos desses autores devemos unir o pensamento do dominicano **Santo Antonino de Florença** (+ 1459) e de **Felipe de Meron** (+ 1492), a pregação de **São Vicente Ferreri** (+ 1419) e dos **três Bernardinos**: de Feltre (+ 1494), de Busto (+1513) e de Laredo (+ 1540), autor de *Josefina* (1538), de **Pelbárt de Temesvár** (+ 1504), com um eco que do século XV virá sempre mais engigantando até aos nossos dias no assenso dos exegetas, pregadores, teólogos, Santos e da Igreja inteira.

Um mérito particular vai atribuído à obra de **Santa Teresa d'Ávila** (+ 1582), que «honrou com uma incrível devoção a exímia dignidade de São José, pregou o seu patrocínio, promoveu o seu culto» (Leone XIII) na Espanha, intitulado ao “glorioso padre” São José o seu primeiro mosteiro de Ávila (1562) e depois outros dez, verdadeiros centros de irradiação da devoção josefina: Medina del Campo (1567), Magalón (1568), Toledo (1569), Salamanca (1570), Segovia (1574), Beas de Segura (1575), Siviglia (1575), Caravaca (1576), Palencia (1580), Burgos (1582). No reconhecimento da grandeza de São José confluem nomes de toda nação e instituição, entre os quais citamos **G. Eck** (+ 1543); **G. Maldonato** (+ 1583); **A. Salmeron** (+ 1585); **São Pietro Canisio** (+ 1597).

⁵ Sermão sobre a natividade da gloriosa Virgem Maria e a recomendação a José, seu esposo virginal.

⁶ Tratado sobre as doze excelências de São José.

⁷ Louvores de José santíssimo e castíssimo, e Ofício da Missa em louvor de José, santíssimo nutricio de Cristo.

3.5 CONTRIBUTO DE TEÓLOGOS E DEVOTOS ILUSTRES DO SÉCULO XVII

Pedro de Morales (+ 1614); **Jerónimo Gracián de la Madre de Dios** (+ 1614); **F. Suárez** (+ 1617), que revolucionou o pensamento sobre o Santo descrevendo José como membro da «ordem da união hipostática»; **Juan de Cartagena** (+ 1618); **São Lourenço de Bríndisi** (+1619); **São Francisco de Sales** (+ 1622), que escolheu São José como patrono das Filhas da Visitação e influenciou na devoção ao Santo com il seu *Traité de l'amour de Dieu* e com a XIX das suas *Conferências espirituais*; **Pierre Cotton** (+1626); **Cornélio a Lapide** (+ 1637), que reivindicou ao Santo il culto di «suma dulia»; **Justino Mickowiense** (+ 1642); **Melchor Prieto** (+ 1648); **J.-J. Olier** (+ 1657), que pôs a fundação de seus seminários sob a proteção de São José e com a escola berulliana pôs o acento sobre a união das pessoas da família de Nazaré com as pessoas da SSma. Trindade; **São Vicente de Paulo** (+ 1660), que quis São José patrono da Congregação da Missão; **Paul de Barry** (+ 1661); **F. Bourgoing** (+ 1662); a **Ven. Clara Maria da Paixão** (+ 1675), carmelita, que se esforçou junto a Clemente X para que a festa de 19 de março fosse elevada ao rito duplo de segunda classe; **Juan de Sylveira** (+1687); **George Iwanek** (+ 1693); **Bernard Rosa** (+ 1696).

Entre os sumos pontífices recordamos:

Gregório XV a 8 de maio de 1621 insere a festa de São José entre as festas nas quais a Igreja prescreve que se abstenha do trabalho e que se assista aos ofícios divinos.

Urbano VIII (13 de setembro de 1642) na Constituição para a Observância das Festas, enquanto suprime muitas outras, confirma como de preceito a festa de São José.

Inocêncio X (20 de julho de 1651) Disposição para Roma. Proibição da celebração do Trânsito depois do dia 20 de julho.

Clemente X (21 de novembro de 1671) aprova o novo Ofício de São José a ser recitado duplo de 2ª classe a 19 de março.

Inocêncio XI (19 de abril de 1679) Carta apostólica *São José patrono e protetor de todos os reinos e domínios do rei católico*.

3.6 CONTRIBUTO DE TEÓLOGOS E DEVOTOS ILUSTRES DO SÉCULO XVIII

J.B. Bossuet (+ 1704) com os seus famosos panegíricos; **B. Boaventura de Potenza** (+ 1711); **G.A. Patrignani** (+ 1733) com a sua difusíssima biografia de São José; **P. Peralta** (+ 1736); **J.H. Serry** (+ 1738); o **Card. V.L. Gotti** (+ 1742); **C.G. Beschi** (+ 1746), autor de *Thempavany* (= Guirlanda eterna), obra literária tamil; **São Leonardo de Porto Maurizio** (+ 1751); o **Card. P. Lambertini**, futuro Bento XIV (+ 1758); o **beato Junípero Serra** (+1784); **G.C. Trombelli** (+ 1784); **Santo Afonso Maria de Ligório** (+ 1787).

Entre os sumos pontífices recordamos:

Clemente XI (4 de fevereiro de 1714) aprova o novo ofício de São José.

Bento XIII (19 de dezembro de 1726) Decreto do nome de São José nas Ladainhas dos Santos e dos moribundos.

Pio V (13 de setembro de 1785) Decreto sobre o ofício e a Missa de São José, uma vez por mês.

3.7 CONTRIBUTO DE TEÓLOGOS, PAPAS E DEVOTOS ILUSTRES DO SÉCULO XIX

São Gaspar Bertoni (+ 1853), que venerou de modo particular o Matrimônio de Maria e José; **F.W. Faber** (+ 1863); **São P.-J. Eymard** (+ 1868); **A.V. Lataste** (+ 1869), que ofereceu a sua vida para obter que São José fosse declarado patrono da Igreja universal e o seu nome fosse inserido no cânon da Missa; **Santo Henrique de Osso** (+ 1896).

Uma menção merecem os numerosos fundadores de institutos religiosos que neste século escolheram São José como patrono principal ou secundário de sua obra.

E entre os Sumos Pontífices:

Pio VII (12 de dezembro de 1806) Decreto sobre a transferência da Festa.

Leone XII (18 de abril de 1828) Decreto sobre a Missa e o ofício de São José dia 19 de cada mês.

Pio IX

- com o decreto da S. Congregação dos Ritos *Inclytus Patriarcha Joseph* (10 de setembro de 1847), estende à Igreja universal a festa do Patrocínio de São José, expondo pela primeira vez, se bem em síntese, os princípios da teologia de São José;

- Carta apostólica *Iam alias*, 5 de julho de 1861: indulgência plenária para os devotos do culto perpétuo de São José.

- na alocução *Maxima quidem* (9 de junho de 1862) invoca São José antes dos SS. Pedro e Paulo, coisa nunca acontecida no passado: “petamus quoque suffragia tum sancti eiusdem Virginis Sponsi Iosephi, tum sanctorum Apostolorum Petri et Pauli...”;

- com o decreto da S. Congregação dos Ritos *Quemadmodum Deus* (8 de dezembro de 1870) proclama São José Patrono da Igreja universal; José do Egito é indicado como tipo de José de Nazaré; São José é segundo só em relação a Maria no poder de intercessão;

- com o decreto *Inclytum Patriarcham* (7 de julho de 1871) vem reconhecido a São José o a um culto superiore ao dos outros Santi; considera-se que a São José foram concedidas por Deus graças especiais para o seu estado.

Entre as obras que testemunham a devoção de Pio IX a São José assinalamos:

- o grandioso afresco de F. Podesti, na Sala da Imaculada no Vaticano, o qual, enquanto recorda a definição e a proclamação do dogma da Imaculada Conceção de Maria, representa também São José significativamente inserido, por vontade do Pontífice, entre São Pedro e Jesus;

- o grupo monumetal que na Praça da Espanha sustenta a coluna da Imaculada, feita erigir dois anos depois da proclamação do dogma, onde um baixo relevo representa o “Sonho de São José”;

- a preciosa tapeçaria, feita desenhar por F. Grandi em 1871 e executada por P. Gentili, onde o patrocínio de São José é simbolizado por dois anjos que apresentam ao Santo o decreto pontifício e a Igreja;

- uma medalha, feita cunhar em 1876, na qual é representado São José entre a Igreja e a Santa Família, com a inscrição: «Iosephus Mariae V. Sponsus Ecclesiae Cath. Patronus datus 1871».

Leone XIII:

- na primeira *alocução* ao colégio dos Cardeais (28 de março de 1878) põe o seu pontificado sob «a potentíssima proteção de São José, celeste Patrono da Igreja»; repete-o na primeira encíclica (21 de abril de 1878);

- na enc. *Aeterni Patris* (4 de agosto de 1879) termina pedindo que invoquem «purissimum Virginis sponsum B. Iosephum»;
- na enc. *Sancta Dei civitas* (3 de dezembro de 1880), recomenda depois de Maria «purissimum eius Sponsum, quem plures missiones iam sibi praestitem custodemque adsciverant et nuper Apostolica Sedes universae Ecclesiae Patronum dedit»;
- na carta ap. *Militans Iesu Christi Ecclesia* (12 de março de 1881) confia a São José o Jubileu extraordinário a começar no dia da sua festa;
- na enc. *Diuturnum* (29 de giugno de 1881) ricorda «S. Iosephum castissimum sponsum eius, cuius patrocinio plurimum universa Ecclesia confidit»;
- na enc. *Etsi nos* (15 de febbraio de 1882) invoca Maria «una cum sanctissimo Sponso eius Iosepho, custode et patrono gentium christianarum»;
- na enc. *Humanum genus* (20 de aprile de 1884) ricorda: «item Iosephum Virginis sanctissimae Sponsum, Ecclesiae catholicae patronum caelestem salutarem»;
- na enc. *Quamquam pluries* (15 de agosto de 1889) expõe toda a doutrina sobre São José, dos fundamentos da sua dignidade até à razão singular pela qual mereceu ser proclamato patrono de toda a Igreja, modelo e advogado de todas as famílias cristãs;
- na carta ap. *Quod paucis abhinc* (28 de gennaio de 1890) concede à Espanha e aos seus domínios celebrar a festa de São José como dia de preceito, já que «hunc sane honorem beatissimo Viro deberi nemo est qui non videat»;
- carta apostólica *Etsi apud*, 3 de junho de 1890 para o restabelecimento da festa de São José em Portugal e nas suas colônias.
- na carta ap. *Quod erat* (3 de março de 1891) afirma que, para conservar o patrimônio da fé e para viver cristãmente, «nada é mais eficaz do que merecer o patrocínio de São José e assim obter para os devotos do seu castíssimo esposo o favor de Maria, Mãe de Deus»;
- na carta ap. *Neminem fugit* (14 de giugno de 1892), com a qual institui canonicamente a Pia Associação Universal das Famílias consagradas à Sagrada Família de Nazaré, afirma a participação íntima de José na suprema dignidade da santa Família.
- Decreto *Ex quo*, 15 de agosto de 1892, da Sagrada Congregação dos Ritos sobre a transferência da festa de São José.
- carta apostólica *Cum sicut*, 24 de setembro de 1895, sobre a festa jubilar patronal de São José, esposo da beatíssima Virgem Maria.

3.8 CONTRIBUTO DETEÓLOGOS, PAPAS E DEVOTOS ILUSTRES DO SÉCULO XX ATÉ O CONCÍLIO VATICANO II

Card. H. Vaughan (+ 1903), o maior apóstolo de São José para a Inglaterra do mesmo modo que o foi **Maurits Raepsaet** (+ 1905) para a Bélgica; **J. Knabenbauer** (+1911); **M. Meschler** (+ 1912); **Card. Vives y Tutó** (+ 1913) escreveu a *Summula Iosephina*; **C. Macabiau** (+1915); **N.G. Camilli** (+ 1915); **M.Mineo-Janny** (+ 1927); **Card. A.M. Lépicier** (+ 1936); **Santo André Bessette, C.S.C.** (+ 1937), fundador do Oratório de São José (Montréal); **M.-J. Lagrange** (+ 1938); **R.Garrigou-Lagrange** (+ 1964)...

E entre os Sumos Pontífices:

Pio X:

- na enc. *E supremi apostolatus* (4 de ottobre de 1903) conclui «Inoltre esortiamo a considerare come intercessori anche il castissimo Sposo della Madre di Dio, patrono della Chiesa cattolica, e ...».

- Decreto *Sanctissimus Dominus*, 18 de março de 1909) da S.C. dos Ritos – Aprovação das ladainhas de São José.
- Decreto *Evulgato motu proprio*, 24 de julho de 1911) da S.C. dos Ritos – Rito das duas festas em honra de São José.

Bento XV:

- Decreto *Praefatio in festis Sancti Ioseph*, 9 de abril de 1919, da S.C. dos Ritos – Prefácio nas festas de São José, esposo da Beatíssima Virgem Maria.
- no Motu Proprio *Bonum sane* (25 de julho de 1920), escrito na ocasião do 50º aniversário da proclamação de São José Patrono da Igreja universal, recorda a necessidade e a eficácia da devoção a São José como remédio para os problemas do pós-guerra e propõe as suas virtudes de modo especial aos pobres e aos trabalhadores;
- recomenda, ademais, as associações instituídas para suplicar a São José em favor dos moribundos, já que «ele é considerado merecidamente o seu mais eficaz protetor, havendo expirado com a assistência de Jesus e Maria»;
- na enc. *Spiritus Paraclitus*, 15 de setembro de 1920, tratando da linguagem usada na S. Escritura observa que, «quando um escritor chama São José pai de Jesus, indica claramente em todo o curso da sua narração como entende esse nome de *pai*».
- Decreto *Volvente anno iubilari*, 23 de fevereiro de 1921): sobre o acréscimo da invocação a São José no “Bendito seja Deus”.

Pio XI:

- Discurso na ocasião da exaltação do Ven. André Fournet e das Ven. Lúcia Filippini e Antida Thouret, 21 de abril de 1926.
- na *alocução* de 21 de abril de 1926 ensina como o título de Patrono da Igreja já pertence a São José desde o tempo em que era chefe da Santa Família;
- na *alocução* de 19 de março de 1928, para a heroicidade das virtudes da Ven. Bichier Des Ages, sustém a superioridade de São José sobre São João Batista e São Pedro;
- na *alocução* de 23 de maggio de 1929 propõe Maria e José como o primeiro divino exemplo de educação cristã;
- *Decreto* sobre as virtudes heroicas da Ven. Emília de Vialar, fundadora das Irmãs de São José da Aparição, a 19 de março de 1935.
- na *alocução* de 19 de março de 1935 mostra a conexão de São José com a união hipostática, donde deriva o seu poder de intercessor;
- na enc. *Ad sacerdotii catholici* (20 de dezembro de 1935) afirma «Divinus Magister... inde a teneris unguiculis in Nazarethana domo cum Maria et Iosepho, virginibus utrisque, educari voluit»;
- *Decreto* sobre a heroicidade das virtudes da Ven. Maria José Rosello, a 19 de março de 1936.
- na enc. *Divini Redemptoris* (19 de março de 1937) propõe São José como modelo e patrono dos operários diante do comunismo;
- na *alocução* de 19 de março de 1938 reconhece à intercessão de São José o título de «onipotente».

Pio XII:

- na *alocução Si nobis suave* (1º de maio de 1939) recorda São José: “auspice et praelucente Sancto Ioseph, Beatae Virginis Sponso et Ecclesiae Patrono, cuius sollemnitatem hanc per hebdomadam celebramus...”;
- na *alocução* de 10 de maio de 1939 diz que Maria “experimentou todas as inefáveis alegrias da convivência doméstica, alegrada pelo amor mais puro de um esposo castíssimo e pelo sorriso e a ternura de um Filho que era ao mesmo tempo Filho de Deus”;

- na *alocução* de 10 de abril de 1940 descreve São José na sua função de chefe de família;
- na enc. *Mediator Dei* (20 de novembro de 1947), entre as iniciativas e as práticas de piedade, não estritamente conexas com a sagrada Liturgia, que contribuíram à evolução e às mudanças dos ritos, indica o culto mais amplo e mais fervoroso à Virgem Mãe de Deus e «ao seu puríssimo Esposo»;
- na Constituição *Exul Familia* (1º de agosto de 1952) considera no decreto da encarnação o Filho “una cum Virgine Immaculata Matre pioque Custode”.
- na enc. *Sacra Virginitas* (25 de março de 1954), a propósito do celibato sacerdotal cita São Pier Damiani, segundo o qual «nosso Redentor amou tanto a integridade do pudor, que não só nasceu de um útero virginal, mas quis ser tratado por um nutrício virgem»;
- no *discurso* de 1º de maio de 1955, na ocasião do Xº aniversário das ACLI, repropõe São José como patrono e modelo dos operários (11 de março de 1945) e institui a festa litúrgica de São José operário;
- na *Haurietis aquas* (15 de maio de 1956) descreve as relações familiares de Jesus com José:

«Palpitava igualmente de amor o Coração do Salvador, sempre em perfeita harmonia com os afetos da sua vontade humana e com o seu amor divino, quando ele tecia celestiais colóquios com a sua dulcíssima mãe, na casinha de Nazaré, e com seu pai putativo José, a quem obedecia prestando-se como fiel colaborador no faticoso mister de carpinteiro»;

- Carta apostólica *Debitum in Iesum*, 19 de março de 1957, São José patrono do Peru.
- numa *oração* pelas vocações sacerdotais (30 de outubro de 1957) invoca São José como «exemplo perfeito de correspondência aos chamados divinos»;
- na *radiomensagem* de 19 de fevereiro de 1958 aos alunos das escolas católicas americanas inculca a devoção a São José, do qual descreve o ofício, a santidade e a personalidade.
- Oração dos artesãos ao seu patrono São José, 11 de março de 1958.

3.9 OCUPARAM-SE DE SÃO JOSÉ, DO CONCÍLIO VATICANO II ATÉ OS NOSSOS DIAS

Tarcisio Stramare,osi – autor de muitas publicações sobre São José principalmente no campo da teologia bíblica, entre tantas citamos: *San Giuseppe dai Padri della Chiesa agli Scrittori Ecclesiastici fino a s. Bernardo* (2009); *Vangelo dei Misteri della Vita Nascosta di Gesù* (1998); *San Giuseppe nel mistero di Dio* (1992) e *San Giuseppe nella Sacra Scrittura, nella Teologia e nel Culto* (1983). **Marcionei Miguel da Silva** – *José no mistério da Encarnação* (2008). **Leonardo Boff** – *São José – a Personificação do Pai* (2005). **Roland Gauthier,csc** – compilador de uma *Bibliographie sur Saint Joseph et la Sainte Famille* (1999). **Francisco Canals Vidal** – *San José Patriarca del Pueblo de Dios* (1994). **José Antonio Carrasco** – *San Giuseppe nel mistero di Cristo e della Chiesa* (1984).

E entre os sumos pontífices:

Giovanni XXIII

- Discurso *In questa luminosa*, 1º de maio de 1959) – invocação a São José patrono dos trabalhadores.
- Discurso *Per la seconda volta*, 1º de maio de 1960, às A.C.L.I. – dignidade do trabalho e oração a São José.

- Homilia *Al rito solenne*, 26 de maio de 1960, a ressurreção de São José.
- na carta ap. *Le voci* de 19 de março de 1961 resume os atos dos precedentes Pontífices em honra de São José e nomeia-o protetor do Concílio ecumênico Vaticano II;
- Discurso *Alla luce del patrono della Chiesa universale*, 19 de março de 1961, em ocasião do onomástico e do aniversário da *consagração* episcopal.
- Alocução *Ogni settimana*, 1º de maio de 1961) – A Santa Família e o trabalho; o altar de São José na basílica vaticana; devoção a São José.
- Bula di indicação do Concílio Vaticano II, 25 de dezembro de 1961) – confiança na ajuda de Maria e também de São José, que havia declarado Patrono do futuro Concílio.
- na exortação ap. *Sacrae laudis* (6 de janeiro de 1962), considerando como no período natalício muito amiúde se apresenta à mente «São José junto à sua augustíssima Esposa», observa: «Quem, de fato, mais convenientemente do que o sacerdote pode identificar-se com São José, ‘*cui datum est Deum... non solum videre et audire, sed portare, deosculari, vestire et custodire*’?» (*Missale Romanum, Praeparatio ad Missam*);
- no solene *discurso* de abertura do Concílio Vaticano II (11 de outubro de 1962), logo após ter invocado a intercessão de Maria, prossegue: “junto com vosso Esposo São José”;
- com o decreto da Sagrada Congregação dos Ritos De S. Ioseph nomine Canoni Missae inserendo (13 de novembro de 1962) ordena que «infra Actionem post verba: “*Communicantes... Domini nostri Iesu Christi*”, haec addantur: “*sed et beati Ioseph eiusdem Virginis sponsi*”».
- Discurso de encerramento do 1º período do Concílio Vaticano II, 8 de dezembro de 1962 – São José é *viatore* junto com a Igreja, como foi com a Santa Família.
- Discurso de resposta aos augúrios a ele dirigidos pelo Sacro Colégio, 17 de março de 1963) – São José modelo de serenidade.
- em 20 de março de 1963, aos participantes da audiência geral – Presença de São José e devoção a ele.
- Alocução *Lo spettacolo che...* 1º de maio de 1963) – o patrono do Concílio Vaticano II.

Paolo VI:

- Alocuzione ao solene início da segunda sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, 29 de setembro de 1963.
- homilia na basílica de Nazaré, 5 de janeiro de 1964 – Em Nazaré, a primeira escola do Evangelho.
- homilia aos trabalhadores da FIAT, 19 de março de 1964.
- alocução antes da Missa, 1º de maio de 1964 – Fazendo-se humilde trabalhador, Deus quis ser amigo e irmão de todos os trabalhadores.
- alocução, 1º de maio de 1964) – Entre os vários grupos presentes.
- na const. *Lumen Gentium* (21 de novembro de 1964) acolhe o inserimento de São José no Cânone: «Quando celebramos o sacrifício eucarístico nos unimos em sumo grau ao culto da Igreja celeste comungando com ela e venerando a memória sobretudo da gloriosa sempre virgem Maria, mas também de São José e dos santos Apóstolos e de todos os Santos» (n. 50);
- alocução, 19 de março de 1965 – São José, exemplo ideal para aproximar-nos do Senhor.
- relação entre São José e o mundo do trabalho, 1º de maio de 1965.
- na *homilia* de 19 de marzo de 1966, em coincidência com o conferimento da plenitude do sacerdócio a quatro novos bispos, exalta a grandeza de São José pela sua total dedicação ao serviço de Cristo com amor e por amore;
- alocução ao Angelus, 19 de março de 1966 – o multiforme patrocínio de São José.
- homilia, 1º de maio de 1966 – Eis-nos, agora, a saudar...

- a 22 de maio de 1966, para comemorar o 75º aniversário da *Rerum Novarum*, envia aos diretores do Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos uma medalha representando Jesus e José no trabalho, com a escrita: «Cum esset Filius Dei putari fabri filius voluit»;
- na exortação apostólica *Signum magnum* (13 de maio de 1967), tratando da virgindade perpétua de Maria (“Quae et in partu et post partum virgo permansit”), apresenta a vida santa de Maria como “vita castissimae sancti Joseph Sponsae”. Trata-se do primeiro documento mariano pós-conciliar no qual se faz explícito referimento ao esposo de Maria;
- na *homilia* de 19 de março de 1968, São José é indicado como introdutor ao Evangelho das bem-aventuranças e como exemplo de docilidade e prontidão de obediência no aceitar e fazer a vontade de Deus;
- na *homilia* de 19 de março de 1969, a existência de São José vem ulteriormente apresentata como um holocausto às exigências da vinda do Messias e como tipo do Evangelho anunciado por Jesus como programa para a redenção da humanidade;
- alocução depois do Angelus, 19 de março de 1970 – Cristo nella famiglia e nel mondo del lavoro.
- no *Angelus* de 19 de março de 1971 põe em evidência a missão providencial de São José na história da salvação;
- alocução, 1º de maio de 1971 – Concórdia e justiça para todos os trabalhadores.
- alocução depois do Angelus, 19 de março de 1973 – São José protetor de todos.
- na exortação ap. *Marialis cultus* (2 de fevereiro de 1974) escreve que a Igreja «na festa da santa Família de Jesus, Maria e José observa com profunda reverência a santa vida que conduziram na casa de Nazaré Jesus, Filho di Dio e filho do homem, Maria, sua mãe, e José, homem justo» (n. 5);
- na *homilia* de 19 de março de 1975 desenvolve o significado da presença de São José na família de Nazaré e na família cristã.
- alocução depois do Angelus, 19 de março de 1975 – A figura evangélica do pai putativo de Jesus.
- aos fieis na Praça São Pedro, 19 de março de 1976 – São José protetor das famílias e do trabalho.
- carta do Secretário de Estado ao Card. de Toledo pelo IIº Simpósio Internacional sobre São José, 13 de dezembro de 1976.
- alocução *Continuando un’antica...*, 2 de fevereiro de 1978, aos representantes das comunidades religiosas e aos cônegos das basílicas Patriarcais de Roma, na festa da Candelária.
- Decreto *Astensis seu Acquensis*, 2 de junho de 1978, da Congregação para as Causas dos Santos, sobre as virtudes heróicas do servo de Deus José Marelllo, fundador dos Oblatos de São José e Bispo de Acqui.

João Paulo II:

- na enc. *Redemptor hominis* (4 de março de 1979) insere São José no coração da Redenção: «A cruz do Calvário, por meio da qual Jesus Cristo feito homem — filho de Maria Virgem, filho putativo de José de Nazaré – deixa este mundo, è ao mesmo tempo uma nova manifestação da eterna paternidade de Deus» (n. 9);
- Audiência na Basílica Vaticana, 18 de março de 1980. A família de Jesus.
- na *alocução* de 19 de marzo de 1980 põe em relevo que

«Deus confia a José o mistério, cujo cumprimento haviam esperado por tantas gerações a estirpe de Davi e toda a casa de Israel, e ao mesmo tempo confia a ele tudo aquilo de que depende o cumprimento de tal mistério na história do povo de Deus»; afirma, além disso, que «a Igreja foi sempre consciente, e hoje o é de modo particular, de quão fundamental tenha sido a vocação desse homem: do Esposo de Maria, daquele que,

diante dos homens, passava pelo Pai de Jesus e que foi, segundo o espírito, uma *encarnação perfeita* da paternidade na família humana e ao mesmo tempo sacra»; propõe São José como modelo a «todos os pastores e ministros da Igreja, para que sirvano o povo de Deus com dedicação ativa e generosa, como São José serviu dignamente o Senhor Jesus e a Virgem Mãe»

- homilia em Turim, 13 de abril de 1980, a redenção do trabalho.
- homilia, São José al Trionfale, Roma. São José mestre de humanidade.
- homilia em Terni, 19 de março de 1981, Dignidade espiritual da paternidade.
- na enc. *Laborem exercens* (14 de setembro de 1981) coloca José ao lado de Jesus: «Esse era também o ‘Evangelho do trabalho’, porque aquele que o proclamava era ele mesmo homem do trabalho artesão como José de Nazaré» (n. 26);
- na exortação ap. *Familiaris consortio* (22 de novembro de 1981), confia cada família a Jesus, a Maria e a José; às suas mãos e ao seu coração apresenta a mesma exortação, a fim de que seja eles a dá-la aos fiéis e a abrir os corações deles à luz do Evangelho; invoca, além disso, a proteção de São José sobre as famílias: «Que São José, “homem justo”, trabalhador incansável, guardião integérrimo dos penhores a ele confiados, os guarde, proteja, e ilumine sempre» (n. 86);
- homilia em Livorno, 19 de março de 1982 – Herdeiro da fé de Abraão.
- audiência, Roma, 24 de março de 1982 - A virgindade pelo reino dos céus.
- alocução ao Regina Coeli, Roma, 1º de maio de 1982 – São José orientado para Cristo.
- homilia em Termopolis, 19 de março de 1983 - O Filho de Deus chamou-o de pai.
- Jubileu dos trabalhadores, Roma, 18 de março de 1984.
- Oração junto à sepultura de Frère André, Montreal, 12 de setembro de 1984.
- homilia em Avezzano, 24 de março de 1985) – Feito pai do Filho de Deus.
- ao término da missa, em Avezzano, 24 de março de 1985 - Patrono das famílias e do trabalho.
- na Paróquia de São José em Via Nomentana, 15 de dezembro de 1985 - A profundidade da alma.
- na carta ap. *Parati semper* (31 de março de 1985) dirigida aos jovens, recordando a juventude de Jesus, nota que as palavras do Evangelho a propósito são breves, «mesmo se cobrem o período de trinta anos por ele transcorridos na casa de família, ao lado de Maria e de José, o carpinteiro» (n. 14);
- Discurso no Macrolotto, Prato, 19 de março de 1986 – O Evangelho do trabalho.
- homilia, em Prato, 19 de março de 1986, O matrimônio vivido como dom.
- alocução aos jovens, no Angelus, em Prato, 19 de março de 1986 – Confiança em São José.
- na enc. *Dominum et vivificantem* (18 de maio de 1986) apresenta São José seja no episódio do início da atividade messiânica de Jesus em Nazaré, «na qual tinha passado trinta anos na casa de José, o carpinteiro, ao lado de Maria, sua Virgem Mãe» (n. 18), seja no relato da anunciação a José (n. 49);
- homilia em Civitavecchia, 19 de março de 1987 – O mistério confiado a José.
- ao término da missa em Civitavecchia, 19 de março de 1987 - Esposo consciente do dom.
- discurs. aos trabalhadores da Enel de Torre di Vadaliga-Nord, Civitavecchia, 19 de março de 1987.
- na *Redemptoris Mater* (25 de março de 1987) São José é presente em todos os episódios da infância de Jesus, ou seja, o nascimento, a apresentação no templo, a fuga para o Egito («sob a premurosa proteção de José»), o reencontro no templo e a vida em Nazaré, onde Jesus «estava submisso a José, porque este fazia as vezes de pai diante dos homens»;
- homilia aos condutores romanos da ATAC, 19 de março de 1988 - A José foi confiado o grande mistério de Deus.
- homilia em Civita Castellana, 1º de maio de 1988 – Olhem para a vida de Nazaré.

- na enc. *Mulieris dignitatem* (15 de agosto de 1988), Maria, «esposa de José», estão co-envolvidos na «virgindade por causa do Reino» (n. 20);
- na exortação ap. *Christifideles laici* (30 de dezembro de 1988), datada na festa da Santa Família de Jesus, Maria e José, Jesus é designado como «o Filho do carpinteiro» (n. 14);
- audiência em Roma, 15 de março de 1989 - S. Giuseppe modello di virtù.
- homilia no Hospital “Bambino Gesù”, Roma, 19 de março de 1989 – Os inícios da redenção.
- na exortação ap. *Redemptoris custos* (15 de agosto de 1989), uma ampla reflexão «sobre a figura e a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja», publicata na ocasião do Centenário da enc. *Quamquam pluries* de Leão XIII, coloca claramente José no coração do mistério da Redenção, na mesma linha das grandes encíclicas *Redemptor hominis* e *Redemptoris Mater*. Os episódios evangélicos da infância de Jesus são considerados na sua verdadeira luz de «mistérios da vida de Cristo», dos quais José é ministro. «Mediante o exercício da sua paternità, José coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos, e é verdadeiramente ministro da salvação» (n. 8). O seu exemplar serviço ao Redentor é proposto a todo o povo cristão para que tenha «sempre diante dos olhos o seu modo lhumilde e amadurecido de servir e de “participar” na economia da salvação» (n. 1);
- homilia em Ivrea, 19 de março de 1990 – José acreditou como Abraão.
- Discurso às Oficinas Olivetti em Ivrea, 19 de março de 1990.
- homilia em Camerino, 18 de março de 1991 – O servo obediente.
- homilia em Fabriano, 19 de março de 1991 - Carátée cristológico da solenidade de São José.
- discurso em Fabriano, 19 de março de 1991 - Modelo de toda ocupação humana.
- na Paróquia Santa Família de Nazaré, Roma, 9 de fevereiro de 1992 – A trindade divina e a trindade terrestre.
- alocução ao Angelus, Roma, 15 de março de 1992 - Conversão interior.
- discurso em Sorrento, 19 de março de 1992 – José ao lado de Maria é a testemunha mais direta do mistério da encarnação.
- homilia em Castellammare di Stabia, 19 de março de 1992 – A genealogia da fé.
- discurso aos trabalhadores do estaleiro, Castellammare di Stabia, 19 de março de 1992.
- encontro com Sacerdotes e Religiosos em Sorrento, 19 de março de 1992 - Silêncio orante.
- no *discorso* aos participantes do Congresso Internacional de estudos para o XVI Centenário do Concílio de Cápuia (24 de maio de 1992) afirma: «Maria viveu, depois do nascimento de Jesus, em total e perpétua virgindade; e, junto com São José, também ele chamado a desenvolver *un papel primário* nos eventos iniciais da nossa salvação, dedicou-se ao serviço da pessoa e da obra do Filho» (n. 6);
- homilia no Sínodo Romano, 3 de outubro de 1992.
- homilia em Monterotondo, 19 de março de 1993 – A figura de São José pertence ao mistério da encarnazione.
- discurso aos agricultores, Paço episcopal de Torri, 19 de março de 1993.
- discurso aos jovens, Poggio Mirteto, 19 de março de 1993 – José e Jesus.
- discurso, Magliano Sabina, 19 de março de 1993 – José, modelo de homem reto e justo.
- audiência, Roma, janeiro de 1994 – São José recebe os reis magos.
- na *Carta às famílias* (2 de fevereiro de 1994) escreve que José revive com Maria, às portas da Nova Aliança, «a experiência do “belo amor” descrito no Cântico dos Cânticos»; «é graças também a José que o mistério da encarnação e, junto a ele, o mistério da Santa Família, está inscrito profundamente no amor sponsal do homem e da mulher e indiretamente nela genealogia de cada família humana» (n. 20). A medalha oficial anual do XVI ano de Pontificado retrata no verso a Santa Família de Nazaré com a escrita: ANNUS FAMILIAE (no alto) e: MCMXCIV (em baixo);

- na exortação ap. *Vita consecrata* (25 de março de 1996) afirma que «perto de Cristo, junto com José, na vida escondida de Nazaré... a Virgem é mestra de seguimento incondicionado e de assíduo serviço» (n. 28).
- homilia, Colle di Val d'Elsa, 30 de março de 1996 – O trabalho e as vias da salvação.
- audiência, Roma, 21 de agosto de 1996 - Paternidade real, não aparente.
- audiêncai, Roma, 5 de dezembro de 1996 – José educador.
- Angelus, Castel Gandolfo, 29 de dezembro de 1996 - Festa da Santa Família.
- audiência, Roma, 15 de janeiro de 1997) - Permanenza di Gesù nel tempio.
- discorso aos fieis da diocese de Kalisz, Roma, 6 de novembro de 1997.
- homilia numa ordenação episcopal, Roma, 19 de março de 1998 – Protetor do Verbo encarnado.
- Angelus, Roma, 21 de março de 1999 - Reflexo da divina paternidade.
- na Carta apostólica *Novo Millennio Ineunte* (6 de janeiro de 2001) recorda o “nascimento virginal de Jesus, de Maria, esposa de José” (n.18), Jesus “filho do carpinteiro (Mt 13,55)” (n.18), “a angustia com que Maria e José procuraram Jesus” (n.24).
- Angelus, Roma, 17 de março de 2002 - Sempre na escuta do Senhor.
- Bula pontifícia de doação do anel papal a São José, 16 de outubro de 2003.
- 19 marzo 2004, doa o seu anel papal para decorar o quadro de São José, venerado na igreja “sobre a Colina”, dos Carmelitas Descalços, em Wadowice.

Acrescentamos que no Prefácio ao novo *Código de Direito Canônico*, promulgado por João Paulo II, a 25 de janeiro de 1983, a reta observância das normas é confiada, depois de haver invocado a Beatíssima Virgem Maria, Mãe da Igreja, «ao seu Esposo São José, Patrono da Igreja».

O *Catecismo da Igreja Católica*, promulgado pelo mesmo João Paulo II, a 11 de outubro de 1992, dedica a justa atenção aos «Mistérios da infância e da vida escondida de Jesus», dos quais São José foi «ministro» (nn. 522-534) e convida «a confiar-nos a São José, patrono da boa morte» (n. 1014).

Bento XVI:

- conclui a *Carta* aos Bispos, aos Presbíteros, às pessoas consagradas e aos fieis da Igreja católica na República Popular Chinesa (27 de maio de 2007) invocando a intercessão de São José junto com a de Maria: “Maria Santissima, mãe da Igreja e Rainha da China... vos acompanhe com materna premura e interceda por todos vós junto com São José e os numerosos santos Mártires chineses”.
- em homenagem a Bento XVI, que leva o nome de José, Joseph Ratzinger, em 2010 foi construída e solenemente inaugurada nos jardins vaticanos uma fonte monumental, bem visível ao lado do Governadorado.

Papa Francisco:

- Na homilia da Missa de início do ministério petrino, il Sumo Pontífice “agradece ao Senhor poder celebrar esta Santa Missa... na solenidade de São José, esposo da Virgem Maria e patrono da Igreja universal: é uma coincidência muito rica de significado”.

Il significato indicato nella “guarda”, é una missione che coinvolge tutti.

“A missão que Deus confia a José é a de ser *custus*, guardião. Guardião de quem? De Maria e de Jesus; mas é uma guardiania que se estende, depois, à Igreja, como sublinhou o beato João Paulo II (*Redemptoris Custos*, n.1)”.

“Como realiza José esta guarda? Com discrição, com humildade, no silêncio, mas com uma presença constante e uma fidelidade total, mesmo quando não consegue entender. Desde o casamento com Maria até ao episódio de Jesus, aos doze anos, no templo de

Jerusalém, acompanha com solicitude e amor cada momento. Permanece ao lado de Maria, sua esposa, tanto nos momentos serenos como nos momentos difíceis da vida, na ida a Belém para o recenseamento e nas horas ansiosas e felizes do parto; no momento dramático da fuga para o Egípto e na busca preocupada do filho no templo; e depois na vida quotidiana da casa de Nazaré, na carpintaria onde ensinou o ofício a Jesus. ”.

“Como vive José a sua vocação de guardião de Maria, de Jesus, da Igreja? Numa constante atenção a Deus, aberto aos seus sinais, disponível mais ao projecto d’Ele que ao seu. E isto mesmo é o que Deus pede a David, como ouvimos na primeira Leitura: Deus não deseja uma casa construída pelo homem, mas quer a fidelidade à sua Palavra, ao seu desígnio; e é o próprio Deus que constrói a casa, mas de pedras vivas marcadas pelo seu Espírito. E José é «guardião», porque sabe ouvir a Deus, deixa-se guiar pela sua vontade e, por isso mesmo, se mostra ainda mais sensível com as pessoas que lhe estão confiadas, sabe ler com realismo os acontecimentos, está atento àquilo que o rodeia, e toma as decisões mais sensatas. Nele, queridos amigos, vemos como se responde à vocação de Deus: com disponibilidade e prontidão; mas vemos também qual é o centro da vocação cristã: Cristo. Guardemos Cristo na nossa vida, para guardar os outros, para guardar a criação! (...)

“cuidar, guardar requer bondade, requer ser praticado com ternura. Nos Evangelhos, São José aparece como um homem forte, corajoso, trabalhador, mas, no seu íntimo, sobressai uma grande ternura, que não é a virtude dos fracos, antes pelo contrário denota fortaleza de ânimo e capacidade de solicitude, de compaixão, de verdadeira abertura ao outro, de amor. Não devemos ter medo da bondade, da ternura! ”.

“Guardar Jesus com Maria, guardar a criação inteira, guardar toda a pessoa, especialmente a mais pobre, guardarmo-nos a nós mesmos: eis um serviço que o Bispo de Roma está chamado a cumprir, mas para o qual todos nós estamos chamados, fazendo resplandecer a estrela da esperança: Guardemos com amor aquilo que Deus nos deu!”.

- um decreto da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos (1º de maio de 2013) dispõe que, como já acontece no Cânon Romano “o nome de São José, esposo da Bem-aventurada Virgem Maria, seja, a partir de agora, acrescentado na Oração Eucarística II, III e IV da terceira edição típica do Missal Romano”.

- a 5 de julho de 2013, na ocasião da bênção da estátua de São Miguel colocada diante do Palácio do Governadorado do Estado da Cidade do Vaticano, Papa Francisco – presente também Bento XVI – consagra o Governadorado a São José além do Arcanjo. “A consagração do Governadorado a São José – afirma o Card. José Bertello, presidente do Governadorado – torna-se para todos nós um ulterior empenho para o cumprimento do nosso trabalho em sustento das múltiplas atividades da Sé Apostólica. O exemplo humilde e silencioso do esposo de Maria nos guie nas nossas cotidianas ocupações, abençoe as nossas famílias e nos encoraje a sermos sempre testemunhas do Senhor Ressuscitado”. No ato de consagração a São José, Papa Francisco põe sob a proteção do esposo de Maria os bispos e os sacerdotes, as pessoas consagradas e os fieis leigos, que trabalham e vivem no Vaticano.

4 DINAMISMO DOS CENTROS DE PESQUISA EM JOSEFOLOGIA

Nos anos 50 do século passado sentiu-se a utilidade e a necessidade de formar Centros de pesquisa e surgiram vários deles, alguns com publicações próprias:

A primeira **revista de pesquisas** sobre São José, *Estudios Josefinos*, apareceu em 1947 por iniciativa do Pe. J.A. Carrasco, dos Carmelitas Descalços de Valladolid. A 30 de agosto de 1951 estabeleceu-se oficialmente a *Sociedad Española Josefina*; re-apresentada em 25 de maio de 1953 com o título de *Sociedad Ibero-americana de Josefologia*, essa compreende Espanha, Portugal e nações americanas de língua espanhola e portuguesa. Em 1957 criou o *Centro español de investigaciones josefinas*.

Junto ao Oratório São José de Montréal foram fixadas a 30 de abril de 1952 as Constituições para um oficial *Centre de Recherche et de Documentation*, o qual desde 1953 publica a revista *Cahiers de Joséphologie*, transformada, em 1996, em *Cahiers de l'Oratoire Saint-Joseph*; a 5 de maio de 1962 foi fundada a *Société nord-américaine de Joséphologie*, dirigida pelo Pe. R. Gauthier.

Na **Itália** estão operantes três instituições:

- o *Centro Studi San Giuseppe*, surgido em julho de 1952 em Viterbo, sob a direção da Congregação de São José, fundada por São Leonardo Murialdo;
- o **Movimento Josefino**, promovido pelo Pe. A. Rainero (com revista homônima) a 3 de abril de 1963; a 11 de agosto de 1981 torna-se o organismo com o qual a Congregação dos Oblatos de São José, fundada por São José Marelllo, empenha-se em promover a fraterna colaboração de todos os devotos de São José; sua publicação oficial é a revista *Joseph*.

Aberto a todas as iniciativas “josefinas”, o Movimento Josefino, em 1989, em homenagem a João Paulo II instituiu o *Meeting Point Redemptoris Custos*, para aprofundar e tornar conhecida a teologia da exortação apostólica sobre *A figura e a missão de São José na vida de Cristo e da Igreja*.

- a **Pia Unione del Transito di San Giuseppe**, fundada por São Luís Guanella e instituída por Pio X a 13 de fevereiro de 1913. Publica o periódico *La Santa Crociata*; em 1993 hospedou o VI Simpósio Internacional sobre São José.

No **México**, os Misioneros Josefinos, fundados pelo Servo de Deus J.M. Vilaseca, deram vida a três Centros:

- o *Centro de Estudios Josefinos de México*, instituído em 1958 com sede na Cidade do México e com a revista *El Propagador de la devoción al Señor San José*; desde 1982 chama-se *Centro de Documentación y Estudios Josefinos de México* (CEDEJOM);
- o *Centro Josefino de Centro América* (CEJdeCAM), fundado em El Salvador (Santa Ana) a 7 de julho de 1985; seu é o periódico *El Divulgador Josefino*, já editado desde 1981 pelo Pe. J.A. Morán (+ 1993);
- o *Centro Josefino de Chile*, inaugurado a 19 de julho de 1996 na sede da *Sociedad Obreros de San José*.

Nella **Polônia**, o Dr. João Zaręba (+ 1986), bispo de Wladislavia, fundava a 24 de setembro de 1969 o *Centro di Studi su San Giuseppe di Polonia* (*Centrum Józefologiczne*), com sede em Kalisz. Dom Stanislaw Napierała, bispo da nova diocese de Kalisz, instituiu na sede do Centro uma Faculdade de Teologia Josefina.

Novos Centros de Estudo sobre São José surgiram:

- na **Alemanha** em Kevelaer, a 8 de dezembro de 1992 (*Arbeitskreis für Josefstudien*);
- em **Malta** (Rabat) a 31 de agosto de 1993
- na **Coreia** a 15 de setembro de 1993;
- no **Perù**, em Lima, a 19 de agosto de 2002, com uma Semana Teológica sobre san José;
- no **Brasil**, em Apucarana, a 6 de outubro de 2003, com a promoção de Semanas Teológico Pastorais sobre São José, agora na sua 5ª edição com o título de Congresso Teológico; A cidade de Apucarana tem sido sede de um Centro Interamericano Josefino-Marelliano, que publica cada mês as *Sementes Josefinas*.
- na **França**, em Saint-Joseph de Mont-Rouge (Puimisson), onde, a 19 de março de 2011, foi inaugurado o *Institut de Recherche Théologique Redemptoris Custos* (INREC);
- na **Áustria**, em Kleinhain, a *Gemeinschaft vom heiligen Josef* inaugurou o seu Centro a 23 de janeiro de 2013.

5 VITALIDADE DOS SIMPÓSIOS INTERNACIONAIS SOBRE SÃO JOSÉ

Ficará memorável na história josefina o *Primo Simposio Internazionale su San Giuseppe*, em Roma, de 29 de novembro a 6 de dezembro de 1970 na ocasião do Centenário da sua proclamação a Patrono da Igreja universal. A esse seguiram-se outros Simpósios Internacionais periódicos com sede em várias cidades. De todos os Simpósios estão disponíveis os Atos.

I° Simpósio, em Roma, de 29 de novembro a 6 de dezembro de 1970, no ano Centenário da proclamação de São José a patrono da Igreja universale. Sede: Domus Mariae. Tema geral: São José nos primeiros quinze séculos da Igreja.

II° Simpósio, em Toledo (Espanha), de 19 a 26 de setembro de 1976. Sede: Seminario diocesano. Tema geral: São José no Rinascimento (1450-1600).

III° Simpósio, em Montréal (Canadá), de 14 a 21 de setembro de 1980. Sede: Oratoire Saint-Joseph. Tema: São José no século XVII (primeira parte).

IV° Simpósio, em Kalisz (Polônia), de 22 a 29 de setembro de 1985. Sede: Santuário de São José. Tema: São José no século XVII (segunda parte).

V° Simpósio, na Cidade do México (México), de 17 a 24 de setembro de 1989. Sede: Congregação dos Misioneros Josefinos. Tema: São José no século XVIII.

VI° Simpósio, em Roma, de 12 a 19 de setembro de 1993. Sede: Pia Unione del Transito di San Giuseppe. Tema: São José no século XIX.

VII° Simpósio, em Malta, de 22 a 28 de setembro de 1997. Sede: Porziuncola Retreat House Frati Minori. Tema: São José nos séculos XIX e XX.

VIII° Simpósio, em San Salvador (El Salvador, C.A.), de 16 a 23 de setembro de 2001. Sede: Brisa del Carmelo. Tema: *A Redemptoris Custos*: aspectos teológicos e pastorais.

IX° Simpósio, em Kevelaer (Alemanha), de 25 de setembro a 2 de outubro de 2005. Sede: Mariologisches Institut. Tema: A importância de São José na história da salvação.

X° Simpósio, em Kalisz (Polônia), de 27 de setembro a 4 de outubro de 2009. Sede: Seminário diocesano. Tema: São José, patrono para os nossos tempos.

XI° Simpósio, em Ciudad Guzman (México), de 29 de setembro a 6 de outubro de 2013. Tema: São José, guarda da vida e do amor. Organizador: Centro de Estudios Josefinos de México.

XII° Simpósio (projeto): em Saint Joseph de Mont-Rouge (Montpellier, França), em setembro de 2017. Tema: São José e o homem de hoje: trabalho e família. Organizador: Institut de Recherche Théologique Redemptoris Custos: Saint-Joseph de Mont-Rouge (Puimisson), França.

A *Pontificia Facoltà Teologica "Marianum"* (Roma) em 1985 introduziu no seu programa acadêmico um curso específico sobre São José. Um exemplo verdadeiramente louvável, digno de se imitar.

Da parte do magistério, os papas do século XX mantiveram a linha de Pio IX e Leão XIII conjugando honra litúrgica e fundamento teológico.

Com o Concílio Vaticano II aconteceu uma guinada na história da teologia reclamando a necessidade de fazê-la brotar dos fundamentos bíblicos. Para responder às exigências conciliares também os josefólogos puseram-se a escrutar as Escrituras para tirar dali as raízes da ligação de S. José com a História da salvação e toda a obra da Redenção. Mas logo perceberam que não bastavam as copiosas citações bíblicas típicas da teologia pós-conciliar. Precisava, em vez, repensar todo o edifício da disciplina a começar pelos conceitos de Revelação, Tradição e Mistério fazendo-os remontar à doutrina dos textos conciliares.

Para uma inteligência sempre mais aprofundada da *Redemptoris custos*, é útil recordar os pressupostos utilizados pelo documento. Uma leitura levando em consideração os mesmos poderá ser reveladora de muitos detalhes antes passados despercebidos.

6 PRESSUPOSTOS DA NOVA JOSEFOLOGIA

6.1 O CONCEITO DE REVELAÇÃO SEGUNDO O VATICANO II

Como sabemos, todo nosso conhecimento de Deus e das realidades sobrenaturais é regido pela lei da analogia (aquela *semelhança dessemelhante* dos filósofos), assim o termo Revelação é empregado na Igreja para indicar em primeiro lugar, não um conjunto de conhecimentos desvelados somente a poucos iniciados, mas sim para significar aquela realidade sobrenatural que consiste na *relação vital* entre Deus e o homem, em Cristo, por obra do Espírito Santo, e essa é a essência da revelação. Essa relação especial entre nós e Deus supera completamente as nossas capacidades já que não pertence ao âmbito da natureza e da razão, e como é meta-histórica (pois prescinde do tempo e do espaço) vem justamente chamada “mistério”. Todavia nos é dado conhecer o plano divino através de sinais inteligíveis constituídos pelos eventos que dizem respeito ao povo hebreu, a Jesus e à Igreja. Mas não podemos esquecer que esses conhecimentos supõem essencialmente uma realidade sobrenatural que tem como objeto a nossa participação na natureza divina.

Jesus constitui a plenitude da revelação dado que é n’Ele que vem comunicada ao homem a filiação divina e manifestado o “mistério de Deus”. Ele, Verbo de Deus e Evangelho de Deus é revelação com a sua presença e a sua vida.

O desenvolvimento histórico da atividade salvífica de Deus (Evangelho) compreende três etapas: a da promessa (a preparação no A.T.); a da promulgação (o cumprimento das promessas em Jesus); e a do anúncio (a extensão dos benefícios do amor de Deus através dos apóstolos e da Igreja a todos os chamados).

De fato, Deus antes escolheu o povo de Israel e fê-lo experimentar a salvação nos *atos* interpretados por meio das *palavras proféticas*.

Depois enviou o Filho, que com sua vida e obras revelou plenamente o Pai e instituiu a Igreja a fim de que exprimisse a vontade salvífica universal de Deus na sua vida, culto e doutrina.

O Espírito Santo insere no mistério todos os homens sinceros e generosos, e dispõe que uma parte deles vivam-no em plenitude e conscientemente, tornando-se um sinal visível.

A Sagrada Escritura é o documento inspirado (autêntico), deixado por Deus, sobre o evento histórico concernente a Israel, a Jesus e à Igreja.

6.2 UMA NOVA METODOLOGIA

Todo enfoque bíblico pressupõe uma escolha hermenêutica. Não se pode ler um texto de teologia sem levar em conta os pressupostos hermenêuticos e teológicos do autor. Aos josefólogos faltava exatamente sistematizar seus pressupostos. Os vários enfoques ao texto bíblico, desenvolvidos nos últimos 150 anos, não respondiam às exigências deles, nem ofereciam um sólido princípio interpretativo ao qual reconduzir as várias perícopes de uma unidade literária, por exemplo os capítulos 1 e 2 de Mateus e 1 e 2 de Lucas. Por isso, viram-se na necessidade de mudar o método de pesquisa.

Foi então que uma escolha hermenêutica bem precisa, orientada para os mistérios da vida de Cristo mostrou-se muito adequada e fecunda, sendo posteriormente colaudada pela *Redemptoris custos*.

Duas considerações: conta-se que, no final da Primeira Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II, os trabalhos para a elaboração da Constituição sobre a Divina revelação tinham ficado encalhados em numerosos recifes. A resolver a situação foi o Papa Paulo VI, que num

célebre discurso aos Padres Conciliares, a 29 de setembro de 1963, no início da Segunda Sessão, apelou para o essencial, ou seja para “Cristo! Cristo nosso princípio; Cristo nossa via e nosso guia; Cristo nossa esperança e nosso fim”.

De modo semelhante, considerando que nenhum exegeta credente é livre de pressupostos, os teólogos de S. José encontraram a segurança hermenêutica necessária para embasar suas reflexões teológicas num princípio fundamental: “o texto evangélico nasceu da Igreja, na Igreja e para a Igreja”. Realmente, é da Igreja primitiva que homens da primeira geração cristã, inspirados pelo Espírito Santo, colheram o testemunho da pregação apostólica e puseram-no por escrito com a finalidade de transmitir os fundamentos da fé.

A segunda consideração diz respeito à estreita união entre o anúncio e a sua realização. Um anúncio pode ser oral ou escrito, mas sempre se refere a uma realidade. E quando o anúncio torna-se um documento, a sua melhor chave de interpretação é sempre a mesma realidade à qual o documento se refere, é a sua realização ou atuação. O problema é que na maioria das vezes aquela realidade já não é mais disponível, tornando impossível a verificação. Pois bem, no caso do anúncio evangélico, *a Igreja possui e vive esta realidade*, por isso é lógico partir dela para fazer uma adequada e frutuosa interpretação dos documentos.

Dessas considerações, passamos aos primeiros princípios da nova metodologia. Eles surgem de uma espécie de diálogo entre duas constituições do Concílio Vaticano II: a *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia e a *Dei Verbum* sobre a Divina revelação.

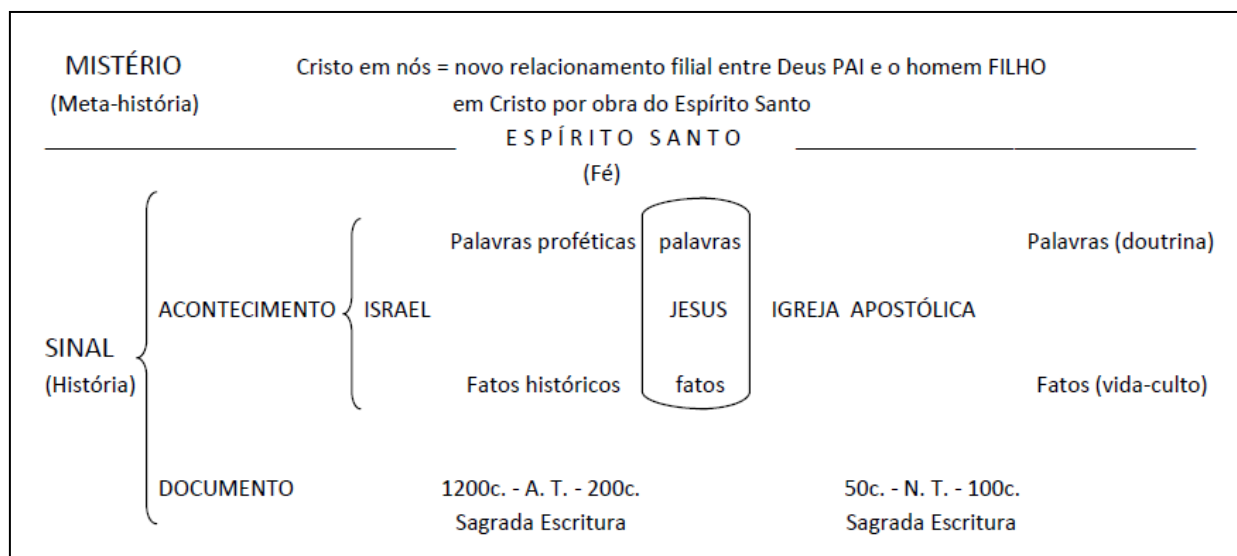
1. Toda a atividade apostólica tem como centro primário de interesse *Jesus e tudo o que se refere a Ele*. Diz a *Sacrosanctum Concilium*: “Portanto, assim como Cristo foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos, cheios de Espírito Santo, não só para pregarem o Evangelho a toda criatura, anunciarem que o Filho de Deus, pela Sua morte e ressurreição, nos libertou do poder de Satanás e da morte e nos transferiu para o reino do Pai...” (n. 6).
2. A *Dei Verbum* precisa que os Evangelhos são o testemunho escrito da *pregação apostólica*: “Aquilo que os apóstolos pregaram por ordem de Cristo, eles próprios e os varões apostólicos sob a inspiração do Espírito Santo no-lo transmitiram em escritos que são o fundamento da fé, a saber, o quadriforme Evangelho, segundo Mateus, Marcos, Lucas e João” (n. 18). É necessário evidenciar que se trata de escritos que têm por fim transmitir todo o “fundamento da fé”; e não são, portanto, simples fontes de “informações biográficas”, nem um banco de argumentos para escrever uma tese ou preparar um sermão.
3. A *Sacrosanctum Concilium* completa essa doutrina com um outro elemento essencial, ou seja, que Jesus enviou os apóstolos *não só para que anunciassem...*, “mas ainda para *levarem a efeito* o que anunciavam: a obra de Salvação através do Sacrifício e dos Sacramentos, sobre os quais gira toda a vida litúrgica” (n. 6).

De consequência, aquela pregação apostólica que, perdida na noite dos tempos, não podemos mais alcançar diretamente, nós ainda hoje podemos encontrá-la *testemunhada* nos escritos inspirados e actuada (levada a efeito) na liturgia. Não à toa a *Dei Verbum* diz: “A Igreja sempre venerou as divinas Escrituras, da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor, já que, principalmente na Sagrada Liturgia, sem cessar toma da mesa tanto da palavra de Deus quanto do Corpo do Cristo o pão da vida, e o distribui aos fiéis” (n. 21).

Existe, então, uma osmose entre Liturgia e Escritura porque ambas, uma transmitindo os *fatos* e a outra as *palavras*, estão a serviço do mesmo Mistério.

Essa nomenclatura *fatos, palavras, mistérios* remonta a um outro parágrafo da *Dei Verbum* que diz:

“Essa economia da Revelação se concretizza através de fatos e palavras intimamente conexos entre si, de forma que as obras realizadas por Deus na História da Salvação manifestam e corroboram os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. Estas, por sua vez, proclamam as obras e elucidam o mistério nelas contido” (n. 2).

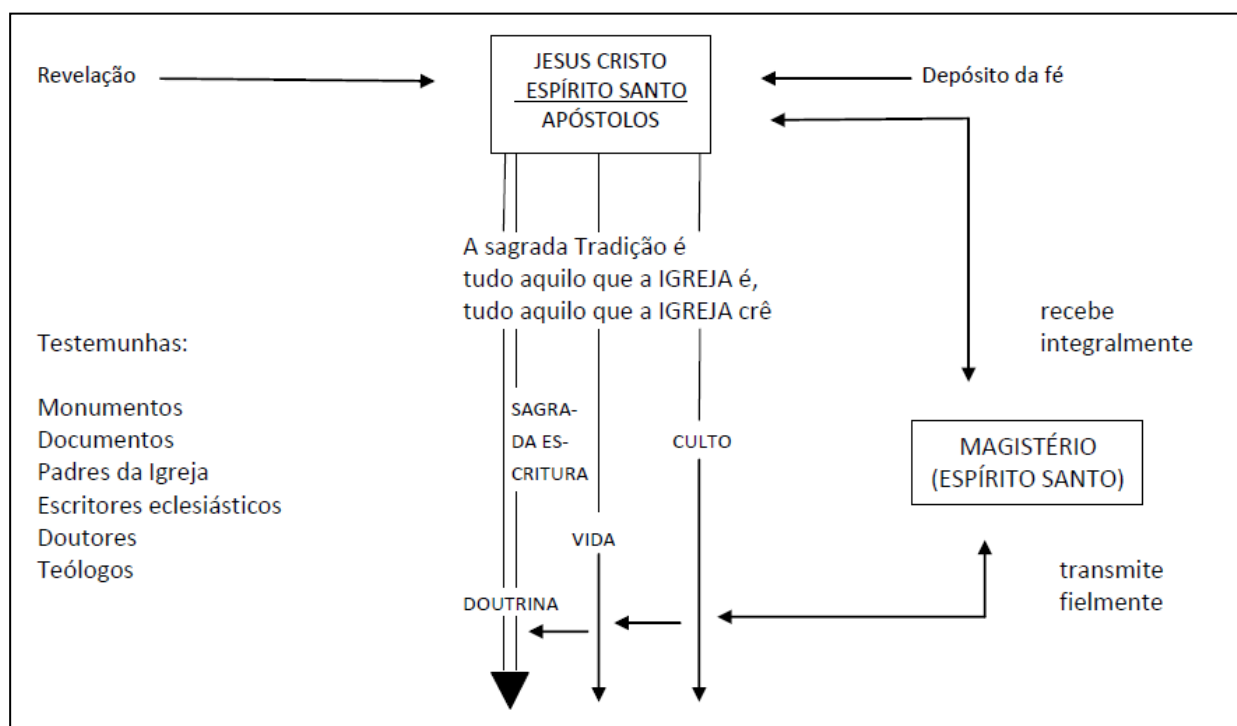


Para não traírmos a intenção do documento conciliar, devemos reconhecer na economia da Revelação os três elementos que a constituem: os *fatos*, as *palavras* e o *Mistério*. Nem podemos separá-los, pois a realidade sobrenatural (o Mistério) está contida no seu sinal (fatos e palavras).

O “sinal” (história salutis), por sua vez é formado por dois elementos necessariamente ligados: os “fatos”, indispensáveis para haver história, e as “palavras” proféticas, igualmente indispensáveis para dar a conhecer aqueles fatos como “salvíficos”, isto é, relativos a uma história não profana, mas “sagrada”. Uma revelação, portanto, que não tem como característica somente um Deus que “fala”, mas que também “age”, até mesmo “encarnando-se” na história do homem.

Essa é a revelação “cristã”, que se distingue exatamente pela encarnação, na qual fato e mistério se compenetraram. A Dei Verbum compreende entre as palavras também a realidade (res) por elas significada, ou seja, a tipologia, isto é, o “sentido típico”, expresso não imediatamente pela palavra, mas mediante a entidade ou coisa, por sua vez expressa pela palavra⁸.

⁸ O vocábulo *manná*, por exemplo, significa aquele determinado alimento, com o qual o Senhor sustentou o seu povo milagrosamente no deserto por 40 anos. Mas essa entidade, o *manná*, exprime uma outra entidade, a Eucaristia (cf. Jo 6,31.49). Assim G. PERRELLA, *Introduzione Generale alla Sacra Bibbia*, 2 ed., Marietti 1952, pp. 274-283.



A relação entre fatos e palavras fica, assim, bem equilibrada: obras que manifestam e reforçam a doutrina; palavras que proclamam as obras e esclarecem o mistério nelas contido⁹.

6.3 O QUE SE DEVE ENTENDER POR FATOS?

A “história sagrada” que lemos na Bíblia documenta aqueles eventos divinos e humanos que na sucessão do tempo e do espaço envolveram o destino do homem. Tendo sido colocado no ponto mais alto da criação por obra do Verbo e depois “devastado” pela sua rebelião, o homem foi “restaurado” pelo mesmo Verbo através da sua encarnação e redenção. A Sagrada Escritura nos testemunha tudo isso, mostrando-nos como Deus realizou esse projeto através dos fatos e palavras que constituem a “história sagrada”. Os “fatos” são o tecido constitutivo da história humana. Eles dizem respeito à criação do homem, à sua queda, à escolha do povo hebreu, à sua aliança com Deus, à sua escravidão e deportação, à sua repetida libertação, às suas infidelidades, à misericórdia divina até à vinda do Verbo de Deus ao mundo e à redenção por ele operada com a sua morte e ressurreição.

A gnose, que reduz tudo ao conhecimento, ou seja, à palavra, é o verdadeiro “sedutor e anti-Cristo”. Negando o valor dos fatos, ela não reconhece “Jesus Cristo vindo na carne” (1Jo 7). A fé na real Encarnação do Filho de Deus é o sinal distintivo da fé cristã: ‘Disto podeis reconhecer o Espírito de Deus: todo espírito que reconhece que Jesus Cristo veio na carne, é de Deus’ (1Jo 4,2). É essa a alegre convicção da Igreja desde o seu início, quando canta ‘o grande Mistério da piedade. Ele manifestou-se na carne’ (1Tm 3,16)¹⁰.

⁹ Cf. T. STRAMARE, *La Teologia della divina Rivelazione*, Portalupi Editore, Casale Monferrato (AL) 2000. Toda a tratativa segue rigorosamente a linha conciliar da economia da Revelação.

¹⁰ *Catecismo da Igreja Católica*, n. 463. Muito expressiva é a “lectio” de alguns códices latinos e gregos, que interpretaram significativamente o “non confitetur” como “solvit” (1Jo 4,3): negar a carne de Jesus equivale a “dissolvê-lo”.

6.4 O QUE SE ENTENDE POR “PALAVRAS”?

Aos fatos vêm conexas as palavras reveladoras, ou “proféticas”, necessárias para dar a conhecer o mistério contido nos fatos. Israel era consciente de ser o povo escolhido por Deus e convicto de que os acontecimentos de sua própria história não são abandonados ao jogo das circunstâncias, mas estão estritamente ligadas com o “mistério salvífico” de Deus. Então surge o problema: como descobrir o significado providencial daqueles acontecimentos históricos particulares, que parecem ter as mesmas características de todos os acontecimentos humanos? Como poder afirmar com segurança que só neste determinado acontecimento, e não em um outro, está presente a mão de Deus?

Eis que se apresentam os *profetas*, designados por Deus para essa missão e reconhecíveis através de especiais critérios de autenticidade. Esses personagens especiais, cuja influência estende-se por toda a Bíblia, são exatamente aqueles que revelam em nome de Deus o significado sobrenatural contido nos fatos históricos (cf. Am 3,7; Dn 9,6), transformando, para quem tem a luz da fé, a história profana em “história profética”.

6.5 O QUE DEVEMOS ENTENDER POR MISTÉRIO?

A teologia da Redemptoris custos é centrada sobre o Mistério, por isso, é essencial compreendermos o significado preciso desse termo.

Chama-se mistério àquelas palavras e àqueles fatos da vida de Jesus que, tendo para nós um significado de salvação, são celebrados com especial atenção na liturgia da Igreja. Diz Inos Biffi: “Mistério quer dizer um gesto, um acontecimento de Jesus que nos salvou e que representamos e revivemos na liturgia”¹¹.

Já Santo Hilário de Poitiers dizia: “entende-se por ‘mistérios’, fatos, personagens e palavras do Antigo Testamento que prefiguram os eventos da salvação cumpridos em e por Jesus Cristo na Igreja”. (Cfr. Spiegazione dei misteri)

O Vaticano I, devendo reagir ao racionalismo, no que diz respeito à revelação fizera cair o acento sobre o aspecto de “verdade escondida”; mas o Vaticano II, depois de discutir longamente a questão, quis enfatizar muito mais o aspecto de “realidade sobrenatural” e assim acrescentou o conceito de “comunicação”¹² em lugar do de “manifestação” e aboliu a referência às “duas fontes” da revelação. Além disso, descreveu a “revelação” como “economia”¹³. Esse novo horizonte compreende os três elementos estruturais da revelação e põe em evidência o “mistério”, que deve ser interpretado segundo Efésios 1,9¹⁴.

Dizia o papa Paulo VI: “Mistério é a Igreja, isto é: realidade embebida de divina presença e por isso capaz de novas e mais profundas explorações...”¹⁵.

O Catecismo da Igreja Católica desenvolve esse tema sob o título: *Nossa comunhão com os mistérios de Jesus*, afirmando que “toda a riqueza de Cristo ‘é destinada a cada homem e constitui o bem de cada um’¹⁶. Cristo não viveu a sua vida para si mesmo, mas *para nós*, desde a sua Encarnação ‘por nós homens e pela nossa salvação’ até à sua Morte ‘por nossos pecados’ (1Cor 15,3) e à sua Ressurreição ‘para a nossa justificação’ (Rm 4,25)” (n. 519). Tudo o que

¹¹ Introduzione e commenti al ‘Messale del giorno’, p. 381. Piemme, II ed. Casale Monferrato (AL), 2001.

¹² Cf. Const. *Dei Verbum*, n.6.

¹³ *Ibidem*, n.2.

¹⁴ “Ele nos fez conhecer o mistério de sua vontade...”. A citação latina, feita segundo o texto da Vulgata, traz “sacramentum”, substituído na Nova Vulgata com “mysterium”, que segue o texto grego. Cf. Ef 3,3.

¹⁵ Cf. AAS 55 1963] 848-849.

¹⁶ GIOVANNI PAOLO II, Lett. Enc. *Redemptor hominis*, n.11.

Cristo viveu foi para que pudéssemos *vivê-lo* nele e para que Ele *o vivesse em nós*. ‘Pela sua Encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, se uniu a todo homem’¹⁷” (n. 521; cf. n. 618).

A pregação do apóstolo Paulo insiste muito sobre a nossa *solidariedade* com a morte e a ressurreição de Cristo, mostrando o quanto estamos envolvidos naqueles “fatos” de Jesus: a morte e a ressurreição. Isso significa que aqueles fatos são *para nós* um ‘acontecimento’, dizem respeito diretamente a nós e nos envolvem a ponto de se tornarem ‘nossos’.

Pois bem, esse envolvimento “salvífico para nós”, é o *Mistério!*

Daqui se compreende a necessidade da “historicidade” de determinados fatos, actuados pela humanidade de Jesus, uma vez que sem fato não há suporte para o acontecimento, ou seja, não há Mistério!

A propósito de historicidade, a Exortação apostólica reabilita a historicidade dos “assim chamados Evangelhos da infância”, liberando-os das interpretações midráshicas, que a pulverizam. Ela conduz à descoberta dos “mistérios da vida escondida de Jesus”, em correspondência com a “economia” da Revelação exposta na Constituição *Dei Verbum*, que une os fatos e as palavras da “historia salutis” com o “mistério” neles contido, como exige a redenção, que *tem o seu fundamento na encarnazione*.

O método de exegese bíblica empregado na *Redemptoris custos* mostra-se muito atento a essa coligação. Paulo exprime o elo indissolúvel entre fato-acontecimento-Mistério unindo os verbos com a partícula “συν (cum)”: “mortui *cum* Christo” (Rm 6,8); “*consepulti* ei” (Col 2,12; cf. Rm 6,4); “*convivificavit* nos Christo *et* *conresuscitavit* *et* *consedere* fecit in caelestibus in Christo Iesu” (Ef 2,5s; cf. Col 2,12s; 3,1). E não pode ser diferente, se na fé aceitamos o mistério que “omnes enim vos *unus* estis in Christo Iesu” (Gal 3,28). Enfim, a origem e o fundamento dessa íntima união com Jesus (“unus”) é exatamente a Encarnação, por meio da qual Deus “novo modo creaturae se univit, vel potius eam sibi”¹⁸. “Cristo em nós” (cf. Col 1,27) pode ser considerada a fórmula paulina mais concisa para definir o “Mistério”.

6.6 COMO PODEMOS IDENTIFICAR OS MISTÉRIOS?

Os mistérios mais desenvolvidos teologicamente são os da morte e da ressurreição de Jesus, talvez pela atenção que Paulo reservou a eles. Todavia, uma verdade não é toda a verdade, e continua valendo o princípio de solidariedade do homem com Jesus aplicado a *toda a vida de Cristo*, tendo a Redenção a mesma extensão da Encarnação. Mas, e os “outros” Mistérios da vida de Cristo, como podemos identificá-los com certeza?

Considerando a natureza da Sagrada Escritura e da Liturgia, bem como a mutua osmose delas na vida da Igreja, podemos concluir que a celebração dos Mistérios na Liturgia apresenta-se como um “detector” seguro para a identificação deles dentro da literatura apostólica.

Ou seja, a união inscindível das *duas mesas* nos consente interpretar o “passado” testemunhado nas Escrituras, através do “presente” actuado na Liturgia. Na celebração litúrgica, Palavras e fatos da história da salvação estão presentes e operantes nos seus Mistérios.

Já Pio XII ensinava que o *ano litúrgico*

“não é uma fria e inerte representação de fatos que pertencem ao passado... mas sobretudo é Cristo mesmo, que vive sempre na sua Igreja e que prossegue o caminho de imensa misericórdia por ele iniciado com piedoso conselho nesta vida mortal, quando passou fazendo o bem a fim de pôr as almas humanas em contato com os seus mistérios e fazê-las viver por eles; mistérios que são perenemente presentes e operantes... fontes

¹⁷ Const. *Gaudium et spes*, n. 22.

¹⁸ S. Tomás de Aquino, *S.Th.*, III, q. 1, a. 1 ad 1.

de graça divina pelos méritos e pela intercessão do Redentor; ... perduram em nós com o seu efeito, sendo cada um deles, segundo a sua índole, causa da nossa salvação”¹⁹.

O Catecismo da Igreja Católica afirma que

“o ano litúrgico é o desdobramento dos diversos aspectos do único mistério pascal. Isso vale muito particularmente para o ciclo das festas em torno do mistério da encarnação (anunciação, natal, epifania) que comemoram o começo da nossa salvação e nos comunicam as primícias do Mistério da Páscoa” (n. 1171).

Nós encontramos essa “continuidade” entre o evento do Mistério e a sua actuação litúrgica não só na acurada co-relação entre as leituras bíblicas e o Mistério celebrado, mas também nas fórmulas das orações, principalmente aquelas sobre as ofertas, e nos prefácios, que recordam:

- seja o *significado salvífico dos “fatos” da vida de Cristo* (o Natal: “deu início à nossa redenção”; “vosso Filho elevou o homem junto de vós na glória”; “no mistério adorável do Natal... começou a existir no tempo para reintegrar o universo no vosso designio, ó Pai, e reconduzir a vós a humanidade dispersa”; a Epifania: “n’Ele aparecido em nossa carne mortal... nos renovastes com a glória da imortalidade divina”; “com o mistério da sua encarnação fez-se guia ao homem para conduzi-lo à grande luz da fé”; o Domingo de Ramos: “com a sua morte lavou as nossas culpas e com a sua ressurreição conquistou para nós a salvação”; a Páscoa: “morrendo destruiu a morte, ressuscitando restaurou nossa vida”; “nele morto é redenta a nossa morte, nele ressuscitado toda a vida renasce”; a Ascensão: “subiu ao céu, para que nós fôssemos participantes da sua vida divina”; o Tempo comum: “nascendo da Virgem, inaugurou os novos tempos; sofrendo a paixão, destruiu os nossos pecados; ressuscitando dos mortos, abriu-nos a passagem para a vida eterna; subindo a vós, ó Pai, preparou-nos um lugar no vosso reino”);
- *seja a sua actuação na celebração* (“a oferta deste sacrifício, que actua o santo mistério por vós instituído”; “toda vez que celebramos este memorial do sacrificio do Senhor, cumpre-se a obra da salvação”; “nestes mistérios cumpris a obra da nossa salvação”; “por meio dos sinais sacramentais cumpris a obra da redenção”; “enquanto exercemos o nosso ofício sacerdotal, vós cumpris em nós a vossa obra de salvação”; “fazei que participemos com fé da paixão gloriosa do vosso Filho, que agora celebramos no mistério”).

Entre os Mistérios da infância e da vida escondida de Jesus o Catecismo da Igreja Católica põe em particular evidência: o Natal (nn. 525.526), a Circuncisão de Jesus (n. 527), a Epifania (n. 528), a Apresentação de Jesus no templo (nn.529. 583), a fuga no Egito (n. 530), a vida escondida de Jesus (n. 531), a submissão de Jesus (n. 532), a educação de Jesus (n. 472), o reencontro de Jesus no templo (n. 534).

A exortação apostólica *Redemptoris custos* considera também outros Mistérios: *o matrimônio de Maria e José* (n. 7)²⁰, *a Santa Família* (nn. 7.21)²¹, *o recenseamento* (n. 9), *a imposição do Nome* (n. 12), *o trabalho* (n. 22). Ela se detém com particular atenção nos “mistérios da vida escondida de Jesus”, sublinhando o seu significado e valor salvífico e a parte que neles teve São José com o exercício da sua paternidade. A inserção de São José nesses mistérios é importante ao ponto de condicionar a existência e o desenvolvimento deles de modo a torná-los manifestos. A exposição do seu papel contribui para tornar melhor conhecido o mistério da encarnação e da redenção.

¹⁹ Enc. *Mediator Dei*, 20 novembre 1947.

²⁰ Cf. T. STRAMARE, *Il matrimonio della Madre di Dio. I Santi Sposi*, Edizioni Stimmatine, Verona 2001.

²¹ Cf. T. STRAMARE, *La Santa Famiglia nel mistero dell’Incarnazione*, Temi di predicazione, n. 343, Napoli 1994.

Poderíamos ainda descobrir outros mistérios? Claro que sim, pois a reflexão sobre o tema do Verbo encarnado e a solidariedade humana não exclui do valor salvífico nenhum momento da vida de Cristo, em força da eficácia da união hipostática²². Naturalmente isso exigiria uma pesquisa aprofundada nas celebrações litúrgicas, principalmente em todas as festas da Bem-aventurada Virgem Maria que se referem à vida escondida de Jesus, à luz do *sensus fidei* do povo cristão.

7 UMA ÚLTIMA REFLEXÃO

A figura digna e decorosa de São José que emerge da *Redemptoris custos* faz jus às suas prerogativas e corresponde perfeitamente aos dados dos evangelhos. Ajuda-nos a honrá-lo e a crescer em confiança nele ao lado de sua esposa a Beatíssima Virgem Maria. Esclarece para nós o tipo de relação que ele teve com a pessoa de Jesus e sobretudo com a sua *obra salvífica*. Revela-nos que, segundo a economia da graça de Deus, a José foi dado conhecer o mistério da Encarnação e ser seu “ministro”:

- é José, que honrou com o título de “esposo de Maria” a sua divina maternidade;
- é ele, o “filho de Davi”, que transmitiu a Jesus a descendência davídica, indispensável para ser reconhecido como o “Messias”, “o Cristo”.
- é ele que inseriu Jesus entre os cidadãos do mundo com o seu registro civil em Belém, por ocasião do recenseamento de Augusto;
- é ele, que introduziu Jesus no povo da aliança, provendo ao rito da circuncisão;
- é ele, que impôs ao Verbo encarnado, por mandato do Pai e com pleno direito legal, o nome de Jesus, que o designa como “Emanuel”, ou seja, “Deus conosco”;
- é ele, que o apresentou ao Pai, cumprindo a oferta ritual do primogênito e participando à sucessiva confirmação de tal oferta, feita por Jesus adolescente na ocasião da sua permanência no templo;
- é ele, que protegeu o Menino e sua mãe nas viagens do exílio e na vida de refugiado no Egito;
- é ele, que o reintroduziu na “terra de Israel”;
- é ele, que o domiciliou em Nazaré, qualificando-o “Nazareno”;
- é ele, que cuidou da sua manutenção, procurando-lhe alimento e vestes, e o criou como pai “nutrício”;
- é ele, que lhe ensinou uma profissão e lhe deu a categoria de “filho de carpinteiro”;
- é ele, que o educou à oração e ao conhecimento da vida e do mundo.

A *Redemptoris custos* pode passar como um documento simples e sem grandes novidades aos olhos de um leitor desatento, mas abriga no corpo do seu iceberg uma rede complexa de recursos teológicos. Seu ponto de partida é uma leitura atenta e meditada dos documentos conciliares *Dei Verbum* e *Sacrosanctum Concilium*. Recupera unidade da mesa da palavra e da mesa do pão celebradas na liturgia. Reabilita a historicidade de Mt 1-2 e Lc 1-2, ao menos no seu núcleo essencial. Reafirma a igual extensão entre encarnação e redenção. Seu ponto de chegada é a compreensão dos evangelhos à luz dos mistérios da vida de Cristo celebrados na liturgia como chave hermenêutica. Seu alcance teológico é uma maior e melhor compreensão do mistério da encarnação vendo São José como ministro. O alcance pastoral vem com as luzes para a família, a educação, o mundo do trabalho, a vida contemplativa, a vida cotidiana. Nesse sentido, pode muito bem ser que, uma insuficiente compreensão do documento,

²² Cf. ancora CCC: “Le parole e le azioni di Gesù nel tempo della sua vita nascosta e del suo ministero pubblico erano già salvifiche. Esse anticipavano la potenza del suo Mistero pasquale. Annunziavano e preparavano ciò che egli avrebbe donato alla Chiesa quando tutto fosse stato compiuto” (n. 1115).

sem ter em conta os seus pressupostos, tenha levado a uma exígua exploração de seus recursos e de sua mensagem, seja no campo teológico, seja no campo da evangelização.

8 CONSIDERAÇÕES MARGINAIS SOBRE A *REDEMPTORIS CUSTOS*

8.1 O CONTEXTO DA *QUAMQUAM PLURIES* E DA *REDEMPTORIS CUSTOS* NO PENSAMENTO DE LEÃO XIII E DE JOÃO PAULO II

A carta encíclica *Quamquam pluries* pertence à fase de transição entre os dois períodos em que os históricos costumam dividir o pontificado de Leão XIII: antes e depois de 1889. A encíclica reflete as linhas mestras herdadas de Pio IX e assumidas por Leão XIII durante todo o seu pontificado, que tinha como programa a restauração cristã da sociedade. Aos homens do final de 1800, imersos numa crise revolucionária que sacudia os fundamentos da civilização cristã e ameaçava a paz no mundo, aquelas linhas representavam a reação da Igreja: a busca de uma renovação da via cristã através da regular frequência aos sacramentos, das várias formas de devoção eucarística (missas, adorações, congressos), do culto ao Sagrado Coração (reparação, consagração), da devoção a Nossa Senhora (rosário, consagração) e da devoção a São José (modelo para todos, mas principalmente para os pais de família e os trabalhadores).

O papa Leão XIII, perseguido pela convicção de uma conjuração internacional das forças do mal contra a Igreja, apelava para a proteção de São José e no final do documento rezava e fazia o povo rezar: "... afastai para longe de nós, ó pai amantíssimo, a peste dos erros e dos vícios que amorba o mundo; assisti-nos propício do céu, ó nosso fortíssimo protetor, nesta luta contra o poder das trevas ... defendei a santa Igreja de Deus das insídias hostis e de toda adversidade..." (*Quamquam pluries*, oração.)

A exortação apostólica *Redemptoris custos* situa-se na linha doutrinal que João Paulo II escolheu para o seu pontificado, ou seja, o grande tema da Redenção. A história recente da humanidade, revelando uma incrível desproporção entre o grande progresso tecnológico-científico e a mesquinha realização das grandes metas humanitárias (a paz mundial, a justiça social, a igualdade...), demonstra que o homem tem sempre necessidade de Redenção. Por isso a Igreja anuncia: Jesus Cristo o Redentor do homem, Maria a mãe do Redentor e São José o Guardião do Redentor.

Bastaria a atenção aos títulos desses escritos pontifícios para entender a sua linha-mestra. Mas Francisco de P. Solá, SJ há cerca de 10 anos apresentou uma interessante consideração que nos parece esclarecer melhor a intenção de João Paulo II, e por isso queremos agora resgatá-la:

"Jesus Cristo ocupa o centro ou o vértice ao qual o Papa chama *Redemptor hominis*: duas palavras que podemos considerar qualificativas do Deus-Homem (...). A iniciativa divina se explica em *Dives in misericordia*, que é o Pai, o qual com o Filho doa-nos o Espírito Santo que é vida e santificação (*Dominum et vivificantem*). Da mesma *Redemptor hominis* deriva a *Redemptoris mater* e a *Redemptoris custos*, que são a Mãe e o Esposo, guardião de Jesus e da esposa. (...) temos assim por um lado a Trindade celeste de um Pai misericordiosíssimo, que nos dá um Redentor, que é o Filho feito homem, e ambos, Pai-Filho nos dão o Espírito Santo, que é amor e vida. Eis a Trindade celeste"²³.

²³ *Estructura y síntesis de la Redemptoris Custos*, in Custodio del Redentor, Estudios Josefinos Año XLIV, Enero-Diciembre 1990, Núms. 87 y 88, pp.15-17. Ma anche Roman Llamas, *Profilo spirituale di San Giuseppe*, in Rivista di Vita Spirituale, n. 2, 1990 pp. 139-174.

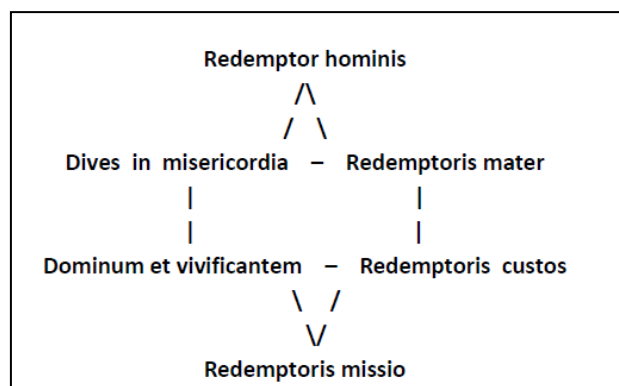
A imaginação do povo de Deus, tão frequentemente representada em pinturas, faz facilmente corresponder à Trindade celeste uma trindade terrestre formada pela Santa Família. De fato, para encarnar-se e ser verdadeiro homem, o Filho de Deus precisava de uma Mãe, que é a Virgem Maria, e de um pai (guardião) que o fizesse tornar-se cidadão deste mundo, eis São José.

Prosseguindo com seu pensamento, P. Solá diz:

“Comparando agora a trindade terrena com a trindade celeste, Maria no segundo lugar corresponde ao Pai²⁴ (...) situando Jesus entre o Pai e a Mãe. Como terceiro membro estão o Espírito Santo e São José²⁵ aos quais o papa reconhece uma mesma missão quando na encíclica *Dominum et vivificantem* afirma querer tratar *de Spiritu Sancto in vita Ecclesiae et mundi*, e na *Redemptoris custos* fala *de persona Ioseph et opera in Christi iesu Ecclesiaeque vita*. É uma ação símile: o Espírito Santo dá vida à Igreja e ao mundo inteiro; São José atua (*opera*, obras) na vida de Cristo e da Igreja. Formas de ação distintas, mas ordenadas a uma mesma finalidade: dar vida.²⁶”

A esse esquema tão sólido e compacto ousamos, seguindo a opinião de outro ilustre teólogo²⁷, acrescentar também a *Redemptoris missio*, já que essa trata da missão do Redentor comunicada à Igreja, que continua a obra de Jesus sob a guia do Espírito Santo reconduzindo a humanidade ao Pai. E como a maternidade da Virgem Maria e a guardiania de São José prepararam e favoreceram a inserção de Jesus entre os homens e o desenvolvimento da sua missão, assim ele e ela continuam a cuidar da geração na fé e do patrocínio sobre a Igreja enquanto esegue o mandato missionário.

Com esse acréscimo, o esquema visualmente representado fica assim:



Pelo esquema acima podemos entender também visualmente que a *Redemptoris custos*, como parte integrante da linha-mestra escolhida pelo papa João Paulo II para o seu pontificado, pôs São José ao lado da Virgem Maria no coração da redenção, que tem o seu fundamento no mistério da encarnação.

²⁴ De fato, como o Pai gera o Verbo, assim Maria gera Jesus.

²⁵ Porque como o Espírito Santo não gera o Verbo, mas da vida, assim São José não gera Jesus, mas lhe dá vida.

²⁶ Idem ibidem.

²⁷ “Alla luce del mistero dell’Incarnazione si comprende come nel grande tema della redenzione (...) Giuseppe vi occupi *la sua giusta parte: Redemptor hominis, Redemptoris mater e Redemptoris custos*. È una trilogia che si impone e si prepone alla *Redemptoris missio*.” (Tarcisio Stramare. *Partes S. Ioseph in Historia Salvationis*. PATH vol. 9 – Pontificia Academia Theologica – 2010/2, pp. 419.)

8.2 A REDEMPTORIS CUSTOS E A SUPERAÇÃO DO ESQUEMA PIRAMIDAL NA LINGUAGEM TEOLÓGICA

Característico de certo tipo de teologia é a apresentação das reflexões sobre temas teológicos dentro de uma hierarquia das verdades de fé. O recurso a esse esquema, que chamamos de piramidal, tinha a vantagem de apresentar o pensamento de modo muito preciso, mas não evitava os limites impostos pelo método mesmo. Assim, podemos dizer que do ponto de vista doutrinara aquele esquema não conduzia necessariamente a erros, mas precisamos também reconhecer onestamente que nem mesmo permitia uma exploração mais esauriente dos temas em estudo, que terminavam sempre condicionados à consideração de toda a realidade localizada entre o mais e o menos, ou se quisermos, entre o maior e o menor.

As encíclicas de Leão XIII em geral e a *Quamquam pluries* em particular ressentem fortemente desse estilo. Um breve trecho tornará claro o nosso pensamento:

“É certo que a dignidade da Mãe de Deus é tão alta, que nada pode existir de mais sublime; mas pelo fato que entre a Beatíssima Virgem e José houve um estreito nó conjugal, não há dúvida que, daquela altíssima dignidade, em força da qual a Mãe de Deus supera imensamente todas as criaturas, ele se aproximou tanto quanto nenhum outro jamais.”

O pensamento é teologicamente correto, mas os termos empregados parecem dar mais força à uma separação medida em anos-luz, do que à união conjugal no dia-a-dia!

Por isso, o leitor da Exortação apostólica *Redemptoris custos* de João Paulo II nota logo a frequência da expressão “*junto com a sua esposa*”. Promulgada a 15 de agosto de 1989 para comemorar o primeiro centenário da *Quamquam pluries* de Leão XIII, representa uma continuidade no aprofundamento teológico da figura de São José, mas também uma ruptura pelo que diz respeito à linguagem e ao método teológico. O documento de João Paulo II é todo centrado no mistério da encarnação e logo ao início diz:

“Foi precisamente neste mistério que José de Nazaré ‘participou’ como nenhuma outra pessoa humana, à exceção de Maria, a Mãe do Verbo Encarnado. Ele participou em tal mistério simultaneamente com Maria, envolvido na realidade do mesmo evento salvífico, e foi depositário do mesmo amor, em virtude do qual o eterno Pai ‘nos predestinou a sermos adotados como filhos por intermédio de Jesus Cristo’ (Ef 1,5)” (RC1).

João Paulo II utiliza um esquema que, oposto ao piramidal, chamaríamos de relacional. De fato, a reflexão aqui não é sobre a encarnação de Jesus acontecida em Maria que por isso precisou da assistência de José. Mas é a presença conjunta daquele casal escolhido por Deus e unido com um estreito vínculo de caridade para servir ao plano de redenção de toda a humanidade, que começa a cumprir-se com o mistério da encarnação.

Em outras palavras, Deus chamou a ambos, marido e mulher, para servirem ao seu plano de salvação. Ambos responderam com pronta generosidade e o Espírito Santo agiu em ambos, mas naturalmente realizando a concepção no sexo que devia gerar. Cada um deles recebeu os dons necessários para o cumprimento do próprio papel: Maria é imaculada, José é justo. Lemos: “Deste mistério divino (a encarnação), juntamente com Maria, José é o primeiro depositário. Simultaneamente com Maria – e também em relação com Maria – ele participa nesta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo; e nela participa desde o primeiro momento” (RC5).

A prontidão e a generosidade em responder ao apelo de Deus é outro ponto de proximidade entre José e Maria:

“Despertando do sono, José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa (Mt 1,24). Ele recebeu-a com todo o mistério da sua maternidade; recebeu-a com o Filho que havia de vir ao mundo, por obra do Espírito Santo: demonstrou deste modo uma disponibilidade de vontade, semelhante à disponibilidade de Maria, em ordem àquilo que Deus lhe pedia por meio do seu mensageiro” (RC3).

É interessante recodar que a dar o primeiro passo para a superação do esquema piramidal na teologia de São José foi São João XXIII quando fez introduzir o nome de São José no Cânon Romano ao lado do da Virgem Maria, seguido pelo título de “seu esposo”. E tal obra teve seguimento nos escritos dos papas sucessivos e na decisão do papa Francisco de estender a menção do nome de São José também às outras três Orações eucarísticas do Missão Romano.

8.3 A RUPTURA ENTRE TEOLOGIA E CULTURA LAICA PRESENTE NA QUAMQUAM PLURIES E A SUA RECONCILIAÇÃO PRESENTE NA REDEMPTORIS CUSTOS

Os históricos costumam distinguir ao menos dois períodos no pontificado de Leão XIII: o primeiro caracterizado por uma atitude de relativa abertura aos problemas do mundo de então (de 1878 a 1889), seguido por um segundo período caracterizado por um enriquecimento das posições da Igreja (de 1890 em diante).

No início do pontificado de Leão XIII houve quem, esperando ingenuamente um papa liberal, quisesse contrapor os orientamentos do novo pontífice aos de seu predecessor Pio IX, pois o novo papa demonstrava a preocupação de apresentar a Igreja como uma instituição não necessariamente contrária às aspirações dos homens nos campos cultural, social e político.

Podemos conceder que houve uma mudança de estratégia: com Leão XIII, a Igreja começou a porpôr-se como uma parceira autorizada na busca de soluções para os problemas que se tornavam sempre mais sentidos, mas a verdade é que, com o tempo, ele se mostrou tão antimoderno quanto o seu antecessor Pio IX e o seu sucessor Pio X. Como eles, também ele foi sempre categórico em condenar o neopaganismo em todas as suas expressões: o matrimônio civil, o divórcio, a escola laica, as crescentes tentativas de secularização da sociedade, o liberalismo laicista, os sistemas filosóficos modernos e qualquer tentativa de reflexão teológica neles inspirada. Promoveva com todas as forças o retorno à Escolástica contra toda forma de naturalismo e de racionalismo modernos.

A *Quamquam pluries* reflete esse continuum nas preocupações de Leão XIII, mas na sua fase menos aguda, quando ele ainda acreditava que poderia debelar diplomaticamente as hostilidades e fazer da igreja uma voz digna de ser ouvida como mãe e mestra da cultura. Seja como for, o documento espelha o clima de isolamento quase sempre polêmico, ou, no melhor dos casos, indiferente, da teologia diante dos acontecimentos culturais do tempo. No século XIX a teologia católica diante da síntese filosófica de caráter imanentista do idealismo, do método histórico-crítico de pesquisa sobre as fontes, do evolucionismo positivista professado pela ciência, tinha-se afastado da cultura laica. Em oposição a ela, promovia a neoescolástica, proposta pela *Aeterni Patris* (escrita por Leão 1 ano antes da *Quamquam pluries*) no esteio da *Dei Filius* do Concílio Vaticano I.

A idéia dominante era que a filosofia pura é prejudicial à solução dos problemas humanos, por isso o papa recomendava a filosofia de Santo Tomás como a única idônea a corrigir os desvios que se tinham insinuado na teologia por causa do recurso às filosofias modernas. Essa escolha teve o mérito de manter compacto o ensinamento da teologia católica,

mas ao mesmo tempo provocou o isolamento da teologia das correntes culturais do tempo. O modernismo virá como uma reação a esse estado de coisas.

Já João Paulo II vivia num contexto diferente e tinha uma *forma mentis* diversa. Ele conhecia o homem nas suas capacidades de criar o belo, que eleva o espírito, assim como o conhecia nas capacidade de criar o inferno para si e para seus irmãos. Sua experiência juvenil sob o regime comunista tornou-o capaz de desmascarar as mentiras seja do comunismo seja do capitalismo no campo econômico-social, e de defender o ideal democrático no campo político rejeitando os totalitarismos. Como postura filosófica, João Paulo II era tomista de formação, mas nutria um vivo interesse e mantinha um diálogo comprometido com a fenomenologia.

A teologia católica da última metade do século XX caminhava principalmente sobre dois trilhos: o confronto com a Sagrada Escritura e ao mesmo tempo o confronto com a cultura contemporânea nas suas variegadas expressões.

O período imediatamente antecedente ao Concílio Ecumênico Vaticano II até o fim dos anos '60 representou para a Igreja e para a sociedade civil anos de esperança e de otimismo que empenharam também a teologia. Mas logo começou-se a sentir uma dificuldade: um conjunto de problemas e tensões mal resolvidas agravados pelos dramas do contexto histórico mundial conduziam a uma descontinuidade entre concílio e teologia pós-conciliar.

Para liberar-se do exclusivismo da restauração neo-escolástica, era preciso que a teologia atingisse uma compreensão e uma avaliação mais profundas dos mestres já clássicos que estavam na origem da cultura contemporânea: Kant, Hegel, Marx, Nietzsche, Freud, Foucault ... Desde então sentia-se fortemente um problema que, nem a neo-escolástica, nem o puro e simples abandono da filosofia clássica podia resolver: a falta de uma base filosófica que se encarregasse de resolver problemas que a interrogação incondicionadamente crítica (filosófica) suscitava dentro do horizonte de saber qualificado da fé religiosa em geral e cristã em particular²⁸.

São dessa época a teologia política (J.B. Metz) e as teologias: da secularização (W. Hamilton, T. Altizer, H. Cox, J.A.T. Robinson), da esperança (Moltmann) e da libertação (G. Gutiérrez, H. Assmann, L. Boff), que pretendiam aceitar o desafio do mundo contemporâneo e dar uma resposta num plano prevalentemente prático-operativo.

João Paulo II, fiel ao seu propósito de pôr em prática o Concílio, quis escrever um documento que apresentasse São José segundo um modelo histórico-salvífico, um princípio cristológico, uma dimensão antropológica da fé, com abertura aos problemas do mundo e da sociedade e com finalidade pastoral.

Ele que tinha começado o seu pontificado com fama de progressista, terminou-o com o rótulo de reacionário. Seja como for, a *Redemptoris custos* reflete a sua postura de escuta da cultura contemporânea quanto às problemáticas sobre a mulher e o homem, a maternidade e a paternidade, o trabalho e a contemplação, a família e a sociedade. Por outro lado, reflete sem dúvidas a tendência da teologia do século XX na medida em que é profundamente centrada nas Sagradas Escrituras.

REFERÊNCIAS

ANGELINI, Giuseppe. *Dizionario Teologico Interdisciplinare*, vol. III, Marietti, Torino, 1977.

AUBERT, Roger. *Leone XIII: Tradizione e Progresso*, in I Cattolici e la Questione Sociale, a cura di Elio Guerriero, Ed. San Paolo, Milano, 2005.

²⁸ Angelini Giuseppe. Dizionario Teológico Interdisciplinare, voce *La vicenda della Teologia Cattolica nel sec. XX*.

LLAMAS, Román. *Profilo Spirituale di San Giuseppe – considerazioni intorno all'esortazione apostolica Redemptoris custos*, in Rivista di Vita Spirituale n. 2, 1990.

SOLÁ, Francisco de P. *Estructura y sintesis de la Redemptoris Custos*, in Estudios Josefinos nn. 87 y 88, Centro Español de Investigaciones Josefinas, Valladolid, 1990.

STRAMARE, Tarcisio. *Partes S. Ioseph in Historia Salvationis*, in PATH – Pontificia Academia Theologica, vol. 9, Libreria Editrice Vaticana, Città del Vaticano, 2010.

_____. *San Giuseppe – Il custode del Redentore nella vita di Cristo e della Chiesa*, in Omelie temi di predicazione n. 98 nuova serie, Ed. Domenicana Italiana, Napoli, 2006.

_____. *La Santa Famiglia nel mistero dell'Incarnazione*, in Temi di predicazione n. 343, Ed. Domenicana Italiana, Napoli/Bari, 1994.

_____. *Vangelo dei misteri della vita nascosta di Gesù*, Casa Editrice Sardini, Bornato in Franciacorta (BS), 1998.

[www.movimentogiuseppino@wordpress.com](http://www.movimentogiuseppino.wordpress.com) – acessado em 1º de agosto de 2014.

Sobre a Revista Escritos

A Revista de Ciências Humanas – *Escritos* – publica trabalhos técnicos, culturais, científicos-acadêmicos, na área das Ciências Humanas, desde que atendam aos objetivos da instituição Mantenedora (Congregação dos Oblatos de São José).

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO / PUBLISHING GUIDELINES

Os artigos devem tratar temas relacionados com o universo teórico das Ciências Humanas. Exceções serão avaliadas, desde que respondendo, ainda que parcialmente, a artigos anteriormente publicados pela revista *Escritos* da Faculdade Padre João Bagozzi.

Os artigos não devem exceder 7.000 palavras. Devem ser apresentados em formato eletrônico, compostos preferencialmente em *Microsoft Word*, com fonte *Times New Roman 12* e espaçamento simples entre parágrafos.

Publishing Guidelines

Articles should be presented electronically, need not be in Portuguese, should not exceed 7.000 words, and should start with an Abstract not exceeding 1.000 characters. MLA style, Microsoft Word, Times New Roman 12 and simple line spacing are preferred.

A ABNT é a referência normativa para artigos redigidos em português, e MLA (*Modern Languages Association*) para publicações em outras línguas.

Resumos em língua vernácula e estrangeira são obrigatórios.

Citações devem seguir o padrão autor-data.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a Revista não se responsabilizará pelas opiniões expressas nos artigos assinados.

A submissão de artigos para publicação implica na cessão dos direitos autorais, sem ônus para a Revista de Ciências Humanas – *Escritos*.

O autor receberá, como direito autoral, três exemplares do respectivo fascículo. Os originais enviados para a Revista *Escritos* – Revista de Ciências Humanas através do endereço eletrônico: escritos@faculdadebagozzi.edu.br, não serão devolvidos.



faculdade
BAGOZZI

(41) 3521 2727

www.faculdadebagozzi.edu.br
R. Caetano Marchesini, 952 - Portão